

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

Nithiane Capella Farias

***Do campo ao texto:  
traduções e interesses em pesquisa e intervenção***

Porto Alegre

2013

Nithiane Capella Farias

***Do campo ao texto: traduções e interesses em pesquisa e intervenção***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cleci Maraschin**

Porto Alegre

2013

## **AGRADECIMENTOS**

Ao grupo “Oficinando em Rede” por ter feito parte da minha formação acadêmica desde a Iniciação Científica.

À Cleci pela sutileza com que cria espaços de autoria no grupo e, principalmente, pela paciência e respeito ao meu tempo de não-escrita .

Ao grupo “Oficina Linguagens da Cidadania”, por compartilhar uma experiência única de grandes e pequenos oficinas.

À Prof. Rose e asicineiras Ceci e a Isadora por comporem comigo essa dissertação.

Aos amigos que fizeram parte das madrugadas de café e chimarrão na casa de estudantes CEUPA.

Aos colegas e amigos que puderam entender quando estavam proibidos de perguntar sobre o “meu projeto”.

Ao Tiago pela confiança, cumplicidade e amor, apesar das nossas distâncias.

## RESUMO

Este trabalho busca analisar as práticas de pesquisa e intervenção em Psicologia Social, a partir das sucessivas traduções que o pesquisador realiza para que a *experiência de campo* venha se constituir em outras inscrições no espaço acadêmico. Para isso, acompanhou-se o grupo de pesquisa “Oficina Linguagens da Cidadania” que tem como proposta realizar oficinas com crianças numa comunidade da periferia de Porto Alegre, produzindo espaços para o exercício cidadão. Nesta proposta de pesquisa, tem-se como referencial teórico a epistemologia política de Bruno Latour que, associada às proposições de Vinciane Despret, Isabelle Stengers e Donna Haraway, visa à produção de um conhecimento simétrico e situado entre pesquisador e os agentes em campo. Sendo assim, foi proposto que, para acompanhar uma rede de actantes, a pesquisadora tivesse que se colocar em agênciã com o campo, estabelecendo planos de interesses em comum, a fim de que os atores *fizessem-falar* as negociações em disputa. Portanto, além do desafio de uma problemática de pesquisa autorreferente, “pesquisar o pesquisar”, este trabalho propõe-se analisar o deslocamento produzido ao lugar do pesquisador, situando o próprio campo de pesquisa entre seus pares na Universidade.

Palavras-Chave: Pesquisa e intervenção; Oficinas; Epistemologia Política; Plano de Interesses;

## RÉSUMÉ

Ce document analyse les pratiques de recherche d'intervention en Psychologie Sociale par rapport aux plusieurs traductions effectués sur le terrain : transformer les faits aux inscriptions scientifiques. Pour cela, j'ai suivie un groupe de chercheurs « Oficina Linguagens da Cidadania » qu'ont le but de faire des ateliers avec les enfants du quartier « Viçosa ». Les activités devient une espace de liberté à jouer la citoyenneté. Cette recherche a comme des apports theoriques l'épistémologie politique de Bruno Latour. En plus, des propositions methodologiques que Vinciane Despret, Isabelle Stengers et Donna Haraway cherchent produire une connaissance symétrique et située entre les actants et le chercheur sur le terrain. Pour rendre cela possible, le chercheur il doit suivre les conexions des acteurs, au même temps qu'il doit mettre sur la table d'intérêts la négociations. Pourtant, le défi de la problématique de recherche est l'être auto-référentielle : recherche la recherche. Cet memoire de master trace l'analyse des déplacements produits à l'endroit du chercheur quand il se propose faire la Université, elle même, un terrain en analyse.

Mots Clés : Recherche et intervention ; Ateliers ; Épistémologie Politique ; Plans d'intérêts ;

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CIAPS-** Centro Integrado de Atenção Psicossocial

**CONSUN-** Conselho Universitário

**ESF-** Estratégia de Saúde na Família

**HPSP-** Hospital Psiquiátrico São Pedro

**IC-** Iniciação científica

**MEC-** Ministério da Educação e Cultura

**OLC-** Oficina Linguagens da Cidadania

**PSE** Programa de saúde na Escola

**TAR-** Teoria Ator-Rede

**TIC-** Tecnologias de Informação e Comunicação

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
INTRODUÇÃO: PERCURSOS E INCURSÕES NA OFICINA LINGUAGENS DA CIDADANIA.....	13
CAPÍTULO 1 : PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS E PROPOSTA INVESTIGATIVA.....	24
Proposições Metodológicas.....	27
Proposta Investigativa .....	39
CAPÍTULO 2.....	48
SOBRE PESQUISAR E INTERVIR: PRÁTICAS EM ASSOCIAÇÃO .....	48
A Psicologia Social como associação .....	48
Pesquisar e intervir: quais associações possíveis? .....	52
A (à) força do método: repensando a pesquisa-intervenção .....	54
CAPÍTULO 3 :A OFICINA COMO ESTRATÉGIA DE PESQUISA E INTERVENÇÃO .....	61
A Oficina como composição de interesses .....	66
A oficina em ação: cenas, cores e invenções.....	74
CAPÍTULO 4.....	82
O CAMPO, NARRATIVIDADES (IN)TRADUZÍVEIS .....	82
Narratividade: propostas em composição .....	87
Corpo, afeto, letra e outros nós .....	89
CONSIDERAÇÕES .....	105
REFERÊNCIAS.....	110

## APRESENTAÇÃO

*Antes de me organizar tenho que me  
desorganizar internamente. Para experimentar o primeiro e  
passageiro estado primário de liberdade.  
Da liberdade de errar, cair e levantar-me.  
Mas se eu esperar compreender para aceitar as coisas -  
nunca o ato de entrega se fará.  
Tenho que dar o mergulho de  
uma só vez, mergulho que abrange a compreensão e sobretudo a  
incompreensão.  
E quem sou eu para ousar pensar?  
Devo é entregar-me. Como se faz?  
Sei porém que só andando que se sabe andar  
e - milagre - se anda.*

**ÁGUA VIVA, Clarice Lispector**



## MERGULHO

Esta dissertação constituiu-se como um mergulho. Mergulhar em meio às águas que nos circundam, exigiu-me aprender novos intervalos de respiração. Nesses intervalos, expansão e constrangimentos regulam nossa possibilidade de permanecer imersos por mais ou menos tempo.

Toda escrita é de certa maneira um mergulho, não sabemos ao certo com quais empecilhos cruzaremos em meio à transformação de ideias em letras; intenções em proposições. A escrita nunca está acabada. Mas tem de findar, assim como na travessia de um mergulho, é preciso, em algum instante, emergir.

Enfrentei, diante disso, dois mergulhos: o da escrita em si como uma experiência singular e incompleta; e o mergulho em um tema de vertigem, pesquisar o pesquisar. Esclareço, para refletir sobre como constituíamos certas práticas de pesquisa, mantive-me imersa em meu próprio entorno: águas que compõem a Psicologia Social na UFRGS; águas que movem alguns grupos de pesquisa, através da pesquisa-intervenção.

Na maior parte da graduação em Psicologia, estive vinculada ao Projeto de Pesquisa e Extensão “Oficinando em Rede” como bolsista de Iniciação Científica. Desse projeto, pude agregar, na minha trajetória de estudante e de jovem pesquisadora, questionamentos vivenciados na prática com pesquisa. Entre eles, cito os impasses metodológicos da pesquisa-intervenção; da produção de conhecimento com o dispositivo de oficinas; e da escrita como espaço de coautorias entre os sujeitos participantes e pesquisadores.

Desde então, imersa na proposta metodológica da pesquisa-intervenção, os preceitos ético-políticos desta mesclaram-se ao meu modo de ver e fazer pesquisa em Psicologia. Posso afirmar que essas águas constituíram as bases de minha formação como pesquisadora, sendo, por isso, de onde eu partiria com meu ingresso no curso de pós-graduação.

A entrada no mestrado estabeleceu um *continuum* entre uma formação e outra. A escolha por tomar como problema de pesquisa justamente “o pesquisar” associado

ao “intervir”, de certa maneira, colocava-se como um momento de decantar muitos dos “cascalhos”, “poeiras” que excederam da experiência com a iniciação na pesquisa nos cinco anos anteriores. Levantar algumas problematizações que há muito me acompanharam na trajetória como bolsista de IC era de certa maneira consequência de todo o percurso transcorrido até então.

Pesquisar sobre as práticas de pesquisa e de intervenção, sobre certo modo de pensar e perceber a pesquisa em Psicologia Social, exigiu-me apreender o mergulho de distintas maneiras. A imagem do mergulho não se refere à passagem da superfície para a profundidade do problema. A metáfora preserva, para mim, a sensação de experimentar distintas possibilidades de deslocamento, de pouca visibilidade e, também, de comunicação que toda passagem, de um meio a outro, transforma.

Mergulhando, outras linguagens são necessárias. Outras possibilidades de percepção nos desafiam a constantes refrações, um quase “fora” ou um “meio dentro”. Posições indefinidas que compõem a experiência do pesquisador imerso em seu campo problemático. Tênuos limites perceptivos com que temos de nos haver quando passamos de um estado a outro. Por isso, tive de admitir que alguns mergulhos são, por vezes, solitários. Cada um tem o seu tempo de permanecer submerso, de atravessar de uma borda a outra, de construir margens para se ancorar, para seguir.

Todo pesquisador é ao mesmo tempo esse observador-mergulhador que se produz no próprio ato da travessia. A pesquisa de mestrado é trânsito, entre mergulhos e decantações, move-se sob superfícies. Como pesquisadora, descobri que é na superfície onde permanecemos a maior parte do tempo; e, é em meio a superfícies que temos de compartilhar nossas escritas, nossos afetos e seus efeitos. Eis aqui, a primeira superfície compartilhada: o texto como uma das possibilidades de legibilidade de uma experiência. Se a superfície é onde se inscrevem nossos registros, é, também, aquele instante de distinção entre meios, de emersão entre uma posição e outra. Essa dissertação é parte, assim, das reflexões que puderam emergir; que resistiram e constituíram a travessia nesses dois anos.

Para essa travessia-mergulho, acompanhei o grupo de pesquisa e de extensão,

intitulado “Oficina Linguagens da Cidadania (OLC)”. Esse grupo, um tanto próximo ao grupo em que me vinculo como mestranda, o “Oficinando em Rede”, também tem como propósito o uso do dispositivo da Oficina como ferramenta para instaurar a proposta de uma Pesquisa-Intervenção.

Na experiência compartilhada com a OLC, propus acompanhar as transformações da experiência do oficiar, passagens do “campo ao texto” que colocassem em evidência os entremeios e tensões produzidos pelas práticas da pesquisa e da intervenção. Assim, a escrita foi sendo composta pelos cruzamentos e pelas reflexões que surgiram nas reuniões semanais da OLC na Universidade, tomando-se, como material de análise, as narrativas orais, fotográficas e escritas que relatam as sucessivas traduções do *espaço do campo*, “na oficina”, para esse *espaço outro*, “na academia”.

O contorno de como seriam minhas participações no grupo não foi estabelecido de antemão, ele constituiu-se ao longo da minha permanência com o grupo. Estar *aqui* e não *lá* no campo durante a produção das oficinas ou, ainda, *pesquisar em meio a colegas e não com as crianças que participam da oficina*, colocou-se, no processo investigativo, como uma agitação, uma turbidez quanto ao meu lugar junto a OLC. De certa maneira, não ir até -lá- no bairro Lomba do Pinheiro e permanecer -aqui- nas reuniões da Universidade, parecia forjar uma espécie de tensão, torção, sobre as próprias noções de pesquisa e de intervenção que eu propunha acompanhar.

Sabe-se que toda pesquisa é um processo de maturação de ideias e de afetos entre seus participantes. Por isso, não posso ainda afirmar que escolher “permanecer aqui”, tomando como campo de pesquisa, unicamente, os encontros da OLC na Universidade tenha sido, de fato, mais interessante do que outras possibilidades de produzir reflexões sobre a temática escolhida. Talvez se diga nessa introdução que essa escolha requereu outro modo de operar; de negociar entre os participantes; de silenciar mais do que “explicar”. E digo “silenciar mais”, não apenas em relação a constrangimentos ou a restrições em se dizer algo, mas aos tempos de pausas que são necessárias quando sabemos que a escrita será lida e discutida pelos mesmos que nela

estão narrados.

Pausas e silêncios que em mim produziram, em boa parte do percurso de mestrado, a própria impossibilidade do ato da escrita. Traduzir a minha própria experiência do “campo em texto”, enquanto acompanhava outra experiência de traduções de pesquisa, surgia como uma rede perdida em alto-mar. Um duplo mergulho e enredamento, por vezes, difícil de desvencilhar.

Assim, espero que esta dissertação, partindo de alguns contornos singulares do grupo “Oficina Linguagens da Cidadania” e, também, do que foi possível na minha própria travessia compor, seja uma *experiência situada* sem pessoalizar-se como uma análise de tal grupo. Em verdade, desejo que as tensões compartilhadas neste texto coloquem-se como tensões inerentes à associação entre pesquisa e intervenção e possam atualizar novas reflexões -principalmente- quanto à importância da escrita como prática política capaz de sempre agenciar novas possibilidades de inscrição e de experiências na produção do conhecimento em Psicologia Social.

## INTRODUÇÃO: PERCURSOS E INCURSÕES NA OFICINA LINGUAGENS DA CIDADANIA

### PERCURSOS ENTRE INSTITUIÇÕES

A Oficina Linguagens da Cidadania -OLC- é hoje um projeto de pesquisa e de extensão que tem como proposta promover um espaço de discussão com atividades acerca da temática da Cidadania, através da realização semanal de oficinas. As crianças que participam da oficina estão vinculadas à Estratégia de Saúde da Família (ESF) Viçosa, bem como, à Escola Estadual Tereza Noronha Carvalho, ambas localizadas no bairro Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre. Nessas oficinas, também há a participação de uma agente comunitária da ESF e bolsistas de iniciação científica (IC) e de extensão, vinculados ao Instituto de Psicologia da UFRGS. A OLC acontece desde 2009, mas vem sendo redefinida, ao longo desses quatro anos, pelas instituições parceiras e pelos participantes que, em cada novo ano, imprimem contornos bastante singulares ao projeto inicial.

As primeiras atividades propostas pela OLC ocorreram como parte do campo de intervenções do projeto Oficinando em Rede que, desde meados de 2004 e 2005, tinha como parceiro institucional o Centro Integrado de Atenção Psicossocial para crianças e adolescentes (CIAPS) do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP). O projeto Oficinando em Rede (MARASCHIN, FRANSCISCO e DIEHL, 2011) tinha por objetivo investigar como as tecnologias de comunicação e informação poderiam fazer emergir novas redes de conversação, outros modos de operar o cuidado em saúde mental. Nesse intuito realizaram-se oficinas com TIC em um laboratório de informática instalado pelos esforços do serviço e da universidade nas dependências do CIAPS. Assim, pesquisa e intervenção se aliavam enquanto práticas em comum, pois tanto as oficinas integravam o quadro de atividades terapêuticas do serviço de saúde, como também se constituíam no campo de pesquisa para bolsistas de IC, mestrandos e doutorandos vinculados a tal grupo de pesquisa.

O relatório de pesquisa de 2007 do projeto *Oficinando em Rede* (Edital Universal CNPq 19/2004) apontava que a rede social que deveria servir de sustentação aos jovens, frequentemente, se esgarça e faz com que estes caiam em um desamparo cujo ponto de desague são os serviços de saúde. Ao final dos três primeiros anos do projeto *Oficinando em Rede*, já se via a necessidade de ampliar os espaços da oficina para outras redes da cidade. Vinculados à internação, não se tinha muita continuidade na composição dos grupos. Mesmo que houvesse oficinas nos atendimentos ambulatoriais, ainda sim, pensava-se em compor um espaço externo ao hospital. A partir desse interesse, articulava-se a proposta de que alguma oficina pudesse ocorrer também com crianças que não estivessem em atendimento, acionando-se assim, novos parceiros em diálogo com a rede.

Como desdobramentos dessa parceria entre *Oficinando* e CIAPS, ficaram muitas reflexões sobre direitos humanos, movimentos de resistência de trabalhadores da saúde mental, ética na pesquisa com crianças e adolescentes, políticas de proteção aos jovens (anonimato) e a possibilidade do exercício de autoria dos jovens em suas produções.

Esses apontamentos levavam o grupo a compartilhar da ideia de que, para reduzir a crescente demanda por atendimentos de alta complexidade, faziam-se necessárias intervenções que contemplassem as premissas da promoção e prevenção em saúde e da proteção previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Constituição Federal. Essas conclusões indicavam ao grupo a potencialidade de uma oficina focada nas questões de Direitos Humanos. No espaço de múltiplas linguagens e tensionamentos da experiência no CIAPS foi que outra composição de pesquisa lançaria a proposta de pesquisa-intervenção com crianças pautada nas possibilidades inventivas do exercício da cidadania.

Assim, as primeiras atividades da OLC, ainda vinculadas ao ambulatório do CIAPS, ocorreram em meados de 2009 e tinham como participantes, principalmente, crianças referenciadas pelo sistema de saúde aos bairros Partenon e Lomba do Pinheiro em Porto Alegre. Essa oficina acabou sendo a precursora do movimento de ampliação dos campos de ação do *Oficinando em Rede*. Uma oficina com o objetivo de

criar outros “espaços de promoção da saúde e do exercício de cidadania, integrando o uso de diferentes recursos de expressão” (FERNANDES, 2011 p.15).

A parceria entre *Oficinando em Rede* e CIAPS foi bastante intensa e produtiva. Dessa pesquisa-intervenção, foram produzidas várias dissertações e teses: (SCISLESKI, 2006; DIHEL, 2007; VIANNA, 2008; LOPES, 2009; MAURENTE, 2010; TANIKADO, 2010; FERNANDES, 2011). Além de publicações em seminários e congressos, capítulos em livros e, inclusive, duas publicações cujas autorias dos capítulos foram compartilhadas entre os diversos integrantes e colaboradores do projeto (MARASCHIN, FRANCISCO, DIEHL, 2011; DIEHL, MARASCHIN, 2011).

No entanto, como já mencionado anteriormente, as tensões produziram brechas e essas nos indicavam novas possibilidades de trabalho. Na busca por um campo de pesquisa que pudesse ser mais flexível quanto à circulação dos jovens com suas produções, uma das mestrandas vinculadas ao projeto recebeu a indicação de uma ESF, próximo à região do CIAPS, com demanda para novas oficinas. O campo de sua pesquisa abriria espaço para novos encontros ao grupo. A proposta constituiu-se em realizar um percurso narrativo que mesclava a caminhada pelas ruas do bairro Lomba do Pinheiro com o ato fotográfico de recriar esse percurso (FERNANDES, 2011). Nessa intervenção, a mestranda fora acompanhada por uma das agentes comunitárias da equipe de saúde, relação essa tão positiva que o espaço da oficina foi mantido por residentes e técnicos do serviço, constituindo-se posteriormente como uma oficina para produção de um jornal do bairro.

A possibilidade para novas parcerias entre pesquisa e intervenção naquele local permanecera em aberto, sendo que, em meados de 2010, a proposta da OLC na ESF Viçosa constituía-se como um novo espaço de pesquisa-intervenção ao *Oficinando*. Com o apoio de novos editais de fomento à pesquisa, a proposta da OLC, além de manter-se vinculada ao projeto de pesquisa do *Oficinando em Rede*, passaria a existir também como projeto de pesquisa específico: *Dispositivos Coletivos e Oficinas Tecnológicas: Repercussões para a Constituição de Redes*.

A passagem entre campos de pesquisa, do CIAPS para a ESF Viçosa, marcava, para o *Oficinando em Rede* como um todo, um redirecionamento nas

relações institucionais com o HPSP e a necessidade de finalizar o trabalho de pesquisa das oficinas com as TIC para, então, se pensar em outras demandas de projeto.

Os dois primeiros anos de OLC junto a ESF foram sendo entrelaçados por diferentes organizações. Além da ESF e da Universidade, existia também a necessidade de articulação com a escola estadual, que acolhia grande parte dos jovens usuários daquele serviço de saúde, e a associação de moradores do bairro que, por vezes, cede o espaço para a oficina. Nessas relações, não tardaram para que, além da pesquisa e da extensão pela OLC, também fossem vinculados outros espaços de formação da Universidade naquele território, como, por exemplo, o estágio de Psicologia Social que foi desenvolvido na Escola Tereza Noronha, sob a supervisão da professora e coordenadora do projeto da OLC.

Entre os anos de 2011 e 2012 a oficina foi inserida no projeto, *Dispositivos coletivos e oficinas tecnológicas com crianças e adolescentes: linguagens da cidadania*. Na descrição desse projeto de pesquisa, são definidas como principais metas: (1) a produção de conhecimento científico que contribua para efetivação de políticas públicas para crianças e adolescentes, tendo como foco a promoção de saúde e cidadania; (2) a interlocução da produção acadêmica com o cenário de práticas criando novos dispositivos para a análise e (3) a intervenção, através das oficinas e da utilização de recursos tecnológicos no âmbito das redes de atenção à saúde para a infância e adolescência.

## INCURSÕES NO FAZER

Assim como, a partir de 2005, o projeto *Oficinando em Rede* lançou mão da marcante experiência de oficiar com as TIC no contexto institucional do CIAPS, meu percurso acadêmico na Psicologia e nesta dissertação também está permeado pelas questões e reflexões disparadas por aquela intervenção.



A pesquisa, certamente, ocupou um lugar de formação bastante central na minha trajetória, tanto que os percursos descritos nas linhas anteriores constituem mais do que uma mera descrição do contexto em que essa dissertação virá a ser desenvolvida. Em realidade, cada fato, cada movimento narrado, trazem em si uma trama de questões vividas por mim e que farão fundo para as implicações atuais desse trabalho.

Tomar como campo de investigação algumas das questões que engendraram a instigante prática da “pesquisa-intervenção” implica em atualizar também distintas posições do pesquisar. Prática antes vivenciada como bolsista de Iniciação científica (IC), compartilhando outros olhares deste fazer com os colegas da pós-graduação; e, hoje, experimentando o exato reverso, na posição de mestranda com outros ICs. Habitar esse plano investigativo produz uma maior visibilidade de alguns dos desdobramentos que aliam as práticas de pesquisa e de intervenção, campos associados para a produção de conhecimento em Psicologia Social.

Nesse contexto, é preciso salientar que, apesar da experiência como bolsista de IC no projeto *Oficinando em Rede*, ainda fomentar muitas questões-problema, ao tomar como campo de pesquisa o próprio pesquisar não desejava trazer para o plano explicativo dessa dissertação qualquer acontecimento vivenciado anteriormente. Por isso, a escolha da OLC como campo para a dissertação fora bastante discutida com os integrantes da própria OLC, bem como com os demais integrantes do projeto *Oficinando em Rede*. Se por um lado, como descrevi, o grupo da OLC constituíra-se em meio às tensões do campo daquelas oficinas em que estive vinculada; por outro lado, surgira com uma proposta distinta daquela das oficinas em que participei.

Acompanhar a OLC nessa pesquisa de mestrado não foi, portanto, uma escolha ao acaso, tampouco, uma escolha com poucas implicações. De certa forma, ingressar na OLC como pesquisadora indicava-me algumas conveniências e outros tantos desafios. Conveniências e desafios que serão retomados, ao longo do texto, nas relações entre pesquisar e intervir, a partir da noção de *plano de interesses*<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Ver capítulo 1, proposição metodológica2.

Toda pesquisa se constitui por intermédio de um *plano de interesses*. Quando o pesquisador se propõe a compor um espaço compartilhado entre comunidade e academia, dificilmente poderá ser realizada em qualquer local. Mesmo nos serviços públicos onde essa entrada é facilitada, dada as relações da Universidade com muitos dos locais de formação prática dos estudantes, ainda assim, são comuns os relatos de instituições ou equipes de trabalho que se negam ou colocam restrições à pesquisa. A composição de um *plano de interesses*, entre universidade e outras instituições, é necessário e possível somente quando a negociação consegue aliar seus atores, facilitar fluxos e novas *traduções*.

Sendo assim, talvez a conveniência mais evidente ao constituir meu campo de pesquisa com a OLC consistiria no fato de que já existiriam acordos de trabalho, entre o Oficinando e a OLC, o que facilitaria a negociação da minha entrada. Inclusive, com a finalização da pesquisa no CIAPS, o campo na vila Viçosa havia permanecido como alternativa para a construção prática do próximo projeto do grupo de pesquisa Oficinando.<sup>2</sup> A existência desses acordos não foi, em princípio, sinônimo de uma concordância imediata. Mesmo assim, acredito que a proximidade nas relações de trabalho e institucionais entre professoras-coordenadoras do Oficinando e da OLC, deixaram as tratativas e seus interesses mais *planos*.

Dada essa conveniência para o aceite do trabalho, algumas questões ressoaram como possíveis dificuldades ao longo da proposta. A mesma proximidade entre os projetos acabava por implicar em outra proximidade, aquela com o meio acadêmico. Pesquisar “a pesquisa e a intervenção” aproximava minhas questões do próprio trabalho dos meus pares.

Pesquisar entre pares coloca-nos em um posicionamento bastante complicado, não menos tenso ou ético do que quando estamos em outros espaços de intervenção. Entretanto, nas pesquisas em outras instituições, ao voltarmos para “casa”, sentimo-nos à vontade para fazer apontamentos, pois eles não provocam um

---

<sup>2</sup>A Construção de jogos digitais situados. Ver as seguintes publicações: MARASCHIN, C. & BAUM, C. “Vídeo Game: Imagem, Ação e Invenção”. In: ZANELLA, Andrea; TITTONI, Jaqueline. (Org.). *Imagens no pesquisar: experimentações*. 1ed. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2011, v. 1, p. BAUM, C. & MARASCHIN, C. “Sobre vídeo game e aprendizagem inventiva”. *Revista Polis e Psique*, v. 1, p. 1, 2011.

efeito imediato em nosso próprio trabalho. Ir a campo e voltar para o laboratório para “analisar a experiência”, diz do próprio trabalho de decantação das ideias, percepções sobre essa incursão “no país do outro” que é a pesquisa (AMORIM, 2004).

Logo, me questiono: e quando o “ir” a campo e o “vir” do campo não traz consigo um deslocamento tão evidente como aquele de outras pesquisas? Seria possível pesquisar entre pares? Ou, ao contrário, será que, apesar de muitas rupturas com as concepções clássicas de fazer ciência, ainda precisamos conservar do dispositivo de pesquisa esse habitar terras distantes, *terrains*<sup>3</sup> de pesquisa em que o *outro* seja sempre um *distante*, grupos minoritários, contextos estranhos aos nossos, periferias do nosso cotidiano?

Esses questionamentos mantiveram-se como tensões. Ao tomar como campo de pesquisa a OLC, quais ações deveria acompanhar: as oficinas semanais, que ocorriam na Vila “Viçosa”, e onde estariam presentes as duasicineiras (bolsistas de IC e de extensão), a agente comunitária da ESF e as crianças? Ou, ainda, poderia somente permanecer no espaço acadêmico das reuniões da OLC, em que estariam presentes a coordenadora do projeto e as duas bolsistas?

A escolha de uma ou de outra implicaria em diferentes construções do campo de pesquisa. Ao acompanhar o campo da vila Viçosa, seria tambémicineira assim como as duas bolsistas e a agente comunitária. E se permanecesse nas reuniões semanais, o campo se constituiria como a experiência da supervisão da pesquisa. Questionava-me qual posição ocuparia, quais interesses poderiam ser agenciados entre nós?

Essas duas possibilidades de configuração do campo de pesquisa, ou inclusive, a conciliação de ambos, levavam a novas questões. Parecia que, caso não escolhesse *estar lá*, na Viçosa, ficaria com a sensação de que estaria negligenciando a noção de “intervenção” do meu trabalho. Será que toda pesquisa tem de acontecer “lá” fora? Se “lá”, no fora, aconteceria o “verdadeiro” pesquisar, como pensar o espaço “daqui” de dentro, em que se dá uma incessante narração dos acontecimentos

---

<sup>3</sup> Traduções da palavra campo, ver capítulo 4.

do campo, detalhes e imagens que fazem o espaço-tempo das reuniões sempre comprimido entre transbordantes emoções/afetações? Estas discussões acerca de como concebemos o campo, “lá e aqui”, merecem bem mais que um parágrafo e, por isso, serão retomadas ao longo da escrita.

## INCURSÕES NO PESQUISAR

No projeto de qualificação, as questões que centralizariam meu trabalho situavam-se nas traduções realizadas por nós, pesquisadores da área das ciências humanas, para que a experiência em campo se fizesse texto, principalmente, nos textos acadêmicos. Inquietava-me, por exemplo, a maneira que escreveríamos “sobre” a experiência, a maneira com a qual descreveríamos esses outros, sujeitos de nossas intervenções. Essas inquietações eram mais pungentes uma vez que a metodologia que tanto inflava nossas críticas a outros modelos de pesquisa - nas quais os sujeitos são percebidos como meros informantes -, essa metodologia prezava, justamente, o “fazer com”, as construções coletivas entre a pesquisa e o campo pesquisado (PASSOS et al., 2009)

A leitura do livro *Time and The Other*, (FABIAN, 1983), embora não fosse uma publicação tão recente e na qual o autor centra sua crítica às escritas em ciências sociais e antropológicas, parecia corroborar minhas impressões de que também, na psicologia, havia alguns descompassos nas publicações entre pesquisa e intervenção. Fabian afirma que há uma descontinuidade entre a experiência do antropólogo em “vivenciar” com os nativos, e a experiência da escrita “sobre” esses mesmos nativos. Essas reflexões eram intensificadas por algumas intercorrências nos últimos anos de pesquisa do Oficinando em Rede na referida parceria com o CIAPS, quando houve certos incômodos por parte da equipe técnica do local em relação a algumas publicações acadêmicas, alegando algumas visões distorcidas da Universidade sobre a “intervenção”.

Esses enunciados ainda ressoavam em mim quando, ao propor a temática da investigação, pretendia ter como enfoque a questão da representação dos outros na pesquisa, bem como da possibilidade de que a escrita acadêmica pudesse, antes de ser finalizada, ser negociada entre os participantes descritos na intervenção. Situação essa um tanto delicada quando pensamos nos campos em que os participantes são crianças, nem sempre alfabetizadas, ou mesmo adultos com diferentes possibilidades de compreensão, de interação com a leitura.

Na proposta de trabalho com a OLC, essa questão poderia ser desenvolvida na medida em que meu campo poderia limitar-se ao grupo de reuniões da OLC. Trabalhar com os pares poderia facilitar a negociação da escrita. Inclusive, em algum momento, essa chegou a ser pensada como um lugar possível nos encontros: eu levaria escritas que disparassem outras reflexões com o grupo.

Facilmente, pude perceber que uma das principais falhas dessa proposta seria a questão temporal em que transcorre um mestrado. Elaborar uma escrita de retorno ao campo de pesquisa exige do pesquisador uma percepção cautelosa e sensível. E, nesse contexto, eu me questionava o que poderia ser escrito, ouvido, sentido, em poucos encontros compartilhados com grupo, sem que essa escrita recaísse na explicação? Como minhas reflexões poderiam fazer parte de outras tantas reflexões que o grupo já produzia?

Desses impasses, minha resposta acabava sendo, por que não simplesmente acompanhar as discussões, relatos do campo que ganhavam vida quando narrados nas reuniões?

A questão, ***Do campo ao texto: o problema da representação do outro no dispositivo da pesquisa***, nomeada dessa maneira no projeto de qualificação desta dissertação, foi sendo, pouco a pouco, reconfigurada para um contexto mais amplo das práticas de pesquisa e intervenção e não tanto do texto, nas *traduções*<sup>4</sup> possíveis do campo. Mesmo assim, o campo, a escrita, *os outros* atores com os quais nos

---

<sup>4</sup> Ver Capítulo 4.

aliamos para *compor interesses e mundos em comum*<sup>5</sup>, todos esses elementos pareciam permanecer em análise, agenciando associações entre a prática da pesquisa e da intervenção e, por isso, não foram excluídos dos meus *interesses*, nem do meu plano de escrita.

Aquela proposta de dar enfoque às produções escritas do grupo OLC ia pouco a pouco sendo deslocada. De início, sentia-me sem foco, sem conseguir captar como que as *traduções* do campo ao texto poderiam ser acompanhadas naquele grupo de pesquisa. O *fazer-falar* sob a forma textual parecia ser um movimento um tanto constrangido nos encontros com a OLC. Além dos projetos de pesquisa e relatórios semestrais, os registros que poderia acompanhar seriam os relatos das atividades desenvolvidas em cada oficina (diários de campo). Material interessante, mas que ficava em segundo plano em relação ao que se compartilhava nos encontros semanais com a coordenadora e as duas bolsistas. Nas reuniões com a OLC, chamava-me atenção que as narrativas orais “resistiam”, tinham prevalência ao que fora descrito nos relatos. Pois, mesmo tendo-se feito a leitura desses registros individualmente, havia sempre uma efervescência da fala, uma necessidade de recontar, de gesticular os acontecimentos vivenciados nas oficinas anteriores.

A escrita e a leitura resistiam no espaço de reuniões da OLC. Por outro lado, se pensarmos a escrita não apenas como a formalização do código textual, pode-se dizer que, de outra maneira o campo era continuamente escrito. *Outras linguagens*, como o nome mesmo da oficina sugere, passavam a compor isso que na problemática inicial do meu projeto julgava poder ser “apreendido” pelo pesquisador nos textos e artigos acadêmicos.

Assim, foram-se alinhavando as linhas gerais dessa dissertação. Tomando como reflexão alguns dos fluxos que aliam as práticas de pesquisa e intervenção à produção do conhecimento em Psicologia Social, a partir dos diálogos e vivências do grupo OLC, proponho-me acompanhar alguns atores e suas relações na composição de

---

<sup>5</sup> Ver capítulo 1, “Atitude cosmopolítica”.

interesses do campo de pesquisa e intervenção, atendo-me às traduções dessa experiência. *Um pluriverso de narratividades*<sup>6</sup> que compõe o espaço acadêmico.

---

<sup>6</sup> Ver, respectivamente, capítulo 1 e 4.

## CAPÍTULO 1 : PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS E PROPOSTA INVESTIGATIVA

A escolha de apresentar as questões metodológicas do trabalho tem como objetivo dar relevo ao processo de produção do objeto da pesquisa, bem como, das *táticas*<sup>7</sup> para análise do *campo*<sup>8</sup>. Parto da ideia de que o objeto de estudo não é, em si, um ente estável e acabado, mas que se coloca em permanente produção durante todo percurso investigativo. Pensar o conhecimento enquanto objeto processual requer, então, uma proposição metodológica que possa acompanhar as contínuas modulações em campo.

As *ciências do social*, descrita no capítulo 2, tem que se haver com certa ubiquidade ontológica na constituição dos seus domínios de saber. A dificuldade de se acompanhar determinado objeto de pesquisa no domínio do “social” é geralmente marcada ora pela questão da auto-referência, como quando pretendemos estudar os próprios processos cognitivos; ora pela questão dos limites entre a dimensão individual e coletiva nas práticas cotidianas.

Em ambas as situações, perceberemos que o objeto processual exige não a busca por um método padronizável, mas sim, certas ***proposições metodológicas*** que nos permitam sempre flexibilizar as estratégias inicialmente imaginadas para a pesquisa. Com isso, acredito que, na produção de conhecimento, o que é mapeado, traduzido, não diz respeito a um objeto previamente escolhido e delimitado; mapeia-se, sim, a criação de novas condicionalidades para se refletir sobre o campo em questão.

Mas por que falar em proposições e não perspectivas ou premissas metodológicas? A escolha pelo termo proposição busca aliar a questão semântica à

---

<sup>7</sup> Ver Capítulo 1, “Recalcitrâncias e Táticas”.

<sup>8</sup> A noção de campo utilizada refere-se tanto ao campo da OLC como uma experiência situada, quanto à noção de campo como composição dos elementos que tiveram agência na análise das práticas de pesquisa e intervenção. Outras discussões ver Cap.4.



conceitual, ou seja, fazer congruência com expressões já exploradas por alguns dos autores com os quais essa dissertação dialoga.

Por exemplo, o termo “proposição” é constituído a partir de uma interessante junção de significados. Segundo o dicionário Houaiss, o prefixo “pro” significa *colocar à frente, colocar em movimento*; já a palavra posição, nos remete à ideia de *localização, de função exercida, de uma referência* em meio a outros pontos. A associação entre ambos os sentidos permite-nos descrever a *proposição, nesse caso* metodológica, como sendo um conjunto *de referencias* que nos colocará *diante da* experiência de pesquisa, acompanhando seu *movimento* sem necessariamente permanecermos fixos a uma só posição/função.

Além disso, podemos pensar no termo conforme é apresentado por Latour. Para o autor, proposições<sup>9</sup> não seriam assertivas, nem coisas, nem algo intermediário entre ambas. Elas são, em primeiro lugar, actantes<sup>10</sup> (LATOUR, 2001 p.164) Tomando como base a leitura de *Penser avec Whitehead*, de Isabelle Stengers, o autor busca o significado ontológico do termo proposição, dando ênfase àquilo que um determinado ator oferece a outros atores como articulação, ou seja, proposições articuladas. Ainda, Latour afirma que o termo conjugaria três elementos fundamentais: “a) denota uma obstinação (posição), b) não tem uma autoridade definitiva (é apenas uma proposição) e c) pode aceitar negociar-se a si própria para formar uma com-posição sem perder solidez” (LATOUR, 2007 p.45).

A proposição, nesse sentido, refere-se sempre a uma prática. Elas são actantes, porque antes de serem entidades que já compõem o mundo, são compreendidas a partir de seus efeitos (LATOUR, 2001). Portanto, o termo proposição está sempre em

---

<sup>9</sup>Latour vale-se do termo proposição em domínios explicativos diferentes da prática metodológica aqui apresentada. Geralmente, ele faz menção ao termo quando deseja representar as diferentes assertivas, nem falsas nem verdadeiras, que um ator faz no contexto laboratorial. No entanto, pareceu-me interessante “articulá-la” a proposta por mim descrita, uma vez que várias das suas definições vão ao encontro do que desejei esboçar optando por essas balizas.

<sup>10</sup>Na obra de Latour, o nome actante é proposto para tensionar o termo “ator” bastante caro às Ciências Sociais. O autor propõe que possamos desconstruir a ideia de que, nas ciências humanas, nossos objetos de estudo estejam centrados na figura do “humano”. Todo *actante* seria como um arsenal de possibilidades, de “injunções” de ações e aprovações, por isso, sempre em condição de ser redefinido. Assim, *actantes* seriam humanos e/ou não-humanos, “qualquer pessoa ou coisa que possa ser representada” (LATOUR, 2000 p.138). No trecho analisado, o termo aparece como *atuante*.

articulação com seu entorno, são agências que *fazem-falar* seus objetos e sujeitos (ARENDETT, 2005).

Cabe também salientar que minha escolha por não identificar uma metodologia de antemão está intimamente relacionada ao campo de estudo dessa dissertação. Tomando como objeto de estudo **as traduções do campo, acompanhando as práticas de pesquisa e intervenção**, de maneira transversal, meu próprio problema dialogava com as questões metodológicas que a pesquisa acadêmica efetua. A circularidade de tal fato, “pesquisar as práticas de pesquisa”; situando-me em um grupo de pesquisa; endereçando as análises dessa experiência à outra pesquisa (o mestrado), fez-me alarde quanto à obrigatoriedade de optar, desde o início do processo investigativo, por um método. Pois, como afirma Latour, dificilmente encontraríamos “alguma vez um pintor que começou a sua obra prima escolhendo as molduras” (LATOURETT, 2008).

Assim, as proposições metodológicas a seguir descritas foram sendo delineadas à medida que a proposta desse mestrado foi sendo negociada com o campo da OLC.

### PROPOSIÇÃO1: EXPERIÊNCIA SITUADA

---

Segundo Donna Haraway, as políticas e epistemologias de localização<sup>11</sup> propõem posicionamentos nos quais a parcialidade - e não a universalidade - seja a condição do fazer no conhecimento racional. Para a autora, “o único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em um lugar particular” (HARAWAY, 1995). A visão desde um corpo, um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, faz tensão à ideia de que o conhecimento precisaria de uma visão externa, simplista, que, em realidade, não se localiza em parte alguma.

Assim, a parcialidade, segundo Haraway, não é um fim em si mesmo, mas é essa a condição que nos permite acompanhar conexões e aberturas inesperadas em um processo.

Uma experiência, quando situada e particular, coloca em agência certas *táticas* que nos permitem desviar e seguir acompanhando efeitos e afetos desse encontro de ações. Por isso, concebemos a experiência do conhecer como um domínio sempre situado (HARAWAY, 1995), ou seja, uma experiência dependente daquele que o conhece (MATURANA, 2001). As condições que nos possibilitam “perceber” uma experiência e inscrevê-la em determinado domínio explicativo serão sempre localizadas por uma posição de observação (MATURANA, 1995). Uma posição em que situamos não só um sujeito, mas todo um arranjo de outras posições discursivas através do qual o domínio explicativo encontrará legitimidade.

Assim, explicar um domínio de conhecimento torna-se possível desde que haja aceitação por aquele(s) que o observa(m) (MATURANA, 2001). Uma proposição que afirma o encontro com o outro, sem a pretensão de um acesso privilegiado à realidade, coloca em evidência ambas as experiências, tornando o experimentar do outro sempre tão legítimo quanto o nosso (MATURANA, 2001). Por isso, podemos concordar com a posição latouriana de que o conhecimento científico é sempre um

---

<sup>11</sup> No texto, a tradutora utiliza o termo alocação.

conhecimento articulado a uma rede. Quanto mais o fato científico for articulado, mais real ele será (LATOURE, 2007). O real, nesse sentido, não é externo aos sujeitos, nem existe de maneira acabada. As realidades são sempre plurais, pluriversos possíveis para composição de mundos em comum.

Por fim, situar a pesquisa em determinado campo problemático, no caso deste trabalho, junto ao grupo da OLC, tem como intuito compor em conjunto traduções e experiências daquilo que esse grupo, em particular, vivencia na sua prática de pesquisa e intervenção. Essa experiência localizada é, portanto, condição necessária para que o testemunho particular encontre eco em outros. Outras experiências tão plurais e situadas quanto essa que aqui descrevo.

## PROPOSIÇÃO2: PLANO DE INTERESSES

---

O termo *plano de interesses* foi cunhado para articular a ideia expressa nos dois subpontos detalhados a seguir: a dobra do segredo e a atitude cosmopolítica. Vale ressaltar também que tal *proposição*, aproxima-se, bastante da perspectiva metodológica da rede, embora faça menção à conotação de um “plano”. Brevemente, lanço aqui algumas considerações de por que neste trabalho evitei valer-me da rede como conceito principal, embora referencie autores que fazem uso dessa concepção como, por exemplo, na “Teoria Ator-Rede” (TAR)<sup>12</sup>.

A rede, como estratégica metodológica, dialoga com esse trabalho à medida que se propõe não ter um objeto, nem um ponto fixo como centro. “Uma rede é um mapa e não um decalque, a rede de atores é aberta, heterogênea podendo estabelecer todo e qualquer tipo de conexão, sem que seja uma necessidade de direito a redundância de elementos-chaves” (MORAES, 2003). Ao mapear suas ramificações, fluxos que fazem do objeto um elo inseparável dos demais elementos e práticas, percorre-se um campo relacional de sujeitos e coisas, sem que haja qualquer hierarquia nessas conexões. Além disso, a rede propõe-se dinâmica, possibilitando, a

---

<sup>12</sup> Embora faça uso de diversos conceitos transversais à Teoria Ator-Rede, este texto não tem por objetivo descrever a proposta epistemológica de Bruno Latour, nem valer de todas as suas premissas. Restringe-se, por isso, a apenas mencioná-la.

todo instante, um novo arranjo entre seus nós. Mudando-se as conexões, mudam-se os caminhos que um determinado objeto percorre, condicionalidade sempre aberta ao surgimento de novas redes.

Com a ideia do *plano de interesses*, pretendo mapear alguns dos micro movimentos que antecipam os deslocamentos na rede. Antes que surjam as novas conexões é preciso negociar quais elos se desfazem, quais outros passam a compor alianças. Explico-me: quando, por exemplo, descrevemos que há na rede sempre a possibilidade de mudança entre suas articulações, não podemos esquecer que a rede é também uma experiência situada. Sendo localizada, seus acordos se darão por proximidade entre seus interesses. Mesmo que os arranjos possíveis estejam sempre virtualizados, não podemos antecipar quais elos, qual reconfiguração a rede terá. Podemos, sim, acompanhar a *mesa de negociação*.

O *inter-esse*, como indica a expressão latina, é aquilo que está “entre esses”. Está entre os atores e seus objetivos, criando uma tensão que fará os primeiros selecionarem apenas aquilo que, em sua opinião, ajuda-os a alcançar tais objetivos entre as muitas possibilidades existentes (LATOIR, 2000). Assim, afirmo que nenhuma ação é desinteressada, nenhuma conexão é desarticulada de outros elementos correlatos ao seu espaço e tempo. Por isso, antes do fluxo em rede, toda nova conexão precisa ser negociada, alinhada entre atores.

Nesse sentido, tornar *planos os interesses* nos permite descrever uma ação, dando-se ênfase aos efeitos e, principalmente, aos afetos que se fizeram interessantes naquele processo. A autora belga Vinciane Despret não utiliza a expressão afetos em sua obra, mas sim a de “emoções”. Faço aqui uma aproximação entre as duas expressões, pois como afirma a autora sobre o pesquisar em meio a emoções: “é com espanto, surpresa, desconforto, especialmente gafe ou ansiedade, que os pressupostos mais familiares, a evidência mais opaca, muitas vezes aparecem mais claramente” (DESPRET, 2006 p.1). Passemos, então, aos dois subpontos dessa proposição.

Apresentei anteriormente que as proposições aqui descritas foram sendo delineadas à medida que o campo de pesquisa era contratado com seus participantes. Por tratar-se de um campo na prática acadêmica de pesquisa e, também, produzido dentro dessa mesma disposição, vale trazer as reflexões de Despret (2011), acerca do lugar ocupado pelo “segredo” em muitas de nossas práticas profissionais, a saber, as práticas da ciência e algumas práticas da psicologia.

Tanto o cientista como o psicólogo parecem se sustentar em um plano de interesses, práticas que legitimam certa ideia de “mistério”, de ocultamentos. A ciência clássica tem como critério de validação, por exemplo, a suposição de que seus “pesquisados” não devem conhecer/compreender do que se trata sua pesquisa afim de que não possam influenciar os resultados. Despret, no entanto, resgata, na polêmica dos experimentos de “autoridade” de Stanley Milgram, a questão sempre atual da influência exercida pelo expert sobre seu campo (DESPRET, 2011; 2011a). A crença do pesquisador, hipóteses da situação de pesquisa, nunca ficará ilesa ao processo investigativo.

Quanto à prática psicológica, Despret (2011) relata sua própria experiência como psicóloga em um campo de refugiados, na ex-Iugoslávia. Nessa intervenção, ela viu-se bastante desconfortável quando, ao ser convocada para acompanhar alguns imigrantes de uma família, teve de propor um espaço completamente “aberto” e desprovido de qualquer privacidade/sigilo por conta do próprio hábito familiar/cultural. Os assuntos narrados pelos integrantes da família eram, na sua percepção, de extrema exposição individual. Porém, analisando essa experiência, Despret percebeu que a pessoa que mais se sentia “invadida”, “exposta”, naquela situação, fora ela mesma. A autora entende que o contrato de sigilo, em ambos os exemplos, parece ter como *interesse* muito mais a proteção da prática profissional do que propriamente dos outros sujeitos.

A ambiguidade na prática de segredo, a partir dos acordos de “proteção, sigilo, anonimato”, não é facilmente *desdobrável* nos planos que sustentam esse interesse. O segredo em suas diferentes nuances (proteção para, proteger-se de, sigilo com outros, sigilo de si, responsabilização, anonimato) naturalizado como parte de uma pesquisa, de uma relação terapêutica, precisa ser redimensionado (DESPRET, 2006). Em se tratando das “boas relações” profissionais, relações essas reconhecidas pelas pessoas assistidas, Despret relata que se surpreendeu com a resposta de um dos entrevistados quando esse atribui como bom profissional aquele com quem pode estabelecer certa “amizade”.

Se para ela ser “profissional” era separar público-privado, deixar em segredo emoções/relações pessoais; para o sujeito para o qual o profissional habilitava-se para escuta/cuidado o importante era justamente romper com as barreiras do “ser profissional”, passar da proteção/tutela, em espaço reservado, para o cuidado/amizade no seu cotidiano. É interessante salientar que o entrevistado parece associar a boa prática profissional à capacidade/possibilidade do profissional em acompanhá-lo, em manter-se junto a ele, e não de segregá-lo na relação. Tal conclusão nos faz lembrar a própria raiz etimológica<sup>13</sup> da palavra segredo: *secretar algo é segregar, manter em separado, pôr a parte, deixar de fora*.

Com relação à *atitude de pesquisa*, Despret volta sua atenção também ao status de “invisibilidade” que as emoções recebem muitas vezes quando relatamos ou quando estamos envolvidos com a prática de pesquisa. Referindo-se ao trabalho de Jean Briggs, com os *Esquimós Utku* e, também, de Catherine Lutz, com os *Ifaluks*, Despret dá atenção para as situações conflitantes produzidas em campo, “um simples desacordo de significados, o fato de nos inquietar, de nos obrigar a colocar em análise o que era tido como dado, são, nessa perspectiva, situações conflitantes praticáveis”. (DESPRET, 2006). Sobre o exemplo de manter em “segredo” certos conflitos nas pesquisas, retomaremos no segundo ponto dessa proposição metodológica, com a noção de uma **atitude cosmopolítica**.

---

<sup>13</sup> Do latim, *secretum*, 'lugar isolado, neutro'. Substantivo de *secretus*, do radical de *secretum*. Participio do passado. de *secernere*, “pôr à parte, separar, extremar”. (HOUAISS, Dicionário Eletrônico)

## ATITUDE COSMOPOLÍTICA

Mas, é uma última coisa que faz o segredo em nossos dispositivos, uma coisa que ele induz sem que essa indução seja colocada em questão: o segredo não separa apenas o que é público e o que é privado, ele separa as coisas das quais se pode orgulhar daquelas que envergonham. Para privilegiar essas últimas. E essa questão é, também, uma questão política (DESPRET, 2011).

Toda ação é política. Por isso, a prática da pesquisa implicará também um *ethos* de escolhas, renúncias, posicionamentos políticos que situarão o pesquisador como um agente, produtor e produzido, pelo campo da sua análise.

Falávamos anteriormente que para que haja uma conexão entre dois elementos é necessário que se estabeleçam negociações entre eles e que são os interesses que mantêm articuladas nossas ações. Podemos acrescentar ao termo *interesses* outro sentido utilizado por Latour para descrever os processos de produção e legitimação de um fato científico.

Apoiado pelos argumentos de Isabelle Stengers e de Vinciane Despret, Latour afirma que, para ser científico, o conhecimento tem de ser *interessante*.

Como tantos estudos sobre os cientistas em ação têm verificado, às qualificações de é científico? os cientistas muitas vezes acrescentam: Talvez seja, mas é interessante? Fecundidade, produtividade, riqueza, originalidade são características fundamentais de uma boa articulação. (LATOURE, 2007 p. 48).

Em análise posterior o autor acrescenta que, além de interessante, o conhecimento tem que ser arriscado. Ora, a noção de risco apontada faz menção à compreensão latouriana de que uma proposição, antes de ser um fato científico, acaba sendo “posta à prova”. Colocamo-la em risco diversas vezes até que adquira um status de verdade, uma caixa-preta sem qualquer suspeita de incoerência interna. Além dessa perspectiva, o autor complementa a noção de risco afirmando que, para Stengers e Despret, entretanto, *não seria suficientemente arriscado*, se não tivermos formas de eliminar todas as implausibilidades e atitudes falsificacionistas. “O



verdadeiro risco é fazer com que as questões que se põem sejam *requalificadas* pelas entidades alvo da experimentação” (LATOURE, 2007).

Com isso, para que a produção do conhecimento se dê, não só a “instância empírica da teoria deve ser falsificada, mas também a teoria, o programa de investigação, o aparato técnico”. Em vez de nos centrarmos no fato de a pergunta feita responder -sim ou não- aos critérios avaliados, o autor propõe passarmos à pergunta feita sob o crivo de ser, ainda, a mais adequada para o problema em questão.

Nesse sentido, *recolocar as perguntas*, pode vir associado à ideia de que o outro seja questionado sobre quais perguntas poderiam melhor corresponder à problemática em questão. Essa aposta foi praticada e descrita por Despret na constituição de seu campo com os *Craterópes*, perguntas e definições foram compartilhadas entre o etnólogo, os pássaros e as próprias descrições dos comportamentos sociais “mostrados” pelos animais aos seus observadores (PARIS, 1996). Essa aposta nos remete ao primeiro subponto, na “dobra do segredo”. Orientar-se por práticas que visem à proposição de um “plano de interesses”, requer destituir o segredo do dispositivo de pesquisa, podendo compartilhá-lo em campo com aqueles que participam.

A construção de um plano de interesses é uma forma de composição do espaço, sem que as diferenças, as disputas e posições precisem ser amortecidas ou toleradas, mas que essas possam se arriscar, descobrindo um possível, nas novas alianças (STENGERS, 2002). A essa proposta, Isabelle Stengers chamará de cosmopolítica.

Resgatando o conceito de cosmopolítica da filosofia kantiana, a autora coloca em discussão argumentos muito próximos à epistemologia política de Latour, buscando a dissolução das fronteiras entre as inúmeras dicotomias proliferadas pelos modernos (STENGERS, 2002). Além disso, a autora discorda do uso da cosmopolítica, muitas vezes associada à ideia de pacificação, como se pudéssemos alcançar um “cosmos” em total equilíbrio. Ela afirma ainda que não se pode denunciar o mundo em nome de um mundo ideal. “O cosmos como um desconhecido possível construído por

entidades múltiplas e diversas, repleto da promessa das articulações que poderiam ser feitas”. Esse cosmos é o oposto de um lugar de paz transcendente (HARAWAY, 2011).

Nessa direção, tomando como exemplo as disputas ecológicas, Stengers afirma que “o mundo não é aquilo que garantirá uma convergência de pontos de vista, mas o que produz a operação política de composição e de articulação nos modos de ação” (STENGERS, 2002). Por isso, a proposta cosmopolítica da autora defende que as decisões devem acontecer de alguma forma na presença daqueles que sofrerão suas consequências (HARAWAY, 2011). Colocar-se na presença desses outros, aberto a negociar os interesses envolvidos, requer um trabalho arriscado, além do mais, “ninguém saberia como fazer isso antes de se juntar em composição” (STENGERS, 2005). “Uma incerteza feliz que, segundo Despret, designa o caráter experimental e arriscado da prática” (DESPRET, s/d).

Pensar as relações *cosmopoliticamente* não significa partir do pressuposto de que certo pluralismo no qual somos imersos (pluralismo de culturas, ideologias, opiniões, sentimentos) é também sinônimo de que habitamos em um mundo comum. “Não há mundo comum, nem jamais houve; é preciso compô-lo” (LATOURE, 2011). De acordo com Latour e Stengers, é preciso abandonar a noção de que os desacordos (sejam eles materiais, espirituais; entre naturezas) “não são simplesmente superficiais, passageiros, simples erros de pedagogia ou de comunicação. Os desacordos são fundamentais” (LATOURE, 2011). A ideia de que poderíamos colocar de lado as diferenças que nos separam para habitar um mundo comum é veementemente rejeitada pelos autores, pois isso significaria perder toda e qualquer possibilidade de composições.

A possibilidade de se compor algo em comum é marcada pela ideia inversa, de fracasso na composição. Esse talvez seja um ponto essencial da cosmopolítica, pois se desloca da idealização do acontecimento, diluindo-se muitas vezes todas as posições conflitivas, com o objetivo de atingir a calma. Em verdade, é justamente a possibilidade de habitar entre “pluriversos”, pluralidades nunca acabadas que nos permite vivenciar como *arte política*, a negociação de posições, a invenção de novas táticas. Habitar entre pluriversos diz respeito a não se estabelecer em posições

preconcebidas. Além do mais, nunca sabemos ao certo a quem escolhemos defender ou demonizar nessas tantas pluralidades.

Neste sentido, Latour afirma que:

Pode acontecer que nos enganemos a todo instante, quando se marca uma cruz sobre aqueles que estão do lado bom e sobre aqueles que estão do lado mau da história. Os lados tem uma furiosa tendência a variar, as partes a mudar de campo, sem falar, as consequências inesperadas de nossas ações que multiplicam as hesitações sobre os sentidos e os percursos da composição. (LATOURE, 2011).

No domínio do conhecimento, tomando a *arte política* também como possibilidade no encontro entre academia e seus “outros” na pesquisa, podemos situar a prática cosmopolítica como uma baliza para se acompanhar um dado campo problemático. Fazer inferências, reflexões, produzir conhecimento requer, em todo o processo de pesquisa, colocar em risco a composição desses interesses.

Para finalizar, retomo que a proposição metodologia dos *planos de interesse* pressupõe que, na experiência de pesquisa, possamos estar atentos às relações encobertas, dispositivos de segredos que colocam a todo instante a separabilidade entre pesquisador e pesquisado. Tornar o mais visível e plano os interesses e negociações entre pesquisador, objeto, escolha do campo e as ofertas de intervenção é sempre uma atitude de risco.

Desconstruir a pesquisa do lugar de segredo e talvez partilhar seu objeto de investigação entre todos pode ser uma maneira de descentralizar o pesquisador da atitude de descoberta, de explicação sobre os fenômenos.

A pesquisa como prática cosmopolítica coloca em tensão os fatos valorizados, positivados pela escolha de uma posição absoluta quase sempre de contra ou a favor. Em oposição a isso, a atitude cosmopolítica prefere dar voz aos momentos de indecisão, momentos de dispersão dos argumentos, de conflito que nos desviam a caminhos desconhecidos e recalcitrantes. O desvio nesses termos, não é fuga, mas produção.

### PROPOSIÇÃO3: RECALCITRÂNCIAS E TÁTICAS

---

Encerramos a descrição da segunda proposição metodológica, justamente dando ênfase à importância de que possamos deixar em “planos visíveis” todos aqueles elementos que se fizerem resistentes no processo de negociação. O termo recalcitrância, proposto por Latour, diz justamente desses movimentos bloqueados que nos obrigam a parar e redefinir o percurso.

Dar vazão à recalcitrância é, em certa medida, perceber que os atores que acompanhamos no percurso de investigação têm, de fato, agenciado seus interesses; caso contrário um objeto que não resiste, que apenas “corroborar e colabora” dispondo-se de maneira total, poderia nos indicar um saber centralizado na posição do pesquisador ou, ainda, *perguntas* um tanto já conformadas ao problema em questão. Além dessa perspectiva, podemos compreender as recalcitrâncias como sendo, também, as composições que não conseguimos definir de imediato, que escapam ao domínio explicativo pretendido.

Latour salienta que:

De acordo com Stengers, podemos dizer que, em realidade os objetos teóricos ou experimentais se caracterizam pela sua recalcitrância. O pesquisador pode bem exigir uma resposta pelo dispositivo de uma experiência; o objeto não se sentiria obrigado a lhe responder dentro dos mesmos termos. Se a experiência é bem montada, ele vai desviar a questão, surpreender o entrevistador, inverter o prognóstico e fará correr à interpretação dos riscos inesperados. (LATOURE, 1997).

Podemos perceber, a partir da leitura desse extrato, que o autor aproxima certa noção de desvio com aquele sentimento de surpresa por parte do pesquisador. No entanto, é interessante pensar que os movimentos de “desvio” e “captura” não necessariamente se localizam em uma única posição, aquela do pesquisado, por exemplo. Tomando como base uma atitude cosmopolítica nas negociações, essas ações serão produzidas por todos agentes em composição.

Quando acompanhamos os interesses em negociação alguns elementos podem destacar-se pelas suas posições de recalcitrância. Nesses casos, perceberemos que os

agentes acabam produzindo caminhos alternativos para fazer desvio à “situação conflitiva”. A esses novos caminhos, opções de desvio, chamo de *tática*.

A noção de tática não é abordada diretamente por nenhum dos autores que embasam esta dissertação. Geralmente, ela aparece nos textos apenas como sendo sinônimo de estratégia ou, ainda, fazendo-se menção aos modos de operar de determinadas práticas (FOUCAULT, 2008; LATOUR, 2000).

Além disso, o termo, no sentido corriqueiro, está relacionado aos contextos bélicos, justificando as escolhas feitas em um campo de batalha como sendo as “táticas” de uma determinada manobra.

Do contexto belicoso, acho pertinente, no termo a imagem de movimento a que ele nos remete. A tática geralmente é associada à mudança de posição. E mais, se pensarmos no contexto da pesquisa, a proposta da “negociação em campo”<sup>14</sup> só pode ser executada quando alguns interesses forem *desentrincheirados* e algum “desvio” for possível.

Com relação à fusão de significados para estratégia e tática, a dissertação *Cacos Urbanos: gesto, cidade e narração*, de Cristiane Knijnik, ilustra uma distinção interessante entre os termos:

As táticas aparecem no meio da rede de poderes estabelecidos criando modos singulares de luta, saber mudo – poder errante. Mudo porque se insinua entre as palavras. Errante porque opera desvio e desaparece sem deixar rastro. Operar taticamente equivale a extrair a dimensão única daquilo que nos acontece, enquanto que, a operação estratégica fabrica modelos de ação. (KNIJNIK, 2009 p. 52).

Para a autora, as palavras estratégia e tática se diferenciam uma vez que a estratégia estaria associada a uma percepção previa, antecipada à ação, um saber-fazer que estaria ancorado em relações de poder-saber já estabelecidas. A tática, no

---

<sup>14</sup> Ver capítulo 4.

entanto, seria *uma ação situada*, não há antecipação dos acontecimentos. Situa-se como um saber-errante, elaborada a partir do movimento atual do próprio campo.

As táticas, assim, sugerem a prática de um saber. Um saber que não se situa nem na ordem de um saber teórico, nem somente prático. A tática é um saber relacional, híbrido, encarnado. Um saber muito semelhante aquele grego, da *mètis*. Detienne e Vernant, em análise à cultura grega antiga, resgatam no conceito de *mètis* certa discussão atual acerca da possibilidade de existir outras formas ao saber. Enquanto, no contexto grego, os sujeitos dotados da capacidade de produzir táticas eram reconhecidos por sua *astúcia*, por seus *truques políticos* (DETIENNE & VERNANT, 2008. Em nosso contexto ocidental, por muito tempo, desconsideraram-se os saberes que não configurassem saber prático ou teórico, ainda mais se esses sugerissem também o engodo e a transgressão<sup>15</sup>. Marca um tanto ambivalente que sugeria o uso do termo *mètis*.

A *mètis* é, de certa maneira, um saber cotidiano. Atualizando-a ao nosso contexto, poderíamos dizer que não se refere apenas às táticas produzidas no campo de pesquisa, mas, também, nos diferentes campos de negociação que a vida nos exige.

Criar atalhos e desvios, entretanto, não depende de um saber individualizado. O saber tático é hibridez e *mestiçagem* de um saber composto. Composição sempre atual entre todos os agentes conectados no percurso. A recalcitrância é, por assim dizer, a primeira condicionalidade para que o *saber tático* opere.

---

<sup>15</sup> Um exemplo clássico de *mètis* é apresentado pelos autores com a história “Presente Grego, ou Cavalo de Tróia”.

### DESCREVENDO PLANOS E OBJETIVOS

Tomando como orientação metodológica as três proposições descritas acima, essa proposta investigativa tem como objetivo acompanhar as práticas de pesquisa e intervenção, tendo como centralidade as diversas traduções que deslocam a experiência do campo a outras composições e interesses como, por exemplo, a encontrada nos registros narrativos.

Para isso, busquei um grupo de pesquisa que tivesse como perspectiva de trabalho a associação entre pesquisa e intervenção e que seu campo não fosse circunstancial, mas tivesse uma atuação de continuidade no local. Dada essa singularidade, provavelmente, a prática de pesquisa e intervenção estaria associada à outra prática, como foi, no caso, a prática com oficinas.

A esse grupo de pesquisa apresentei meu objetivo geral, bem como algumas das orientações metodológicas que fazem eco em minha implicação. O interesse apresentado foi de “acompanhar” o grupo em seu cotidiano de trabalho, principalmente, atenta às passagens do conhecimento produzido no campo e suas traduções no espaço acadêmico.

### SITUANDO A EXPERIÊNCIA

Na introdução deste trabalho, procurei apresentar de maneira mais minuciosa os percursos e transições entre os campos de pesquisa constitutivos na minha trajetória de estudante e pesquisadora. Os interesses e alianças construídos, naquele

momento, viriam a ser essenciais para que esta dissertação viesse a se situar junto ao grupo de pesquisa e extensão “Oficina Linguagens da Cidadania (OLC)”.

Nas páginas anteriores, descrevi com mais precisão as relações de afinidade institucionais que aliam o meu grupo de pesquisa, *Oficinando em Rede*, ao grupo da OLC.

Estabelecidos os acordos de meu ingresso na OLC com a pesquisa de mestrado, por um ano acompanhei o percurso do grupo, coincidindo minha entrada, justamente, com o período de reorganização semestral das atividades de oficina na vila Viçosa. Era o momento esse em que se retomava o contato com os participantes, divulgava-se novamente a atividade, ingressavam novos bolsistas/oficineiros.

As oficinas do ano de 2012 iniciaram em final de março e tiveram continuidade, por todo o ano, até a segunda semana de dezembro. As reuniões do grupo, no Instituto de Psicologia, foram realizadas até as duas primeiras semanas de Janeiro de 2013, havendo, também recentemente, um último convite para recepção dos novos integrantes da OLC em março de 2013.

Seguem descritas algumas participações compostos com o grupo da OLC:

- Participação da rerepresentação da OLC, na escola da Vila Viçosa, a fim de realizarmos a divulgação do dia e hora das oficinas de 2012. Encontro com algumas crianças que já eram participantes da oficina em 2011.
- Acesso à cerca de 16 relatos escritos sobre as oficinas, enviados a todos participantes do grupo;
- Presença em, aproximadamente, 15 das 20 reuniões semanais realizadas pelo grupo, todas localizadas no Instituto de Psicologia da UFRGS.
- Uma Manhã de conversa com a agente comunitária da ESF Viçosa, participante das oficinas.
- Um encontro na ESF Viçosa: proposição de conversa entre as duasicineiras e a agente comunitária, a fim de negociarmos um



espaço para minha pesquisa. Breve encontro com as crianças participantes da oficina de 2012.

– Inserção na lista de e-mails; espaço informativo, de compartilhamento dos relatos de oficina e de algumas outras reflexões produzidas pelo grupo.

## UM PROBLEMA DE PESQUISA RECALCITRANTE

Antes de constituir o acordo de participação com o grupo atual da proposta, refleti sobre quais outras possibilidades de ingresso no meu “campo-tema”<sup>16</sup> poderiam existir. Cogitou-se, inclusive, que o campo se constituísse a partir de publicações acadêmicas que narrassem a experiência do campo com pesquisa e Intervenção.

O número restrito de publicações que centrassem na experiência do campo em si e, não tanto, nos pressupostos epistemológicos da pesquisa/intervenção, acabou reorientando a minha busca por um campo em ação.

É interessante salientar que, na minha pesquisa nas plataformas de publicações acadêmicas, evidenciei certa escassez de publicações que se lançassem a descrever as experiências do campo, que fizessem ressoar, no (a) leitor(a), a experiência de “como” foram sendo tramadas as sucessivas passagens dos acontecimentos.

A dificuldade que me fez abortar a ideia de tomar como campo as “publicações” foi, de certa maneira, reatualizada, quando estava junto ao *campo em ação* da OLC. Com esse grupo pareceu-me que a questão da escrita era vivida como uma prática menos vital que a fala. Talvez pelo fato da escrita partir de contratações institucionais (relatórios de pesquisa, relatos dos bolsistas, apresentação oral em salão de iniciação à pesquisa), a afecção a ela fosse menos contagiante.

---

<sup>16</sup> Ver capítulo 4

Essa semelhança leva-me a supor que a possibilidade de que a escrita venha a se constituir como *plano de interesses*<sup>17</sup> pareceu ser uma resistência, dificuldade compartilhada por aqueles que têm suas práticas imersas na intervenção. Uma prática que carrega, no próprio corpo, afetos e efeitos do pesquisar e intervir em associação.

## NEGOCIANDO COM O CAMPO

Na introdução relatei algumas reflexões que advieram com a escolha do campo na OLC, mas, principalmente, aponteí minhas dúvidas quanto à posição que ocuparia no grupo.

No momento do meu ingresso foram explicitados meus objetivos e interesses de participação. Por outro lado, o grupo também se posicionou em relação aos seus interesses com a minha entrada.

Por ser um grupo pequeno e por não estar vinculado ao programa de pós-graduação, na OLC há menos circulação de estudantes-pesquisadores (mestrando, doutorandos), o que o torna mais dependente das reinscrições anuais junto às agências de fomento à pesquisa e extensão universitária, na busca por bolsas que vinculem estudantes às oficinas. O grupo é, portanto, constituído pela professora-coordenadora do projeto e os oficinairos. Essas características vieram a ser expressas, quando, ao ingressar na OLC, criava-se a expectativa de que eu pudesse me integrar às oficinas como oficinaira.

Naquele momento do ano o grupo dispunha apenas de uma das bolsistas que já integrava a OLC desde o ano anterior. Havia um sentimento de falta e imprecisão quanto a quem seriam os outros integrantes. Além da “tradição no grupo” de trabalhar entre três oficinairos, havia também “boatos” de que a agente comunitária não

---

<sup>17</sup> A escrita é pensada aqui como plano de interesse no sentido de serem negociadas as impressões. São sentimentos sempre viscerais que constituem as falas daqueles que compõem a experiência do campo.

poderia mais participar das oficinas, por conta de um curso de capacitação que teria de fazer todas as sextas-feiras.

Caso isso ocorresse, a troca de dia da oficina implicaria na troca do grupo de crianças que participavam, uma vez que a sexta-feira era o único dia da semana em que eles não tinham de estar na escola, participando do programa “Mais Educação”<sup>18</sup>.

Antes do ingresso da segunda bolsista, havia também a fala de que não poderiam ocorrer as oficinas somente com umaicineira. Nesta situação, cheguei a propor minha participação comoicineira, garantindo assim a continuidade do trabalho na OLC e também o meu. Meus interesses como pesquisadora, no entanto, não poderiam manter-se atrelados a esse lugar, pelo menos não nessa condicionalidade de “tudo ou nada”. Essas indecisões permaneceram por uma ou duas semanas, quando se deu a entrada de uma nova bolsista, fortalecendo a decisão do grupo de dar início às atividades das oficinas.

Até este momento, negocieei com o grupo, que deixaria em suspensão a minha participação no campo da Viçosa. A aposta era que a banca de qualificação do projeto de mestrado poderia me sugerir algumas outras alternativas.

A meu ver, a tensão de interesses que se colocavam naquele instante não podia ser negociada com a OLC, porque não a incluía em interesses comuns. Obviamente, o interesse do grupo seria de que eu fosse tambémicineira, mas, referente ao projeto de mestrado, a questão era de outra ordem. Antes de decidir sericineira ou não, parecia-me importante ter clareza, em meu projeto, sobre duas questões: 1) A OLC não se caracterizaria mais como projeto de extensão do que propriamente de pesquisa? 2) Levando em consideração que o meu problema de pesquisa centrava-se

---

<sup>18</sup> O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, aumenta a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educação, educação científica e educação econômica. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/>

nas traduções que ocorrem entre campo e contexto acadêmico, poderia deixar de participar das oficinas na Viçosa, uma vez que aquele era o campo da OLC?

Assim, produzia-se em mim uma infinidade de questionamentos. Dessas duas perguntas iniciais, obviamente, abriam-se muitas outras. 1) Mas o que diferencia, no contexto da Psicologia Social, as práticas de pesquisa e de extensão além, obviamente, da vinculação institucional dos projetos nas respectivas Pró-Reitorias? 2) Caso optasse por participar dos encontros na Viçosa, haveria como marcar outra posição que não a de oficineira? E, nesse caso, como ficaria a questão metodológica do meu trabalho, a Pesquisa-Intervenção enquadraria a mesma posição metodológica do grupo da OLC?

O plano de interesses, exemplificado nessas perguntas, pôde enfim ser negociado em um almoço de trabalho com alguns dos integrantes da banca de qualificação. Como afirmado na terceira proposição metodológica, uma atitude cosmopolítica nem sempre significa construir um espaço de calma ou decisões imediatas. Em realidade, das conclusões obtidas pela mesa de (almoço) negociações, todas as perguntas por mim lançadas pareceram decantar sob uma única questão: “Qual é, afinal, o teu campo? Essa decisão define a prioridade das tuas questões”.

Dessa interrogação, saliento o subtítulo desse trecho: “negociando com o campo”. Há certamente uma ambiguidade na frase, pois tanto pode ser pensada como sendo o campo OLC, o campo da OLC (Viçosa), mas, também, o campo por ele mesmo, como me pareceu ser endereçada a pergunta. Aqui temos um bom exemplo de como as negociações de que tanto falamos nesta dissertação nem sempre envolvem atores - humanos, que falam e argumentam na mesma linguagem que nós. Muitas das batalhas em campo podem ser travadas com “objetos-problemas”, por exemplo. Situações conflitivas, aparentemente teóricas, mas que, dado os primeiros “tiros”, logo aparecem seus porta-vozes<sup>19</sup>, “soldadinhos humanos” para suas defesas.

---

<sup>19</sup> Porta-vozes, termo utilizado por Bruno Latour em *Ciência em Ação*. Conforme a definição: “Assim, na prática, não há muita diferença entre pessoas e coisas: ambas precisam de alguém para falar em seu lugar. Do ponto de vista do porta-voz, portanto, não há por que fazer distinção entre representar pessoas e representar coisas. Em cada caso, o porta-voz literalmente fala em lugar de quem ou do que não pode ou não sabe falar. O Professor, no laboratório, fala pela endorfina, assim como Davis fala pelos neutrinos, e Bill [no movimento sindical] pelos trabalhadores” (LATOUR, 2000 p.120).

## TÁTICA SEM TATO É ESTRATÉGIA

Relato nesse subtópico a precipitação de uma estratégia de pesquisa, ou melhor, os descuidos na prática de pesquisa. O que poderia ser tomado como mau uso tático, na verdade, constituiu-se como uma estratégia unilateral dos meus interesses sobre o campo. E, caso não estivesse disposta a colocar-me em risco, expondo interesses forçados também, talvez optasse por descrever simplesmente, dessa situação, que, no dia agendado para acordarmos sobre a “intervenção”, minha proposta foi boicotada pelos participantes.

Pelos motivos que já descrevi, em “negociando com o campo”, as dúvidas sobre o meu projeto foram negociadas sem que fosse incluída a OLC. Havia, como apresentei, as proposições de ir à Viçosa, de ficar nas reuniões, ou ainda, ir aos dois concomitantemente. No entanto, posteriormente, sem que eu discutisse com a OLC, pareceu-me surgir uma quarta proposta, a de constituir um lugar novo para estabelecer meu campo, um “entre-campos”, como descrevi, em meu diário de campo: *“controvérsias do campo”*.

O incômodo que relatei na primeira página é justamente parte das últimas linhas descritas. A controversa do campo, “de qual é, enfim, o teu campo” de alguma forma se atualizava novamente dizendo-me: decifra-me ou devoro-te! Era preciso colocar um ponto. Não um ponto final, mas um traço, um fio que de alguma forma fortalecesse o caminho, ligando esses diversos tempos, esses diversos “nós”. Construir um campo de pesquisa é tão perigoso como se aventurar nos míticos labirintos gregos. A ideia de um encontro de devolução com Malvina, Isa, Ceci, nem na UFRGS, nem na oficina em si, parecia constituir-se em um “meio”. Teria resolvido a controversa? Meu campo seria, então, esse espaço “entre”? Um caminho do meio entre Universidade e Oficina? Poderia ali propor, quem sabe, um espaço com cadernetas, um espaço de conversa sobre o exercício de transposição “do campo ao texto”? Nem decifrei, nem fui devorada. Uma coisa parecia certa, meu campo não seria com as crianças. Mesmo que em algum momento pudesse ir até a oficina em seu fazer, meu campo estava “entre”. Não é exatamente uma “passagem” que quero percorrer. Entre o campo e o texto, um caminho do meio. Treze páginas se fizeram escritas. Agora era só enviar o e-mail e esperar alguma resposta. Mas e a agente comunitária? Como a colocaria ao par disso tudo? Deveria então esperar e apresentar esse texto no encontro que fora marcado para

dia 1º de junho? Cheguei quase a supor que de alguma forma ela ficaria sabendo, que “acompanharia” o processo à distancia. “Mistérios da Lomba” gracejou uma das crianças que acabara de ler um dos desafios da coleção salve-se quem puder! E assim a pesquisa-labirinto anda. A caminhada pela Paz das crianças; o dia da Luta Antimanicomial da Isa e Ceci; a Conversa com a Malvina; todos esses eventos, no mesmo dia 18, pareciam ter-me feito voltar para casa com um fio de Ariadne no bolso. (Diário de Campo, 25/05/12).

O e-mail enviado para a OLC com esse trecho e outras páginas não teve qualquer comentário. Insisti, não obtendo qualquer resposta (o silêncio também pode ser uma boa indicação de recalcitrância), e retornei com o pedido na reunião seguinte.

Note-se, a proposta de um espaço, no meio, entre os campos da Viçosa e da academia, em momento algum surgiu como plano de negociação da reunião com o grupo. E, nesse sentido, houve certa *forçagem*, “interesse unilateral” na posição ocupada por mim. Em minha proposta, podíamos quinzenalmente nos encontrar, eu , as duasicineiras e a agente comunitária. Para evitar deslocamentos extras, os encontros poderiam ocorrer antes da execução de cada oficina na ESF da Viçosa. Essa alternativa parecia-me resolver duplamente os *meus* mal-estares.

O primeiro deles, de não ter de definir o campo pelas opções dadas. Ao criar outro espaço, pareceria muito mais fácil ocupar o “meu campo”. O segundo, talvez o maior dos mal-estares, dizia respeito a não inclusão da agente comunitária nos encontros da OLC. A não participação dela no planejamento das oficinas era, em *minha opinião*, um “analisador” urgentíssimo de ser tensionado. Apesar deste fato ser mencionado no grupo, não causava nenhum desconforto saber que, mesmo a tal agente sendo uma das conexões necessárias entre ESF-UFRGS, mesmo assim, quem “oficinava” eram as bolsistas. Além disso, ela era uma das memórias da oficina, pois se mantivera permanente entre as diversas trocas de bolsistas na OLC e, mesmo assim, ela não era presente, nem comoicineira nos relatos, nem como integrante das reuniões de planejamento das atividades.

Percebe-se que essas questões redentoras continham em si um sentimento de salvação e de mudança, desejo de controle e de intervenção que muitos pesquisadores, inclusive eu, parecem nutrir em algum momento pelo seu campo.

Nesse sentido, por partir de uma proposta individual, uma estratégica de controle sob o campo, deixei de perceber que todas essas questões só teriam validade e sentido se fossem produzidas cosmopoliticamente, ou seja, se fossem interessantes para ambos os atores.

O resultado desse encontro na ESF, com asicineiras e a agente comunitária já é imaginado pelo (a) leitor(a) (me boicotaram!). *Minha estratégia*, que parecia bem aceita pela agente comunitária, foi bastante questionada pelas icineiras. Perguntas simples e diretas que resumem muito bem a situação: “Mas para que criarmos mais um espaço?” Por quê?

Minha argumentação era que poderíamos usar o espaço para a leitura e outras reflexões sobre os relatos das oficinas, já que isso não era feito sistematicamente nas reuniões. Além disso, seria uma maneira também de potencializar discussões coletivas do campo, incluindo a agente comunitária. Como contra argumentação, as icineiras diziam que estaríamos criando mais um lugar, quando, na verdade, deveríamos aproveitar melhor os encontros semanais da OLC, incluindo leituras de textos; leituras dos diários; produções coletivas.

Apesar da minha má estratégia, um plano de interesses comuns pareceu recompor nossas alianças. Como sugestão das icineiras, deveríamos melhorar o uso dos relatos e produções nos encontros semanais, e todas iriam se comprometer com isso. Bom, o “compromisso”, esse sim, fora uma boa tática. Mesmo sendo uma tática para terminar aquela minha desastrosa proposta de encontro.

## CAPÍTULO 2

### SOBRE PESQUISAR E INTERVIR: PRÁTICAS EM ASSOCIAÇÃO

#### A PSICOLOGIA SOCIAL COMO ASSOCIAÇÃO

O projeto epistemológico da modernidade esteve pautado na produção dicotômica de entidades e fenômenos. A exigência de purificação dos objetos, que, segundo Bruno Latour, em realidade jamais foi esgotada. Trouxe, entretanto, para a formulação das disciplinas e campos de saber, objetivações cindidas em dicotomias: indivíduo-sociedade; teoria-prática; natureza-cultura (LATOURE, 1994). Essa cisão entre o que pertence a um campo de estudo e não a outro nos é bastante familiar quando pensamos nas separações entre o campo individual e o campo social, referenciados, respectivamente, à Psicologia e à Sociologia.

Como em todo projeto moderno, a profusão de purificações foi insuficiente. Em realidade, analisando contextos e problemáticas afins às duas disciplinas, percebe-se que as entidades isoladas são pouquíssimas frente aos fenômenos fronteirizos que se impõem como tensão.

Foucault, em análise ao surgimento das ciências humanas, salienta algumas diferenças fundamentais entre uma e outra disciplina. Para esse autor, a Psicologia seria o estudo do homem em termos de funções e de normas, que poderiam ser interpretadas a partir de conflitos e das significações das regras e dos sistemas; e a Sociologia, um estudo do homem em termos de regras e conflitos, sendo que esses poderiam ser interpretados secundariamente como se estivessem os indivíduos organicamente ligados a si mesmos ou de sistemas de significações como textos escritos ou falados (FOUCAULT, 2000).

Desse modo, poderíamos indicar que à Psicologia caberiam os fenômenos do indivíduo, suas motivações internas e seus comportamentos perceptíveis,



principalmente a partir da disciplinarização dos corpos individuais (FOUCAULT, 1999). À Sociologia, por conseguinte, caberia o conjunto desses indivíduos, a sociedade e seus fatos sociais. Segundo Durkheim, os fatos sociais constituem-se como fenômenos, pelos quais o indivíduo estaria subordinado aos processos de socialização (DURKHEIN, 1995).

É interessante pontuar que dessas definições derivariam outras disciplinas, novas purificações que, incluídas na grande área das ciências humanas, entrecruzam-se. Nesse sentido, Psicologia e Sociologia interpenetram-se, compõem espaços fronteiriços, “disciplinas intermediárias e mistas que se multiplicam indefinidamente” (FOUCAULT, 2000). A Psicologia Social, que surge posteriormente como produção dessas multiplicações, situa-se em um lugar de fronteiras fluidas, intermediário e que, como aponta Foucault, tem como característica um “objeto em dissolução” (FOUCAULT, 2000).

Foucault (2000) refere-se a essa “dissolução dos objetos” entre as disciplinas intermediárias sem referir-se exatamente a Psicologia Social. No entanto, é oportuno levantarmos algumas questões a cerca desta especialidade: afinal, como situamos essa subárea da Psicologia chamada de social? Na Psicologia Social nosso objeto é o próprio social? E, se assim o fosse, poderíamos dizer que este objeto é equivalente à “sociedade”, aquele mesmo da Sociologia?

Latour, em uma das suas mais recentes obras, salienta que alguns dos problemas da concepção *social* surgem quando, nas definições das mais diversas disciplinas, o *social* é tomado como um adjetivo, assim como são definidos os materiais: “metálico, biológico, econômico, mental”. E isso implica que o objeto *social* passa a ser um domínio explicativo somente quando dentre os demais princípios de uma disciplina, não se encontrou determinações possíveis. Para Latour, o social é “tanto parte residual daquilo que outras disciplinas não podem prestar conta”, como também, o social é totalizado, “está em toda parte e, por isso, em lugar nenhum” (LATOURE, 2006).

O problema de um objeto em campos fronteiriços entre a Psicologia e a Sociologia, no qual a Psicologia Social se constituiu, nos incita a buscar, a reinventar táticas para pensarmos a produção do *social* como nosso campo de conhecimento.

Paul Veyne, ao analisar a proposta metodológica de Foucault, afirma que embora os objetos pareçam determinar nossa conduta, primeiramente é a prática que determina esses objetos. Para esse autor, o conceito de prática, forjado por Foucault, coloca-nos diante de uma nova possibilidade de pensar a produção de conhecimento, principalmente quanto ao deslocamento produzido de uma “filosofia dos objetos” para uma “filosofia das relações”. Para Foucault, “o método consiste em compreender que as coisas não passam de objetivações de práticas determinadas, cujas determinações devem ser postas a luz” (VEYNE, 1999 p.250). Nesse sentido, o objetivo da perspectiva foucaultiana é problematizar como as práticas podem chegar a engendrar domínios de saber (FOUCAULT, 2005).

Se o objeto não é correlato de uma prática, não existindo a priori, ele está, então, sempre em relação a ela. A desconstrução de uma lógica causal do pensamento refere-se à compreensão das questões em um contexto relacional. Isso incita-nos a pensar que o que é feito, o objeto, é explicado pelo seu fazer, modulando as práticas que o constituíram e que o mantêm existindo.

Partindo da proposta epistemológica de Foucault, podemos perceber algumas aproximações com as críticas apontadas anteriormente por Latour. Ao mencionar certa banalização no uso do adjetivo *social*, conferindo-lhe “um estado de coisas estáveis em um fenômeno”, Latour instiga a necessidade de retomarmos o sentido original das ciências sociais<sup>20</sup>: “ciência da vida em conjunto” (LATOURE, 2006 p.8).

Quando destaca essa proposição, Latour refere que, ao invés do conceito *social* manter-se como adjetivo, colando todos os resíduos causais que as demais disciplinas não conseguem situar em seu domínio explicativo, o *social* deve ser pensado como um agrupamento, uma assembleia<sup>21</sup> de tantas outras conexões possíveis nos variados contextos de estudo.

Nesse sentido, o social constituiria quaisquer conexões entre atores sem estar predeterminado pelos domínios de saber referidos como sendo das ciências humanas.

---

<sup>20</sup> E aqui podemos ampliar para todas as ciências que, como a Psicologia Social, dialogam com esse adjetivo.

<sup>21</sup> *Assemblage*, no original francês.

O importante é poder compreender de que maneiras certo plano de relações está associado; quais seus fluxos, contradições e agências.

Dessa maneira, o autor nos propõe permanecer fiéis à raiz latina de *socius* e ao que ela indica etimologicamente: uma ciência do social é *uma associação*. Uma sociedade entre elementos heterogêneos, que não sendo objetos predeterminados, colocam-se conectados sempre a partir da sua ação, das condições de possibilidade de agência em uma determinada rede de relações.

Por conseguinte, se Foucault propõe investigar a prática na constituição dos objetos, entendendo que é na relação, e não na identidade, que são dadas as condições de possibilidade dessas insurgências, Latour propõe, como parte do seu método, investigar as associações que, em um dado conjunto de conexões e relações, aliam pessoas, coisas, lugares em uma prática, em uma ação.

Alguns impasses surgem quando a proposta versa sobre campos limítrofes, como esse em Psicologia Social. Referia que a constituição fronteira dessa disciplina, bem como a dificuldade constitutiva à concepção dos objetos colados a uma determinada versão de social deve ser tensionada a partir da metodologia com a qual irá seguir a proposta investigativa.

Podemos tomar como exemplo a criação da “especialidade” do Psicólogo Social no Brasil. A criação da especialidade gerou um debate acerca de qual objeto consistiria a prática profissional da Psicologia Social e em que medida esses profissionais teriam um campo mais “social” do que outras subáreas da psicologia para assim receberem tal titulação. Na resolução CFP 03/2003 é definido que o Psicólogo Social, enquanto especialista, atuará fundamentado na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. Além disso, Heliana de Barros Conde Rodrigues, em publicação referente à conferência da ABRAPSO-Rio de 2004, destaca que esse episódio revela o (des)conhecimento do projeto militante através do qual foi fundada a própria Associação Brasileira de Psicólogos Sociais (ABRAPSO) no Brasil (RODRIGUES, 2005). Projeto esse que se apoiava justamente em uma compreensão histórico crítica da constituição dos fenômenos e não por tomar os fenômenos como já dados. Para Barros (2007) não se trata de negar a importância do saber especializado, mas pensar

sobre seu funcionamento, sobre as práticas que qualificam e desqualificam inclusive os demais saberes e sobre os objetos de estudo que constituem e mantêm a partir de suas práticas de pesquisa. Portanto, “desnaturalizar os especialismos é questão central para aqueles que repensam a produção do conhecimento e que problematizam as dicotomias” (BARROS, 2007 p.225).

A relação entre produção de um campo disciplinar e, conseqüentemente, a necessidade de seus experts, a fim de validar determinado objeto de interesse, destacando-o como recortes de um acontecimento, também validará a própria noção de sujeitos de interesse nesse objeto. Assim, “a relação não é entre sujeitos pré-existentes solicitados a responder às necessidades humanas também pré-existentes, mas sujeitos engendrados por determinados modos de subjetivação”, constituídos e constituidores de si e do saberes ao qual se referem (BARROS, 2007 p.227). Sabemos, no entanto, que situar um campo como “produção de conhecimento”, pela sua amplitude, requer a eleição de alguns recortes. Nesse sentido, as práticas de pesquisar e de intervir em Psicologia Social podem nos situar alguma entrada.

#### PESQUISAR E INTERVIR: QUAIS ASSOCIAÇÕES POSSÍVEIS?

Em resgate ao período de constituição da ABRAPSO, final dos anos de 1970 e meados dos anos de 1980, podemos destacar alguns fatos que teceram a pesquisa e a intervenção como práticas engendradas à própria noção do social.

Marcada pela perspectiva individual e positivista, as primeiras orientações da psicologia a incluírem a concepção de social referiam-se à dependência interacional entre sujeitos e o seu meio. Ambos já pré-existentes. A Psicologia Social positivista, como tem sido denominada, foi hegemônica até meados de 1970. Concebia os estudos sobre interação restritos à observação do comportamento de dois ou mais indivíduos e aos efeitos invariantes de tal interação no comportamento de cada indivíduo (ESCÓSSIA & KASTRUP, 2005), ficando adstrita ao plano da sociabilidade.

A visão positivista de ciência se aliava a outros acontecimentos do período. No contexto político de privações das liberdades coletivas e individuais, a América Latina compartilhava o anseio por rupturas diversas. A Psicologia Social Brasileira, entre as décadas de 1960 e 1970, irrompia em movimentos de militantes orientados por bases do materialismo histórico e movimentos de denúncias ao modelo científico hegemônico. Esse referencial politizou o conhecimento científico, historicizou os fenômenos humanos e derrubou o mito de ciência como sinônimo de progresso. (SAWAIA, 2006) Desses movimentos, a Psicologia Social se fortaleceria enquanto disciplina, principalmente a partir da emergência de um discurso pela transformação da sociedade.

Acessando alguns arquivos dos Encontros Regionais e Nacionais da Associação Brasileira de Psicologia Social, é possível encontrar algumas passagens que nos lançam ao discurso dessa proposição política e transformadora da sociedade: “Cabe ao cientista fazer surgir esta cultura, retirá-la de dentro da comunidade. A cultura e o saber comunitário são a vida da comunidade e, como tal, são energia para a sua transformação” (MACHADO, 1985 p.110). Nesse cenário, noções como educação e cultura popular, participação e autonomia ganham relevo e orientam as ações dos trabalhadores sociais (ROCHA & AGUIAR, 2003).

A pesquisa e a intervenção, tomadas como práticas inconciliáveis em um modelo de ciência positivista, passam a compor um campo de saber em que se mesclam rupturas epistemológicas do fazer científico e movimentos políticos pelo engajamento social. Como afirma Barros (2007) “é ao final da década de 1960, no bojo da discussão sobre a relação que o pesquisador estabelece com seu campo de investigação, que a palavra intervenção se alia à de pesquisa”, trazendo para o centro a velha querela das dicotomias fundadoras do pensamento moderno (BARROS, 2007 p.228)

O ato da intervenção que até então contaminava a ação de pesquisar - uma vez que negava um dos seus mais caros pressupostos, a neutralidade- passa, agora, a ser tomado como uma práxis transformadora da realidade e como ferramenta de conhecimento. A politização da ciência era necessária para fazer frente às urgências

de renovação nos modelos ideológicos, políticos e econômicos. Como afirmaram dois autores mexicanos, em análise à crise vivenciada pela disciplina da Psicologia Social, “a violenta confrontação aos problemas sociais que comocionaram uma série de países americanos e europeus exigiam a participação ativa da Psicologia Social no estudo e tratamento da dimensão social” (ROSÉS & GAMBARRON, 1984 p.92).

Portanto, é nesse contexto de anseios pela transformação social e pela politização da ciência que, de fato, pesquisa e intervenção aparecem como aliadas da produção de conhecimento. Um dos elos que fortalecerá a união entre essas práticas, a partir de certo plano de interesses comuns, será a consolidação de um novo método, a pesquisa-intervenção. Uma estratégia metodológica que traz, na sua história, um referencial questionador e transformador, adjetivos muito caros a própria história da Psicologia Social.

## A (À) FORÇA DO MÉTODO: REPENSANDO A PESQUISA-INTERVENÇÃO

### PESQUISA-INTERVENÇÃO: ALGUNS PRESSUPOSTOS POLÍTICOS

---

A consolidação das bases epistemológicas da Psicologia Social, além de estar marcada pela efervescência dos movimentos contrários às ditaduras militares que assolavam a América do Sul, teve consonância aos ideários de “Maio de 68” na Europa. Por isso, a influência de filósofos e cientistas políticos europeus trouxe como marca, à Psicologia Social, proposições do Movimento Institucionalista francês e Italiano. Ainda hoje, a leitura de René Lourau, Georges Lapassade, Franco Basaglia, Felix Guattari, entre outros, é indispensável para compreensão do período e das vertentes fundadoras dessa Psicologia. René Lourau, a quem se atribui a proposição da pesquisa-intervenção, é ainda bastante atual, sendo sua metodologia referência para muitos grupos de pesquisa na produção de conhecimento em Psicologia Social.

Como desdobramento crítico a algumas correntes grupalistas existentes desde os anos de 1930 e 1940, a pesquisa-intervenção incitará desvios a algumas concepções fundadoras da Pesquisa-Ação. Kurt Lewin fundamentara tal metodologia a partir das

reflexões teóricas e práticas acerca das técnicas e dinâmicas grupais. A pesquisa-ação colocava em discussão a possibilidade de se fazer ciência com pesquisas participativas.

Na pesquisa-ação, “os membros dos grupos deveriam ser submetidos a um trabalho de conscientização racional em face à determinada situação problema” (BARROS, 2007 p.137). A proposta lewiniana mantinha-se bastante atrelada à questão das condutas dos sujeitos em grupo. Embora bastante crítica ao positivismo na ciência, prevalecia identificada ao paradigma funcionalista dos ajustes sociais e agentes patológicos do campo (ROCHA; AGUIAR, 2003). Para Lewin, teoria e ação deveriam estar articuladas de tal maneira que, inclusive, a questão da objetividade do pesquisador seria problematizada. Essa relação de um pesquisador imerso em seu campo de análise e de intervenção será um dos principais elos de conexão entre a prática de pesquisa-ação com a pesquisa-intervenção.

A pesquisa-intervenção, mesmo sendo incluída nas investigações participativas, (BRANDÃO & STRECK, 2006), diferenciava-se da pesquisa-ação pelo fato de que a intervenção deveria convocar o pesquisador a criar dispositivos (autoanálise e autogestão) para análise do coletivo em questão (LOURAU, 1993) e não apenas alcançar um objetivo previamente estimado pelo cientista e pelo grupo.

A análise institucional constituiu-se a partir de um olhar crítico às intervenções centradas no grupo, bem como à hegemonia analítica das especialidades (ALTOÉ, 2004). Tinha como objetivo “produzir evidências que visibilizassem o jogo de interesses e de poder nas instituições”, (BARROS, 2007 p.230) interrogando os diversos sentidos cristalizados nas práticas dos sujeitos, para além de uma visão grupalista tão difundida na época. Baseada em construtos conceituais do Movimento Institucionalista, a pesquisa-intervenção coloca-se como espaço de reflexão, buscando-se desnaturalizar as práticas no campo pesquisado, a partir da construção de analisadores, catalisadores de sentido às situações vivenciadas (ROCHA & AGUIAR, 2003).

Por analisadores, entendiam-se “alguns conceito-ferramentas formulados por Felix Guattari, no contexto da psicoterapia institucional, vindo a serem incorporados pela socioanálise” (BARROS, 2007 p.231). A intervenção aconteceria a partir da

construção desses analisadores, ou seja, acontecimentos produtores de rupturas, catalizadores de fluxos, capazes de produzir a decomposição, desnaturalização das práticas mantenedoras das instituições (GUATTARI, 1974).

Assim, tomadas como práticas distintas a intervenção e a ação, ambos os substantivos associados à pesquisa enfatizam que “a intervenção não se associa à pesquisa pelo simples fato de substituir a ação, mas para estabelecer novas relações, entre teoria e prática, sujeito e objeto” (BARROS, 2007 p.230). Essas novas relações, tanto podem ser pensadas no contexto socioanalítico de emergência da pesquisa-intervenção como também nas contínuas atualizações, nas novas associações que vêm tensionando nossas práticas de pesquisa atuais.

#### REINVENTANDO A PESQUISA-INTERVENÇÃO

---

O plano de interesses que compôs argumentos para emergir a pesquisa-intervenção como método entre as décadas de 1960 e 1970 certamente se modificou desde então. Mesmo assim, sabemos que essas possíveis modificações não desaliam as práticas da pesquisa e intervenção; pelo contrário, o método aparece associado a muitas práticas de pesquisa, o que sugere uma rede de ações legitimada entre as instituições acadêmicas.

Em realidade, acredito que esse seja um ponto central de por que retomei essas incursões históricas da pesquisa-intervenção. Alguns artigos bastante referenciados, inclusive citados neste texto, propõem a metodologia da pesquisa-intervenção como inserida em um aporte teórico analítico institucional, citando inclusive algumas ferramentas como *análise de implicação*, *restituição*, *analisadores*. Parece-me interessante o valor atribuído a essa metodologia em nossas práticas, a ponto de recentemente ter sido incluída com centralidade em uma coletânea de textos, embora destaque-se mais no título do que propriamente em seu conteúdo.

Essa coletânea, intitulada “Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade”, organizada por Eduardo Passos, Virginia Kastrup e Liliana da Escossia, busca construir um conjunto de textos, com viés



metodológico, a partir da cartografia e da pesquisa-intervenção. O livro tem-se tornado leitura obrigatória a vários grupos de pesquisa interessados em pesquisar sobre processos de produção de subjetividades (PASSOS; ESCOSSIA ; KASTRUP, 2009).

No entanto, o que me chama a atenção é justamente o fato de que esses dois subtítulos estejam colocados lado a lado e depois mesclados, como é apresentado na primeira pista. Na pista numero um, capítulo escrito por Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros, descreve-se *que a cartografia se configuraria como um método da pesquisa-intervenção*. Ao longo do texto, os dois métodos são aproximados como tendo propostas afins, quando, por exemplo, é descrito que em ambos “a direção de que se trata o método é aquela que busca aceder aos processos, ao que se passa entre os estados ou formas instituídas, ao que está cheio de energia potencial” (PASSOS & BENEVIDES, 2009 p.18).

O caminho metodológico apontado pelo texto é enunciado em uma passagem pela ideia de que, para conhecer, antes é preciso transformar e que o “primado dessa experiência direciona o trabalho da pesquisa do saber-fazer ao fazer-saber, do saber na experiência à experiência do saber” (PASSOS & BENEVIDES, 2009 p.18). Ao longo do texto, os autores vão trazendo outras referências, como Lourau, Simondon, Deleuze e Guattari, traçando certo plano de conceitos e seus diálogos possíveis como implicação, transdução, devir, redes, transversalidade. Porém, deixam, na fluidez da própria descrição, a questão, para mim, ainda suspensa: o livro propõe-se a descrever pistas do *método da cartografia*, mas em outro momento *a cartografia é apresentada como sendo um método da pesquisa intervenção*. A dificuldade na compreensão dessa passagem poderia ser recolocada em forma de questão: “afinal, quais planos de interesses estão compostos nessa sobreposição metodológica?”.

Creio que a tarefa iniciada pelos autores do livro na busca por uma orientação prática, por pistas metodológicas que guiem nosso fazer e que possamos compartilhar com nossos pares necessita prosseguir. Agrego-me a essa corrente que deseja descrever “não regras a serem seguidas”, como mesmo é definido na introdução, mas pistas, *proposições* ético-políticas que possam comunicar e legitimar o conhecimento.

Nesse intuito, sigo perguntando por que a cartografia necessitaria estar associada à pesquisa-intervenção? Será que essa prática não teria força suficiente para manter-se sozinha, para ser legitimada sem precisar estar associada à outra? Ou, ao contrário, será que de alguma maneira nossas práticas de pesquisa ainda tem interesses tão selados com o método da pesquisa-intervenção que não conseguimos negociar sua transposição em nossas definições metodológicas?

Anteriormente, falávamos de certa fluidez com que o objeto *social* é concebido pelas disciplinas, mas também que tanto na compreensão foucaultiana como latouriana, não podemos separar a constituição dos objetos das próprias práticas metodológicas. O desafio, no qual somos lançados, quando nos é solicitado definir o método com o qual produzimos um conhecimento, parece constituir-se nesse duplo desconforto: como construímos nosso objeto de pesquisa? E como os modos de pesquisar constituem nosso objeto de pesquisa?

Nas definições metodológicas, a exemplo daquelas encontradas nos textos que têm como referência a pesquisa-intervenção, geralmente localiza-se certo jogo de forças envolvidas. Citam-se as leis, portarias que resguardam as políticas públicas referidas na instituição, mas na “intervenção”, no espaço de negociação entre os participantes e o pesquisador, nem sempre se produzem analisadores institucionais. Ou melhor, nem sempre as instituições envolvidas solicitam um pedido de análise.

Talvez isso se deva ao fato de que, em sua proposição inicial, a pesquisa-intervenção tomava como principal foco as relações institucionais, mas hoje isso não é mais tão presente. Aliás, ao contrário das experiências socioanalíticas, nem sempre na proposição de uma pesquisa-intervenção há um pedido de análise institucional. Com isso, pergunto-me se toda pesquisa-intervenção, mesmo aquelas que incluam pressupostos analíticos institucionais deveria, como necessidade operatória, tomar as instituições como foco de análise?

A pesquisa-intervenção nos é em grande parte inspiradora, assim como foi a pesquisa-ação para os autores das décadas anteriores. Não há dúvidas quanto ao fato de que, apesar das diferenças teóricas entre um ou outro grupo de pesquisa, a Psicologia Social é constituída pela tensão, sempre atualizada pela fluidez entre

método-objeto e entre as práticas de pesquisa e intervenção. Logo, seja pela cartografia, seja pela análise documental, seja pelos grupos-oficinas, independente do método escolhido, ainda assim, compartilha-se uma atitude de pesquisa, *um ethos*, em que a produção do conhecimento seja mais do que uma *mercadoria cultural*, (LOURAU, 1993), o que, em tempos de avaliações produtivas individuais, tem se tornado um risco iminente entre todos nós.

A Pesquisa-Intervenção, por sua própria definição, não poderia se tornar uma caixa-preta; cada esforço de seu fechamento deveria correlativamente comportar o esforço de sua reabertura. Não para desconstruí-la ou para ser questionada sua validade, mas -talvez- para que possamos colar em uma de suas abas, semiabertas, outros fazeres. Práticas que já estão em ação, que agenciamos em cada novo campo contratado entre universidade e comunidade. Essas práticas atuais nem sempre aparecem. Permanecem ainda ilegítimas, comuns, quotidianas demais para serem vistas como métodos científicos.

A psicologia, como todas as ciências, pode estar à jusante ou à montante. No primeiro caso, instituir caixas-pretas para apoiar sobre elas novos fatos, construindo novos aliados e novas legitimações. A produção da ciência não é decorrente de descobertas individuais, nem de genialidades pessoalizadas. Segundo Latour, todo fato científico é coletivo e coletivamente vai sendo transformado à medida que diversos aliados fazem uso do mesmo (LATOUR, 2000). Quando me refiro à possibilidade da Psicologia vir a “inventar” novas metodologias, faço menção à percepção desse plano de ações coletivas que já vêm se dando quotidianamente.

Minha proposição é que esqueçamos o hífen entre as duas práticas, e que passemos a problematizá-las em associação. Tal como propunha Latour, gostaria que pudéssemos fazer o mesmo exercício em relação às práticas que construímos em campo, do mesmo modo que ele propôs a ressignificação do social considerando uma rede de tantos outros agregados.

Se cremos ser suficiente somente denominarmos nosso método de pesquisa-intervenção, estamos o transformando-o em uma caixa preta e, por isso, encerramos quaisquer outras descrições, narrações de como conhecemos o campo, deixamos de

lado possibilidades de análise. Afinal, que tantos *outros* se conectam à prática da pesquisa quando essa está associada também a *outros* em intervenção?

O método precisa deixar de ser temido, invisibilizado, *segregado*<sup>22</sup> das nossas produções. Com essas indagações, estou propondo, para as práticas de pesquisa com intervenção, um estatuto de singularidade e não de classe, pois, desta forma, creio que podemos seguir construindo novas *proposições*. Por fim, tomar a OLC como experiência situada para essas reflexões traçará um possível mapa da problemática apresentada até aqui. *Fazer-falar* a experiência de pesquisar e de intervir, naquele grupo e neste momento de escrita é, de certo modo, também reconstruir algumas proposições metodológicas ao meu próprio caminho investigativo.

---

<sup>22</sup> Ver capítulo1: “A dobra do segredo”.

## CAPÍTULO 3 :A OFICINA COMO ESTRATÉGIA DE PESQUISA E INTERVENÇÃO

Quando falo em analisar certas práticas de pesquisa associadas àquelas da intervenção, imediatamente o (a) leitor(a) poderá se perguntar: por quais “planos” esse interesse será negociado?

Toda pesquisa necessita estar situada em um determinado espaço-tempo. Isso não porque é preciso restringir as “variáveis” como poderia ser lido em outras perspectivas de ciência mas, sim, porque como afirmamos anteriormente: “todo saber é antes um fazer”. Nesse sentido, estabelecer um número de ações é situar-se entre alguns movimentos e não outros.

Ao inserir-me nos movimentos da pesquisa e da intervenção na OLC percebi que, mesmo estando referenciada com a metodologia da pesquisa-intervenção, a construção do campo da Viçosa demandava tantos esforços que a prática da pesquisa parecia ganhar um relevo mais sutil. Em realidade, parecia que as práticas que identificavam as ações desenvolvidas pelo grupo eram as de *Oficinar*. E, nesse sentido, afirmo que a oficina *faz-falar* as associações entre pesquisa e intervenção.

Antes mencionei que a Pesquisa-Intervenção pode, muitas vezes, ser tomada como uma caixa-preta. O termo oficina parece ter adquirido certa naturalização entre os diversos setores sociais, sendo muitas vezes colocado em similaridade àquele dos grupos operativos ou terapêuticos. O termo está atrelado à história dos movimentos sociais pela desinstitucionalização. Aqui, no contexto brasileiro, ganhara legitimidade no período pós- ditadura, meados das décadas de 1970 e 1980, quando o processo de Reforma Sanitária agitava as estruturas asilares do “grande internamento” (FOUCAULT, 1995).

A oficina tem como marca histórica e etimológica a ideia de *labor*. O termo designou, por muito tempo, os ateliers com trabalhos manuais, os trabalhos com jardinagem desenvolvidos nas instituições totais como manicômios e reformatórios. Nesses locais, a oficina tinha como objetivo gerarem ocupação e produtos

economicamente rentáveis. Com a sua inclusão entre as práticas políticas pela desinstitucionalização, na década de 1990, passou a ser promovido como um espaço de produção de saúde, rompendo com a lógica de “ocupacionismo” dos usuários. A oficina deixa de ser tomada como um lugar para produção de lucro, para ser um espaço de construção de si, de autonomia e de reflexão (COSTA & FIGUEIREDO, 2004).

Nessa perspectiva a oficina constitui-se como uma estratégia de enfrentamento a modelos enrijecidos de pensar o cuidado, principalmente na saúde. Um espaço-ação, um modo de operar pelo qual técnicos e pacientes se relacionariam de maneira menos disciplinar e mais lateral<sup>23</sup>; menos estruturado e mais autônomo (PASSOS, In: PALOMBINI et al., 2012).

Como em todo processo transformativo, os modos e usos que serão feitos das propostas vão se diferenciando daqueles que dispararam as primeiras discussões. A oficina hoje já aparece “regulada, inserida inclusive em legislação, no contexto brasileiro, introduzindo um novo elemento à paisagem institucional” (COSTA & FIGUEIREDO, 2004 p.24).

Elas são tomadas como atividades regulares dos serviços de assistência social e de saúde sem, muitas vezes, ter-se claro o que a proposta política das oficinas traz em seus pressupostos. Em muito locais, a oficina é anterior à própria demanda local, sendo as atividades ofertadas a partir das afinidades dos técnicos com determinada materialidade, com determinado fazer. Talvez isso não seja exatamente ruim, ou sinônimo de ações formatadas. Como nos referimos: a oficina é um campo-ação.

Não há problema algum em se ter objetivos definidos, desde que se mantenha maleabilidade para sua transformação e espaço para que outros interesses surjam. Isso garantirá que a oficina mantenha-se em potência criativa, em coprodução de autorias e de autonomia entre seus participantes. A questão da flexibilidade é

---

<sup>23</sup> O termo antes mais utilizado era o de Horizontalidade nas relações; porém, esse de alguma maneira tornava simétrico, homogêneas demais as posições ocupadas entre os sujeitos. Laterizar é compor lado a lado, modo que talvez encontre maior sentido quando o objetivo das oficinas é, antes de tudo, sustentar as diferenças que compõem um coletivo e não “horizontalizá-las”.

importante para o exercício dessa prática. Oficinar requer construir um plano de interesses coletivo, um processo disparado por *ações táticas*<sup>24</sup>.

Sendo a oficina uma prática, quais objetos, então, articulariam esse plano? Quando se propõe uma oficina, esta precisa constituir-se a partir de uma materialidade. Como afirma a autora Andréia Guerra, o “operar das oficinas para produzir uma densidade simbólica diferenciada, cria um produto sobre uma base material concreta” (GUERRA, 2004 p.23).

Na maioria das oficinas, há esse produto ao qual o fazer estará relacionado, como, por exemplo, oficinas de histórias, oficina de fotografia, oficina de teatro. Entre planos de ação, a oficina e a materialidade compõem níveis distintos do fazer. A primeira, enquanto espaço-ação, organiza, no tempo, *in locus*, uma regularidade aos encontros; já a segunda traz a questão do desejo, da troca entre os participantes, de uma experiência em comum.

Em se tratando de objetos e de materialidades, parece-me pertinente resgatarmos um pouco mais da oficina proposta pela “OLC”.

No trabalho desenvolvido pelo grupo, uma das primeiras questões problematizadas consistia em descrever o que de fato eles ensinavam. “Linguagens da Cidadania” não parece de imediato com um “produto concreto”, como denominado por Guerra (2004). Como ensinar a cidadania? Como localizar, em determinado plano de ações, a materialidade cidadania?

Em um capítulo de livro produzido por alguns integrantes do grupo e publicado recentemente, faz-se menção ao fato de que os objetos que denominam a oficina poderiam ser tomados como “objetos-conceito”. Nessa proposição, os autores ampliam a noção do objeto, afirmando, que por objeto, não necessariamente se entende algo material, mas, sim, uma relação a um domínio de experiências, domínio de ações, podendo, inclusive, ser também um objeto de ideias, de conceitos, de sentimentos, de fazeres (ARALDI, et al, 2012).

---

<sup>24</sup> Ver capítulo1: “Recalcitrâncias e táticas”.

Na OLC tinha-se clareza de que a cidadania não estaria localizada, mas seria constituída em um exercício de reflexão e de produção de coletividades. Mesmo que o objeto-conceito da OLC continuasse sendo a cidadania, em cada novo ano, outras conexões instauravam-se como potencialidade do fazer. Ter clareza sobre os pressupostos éticos do oficiar não basta para sentir-se situado no campo, é preciso traçar algum plano de ação. Uma ideia, um tema, recursos que disparem, na oficina, o desejo de continuar participando.

A seguir, parte do primeiro relato de oficina em 2012:

Antes de ir nesse primeiro dia da oficina, me perguntava o que exatamente estávamos esperando e, na prática, nos vejo atrás de palavras. Registráveis, interpretáveis, encantáveis conjunções e resumos do que afinal se passa por essas crianças reunidas em torno. Pedimos mais de uma vez por silêncio, que se contenham, que sentem dentro dos bambolês e baixem o rádio, é hora de escutar. Queremos conversa, queremos discussão, reações surpreendentes das crianças que, afinal, estão achando o máximo brincar de balão. Estão achando o máximo estar ali naquele espaço e simplesmente brincar. Mas não nos basta. Queremos conversa, queremos grupar, queremos que o que queremos seja ouvido, mas não, dessa vez ao menos, não sabíamos o que queríamos. Mas tínhamos que querer, deveríamos propor algum disparador, qualquer provocação que fizesse sair do balão, senão aquele espaço se anulava. Não queríamos ser mais um espaço de “tirar as crianças da rua” e só. Queríamos troca, atrito, mistura, no mínimo. Mas que conversa? Que tipo de palavras são essas que precisam ser pedidas? Vide nossa vida pessoal e os nossos temerosos “temos que conversar”. Uma conversa não tem que, uma conversa se faz em mais de um lado, se faz com. Nosso jeito de estar na cidade, palavreado, ali não alcança. A espontaneidade das crianças tem que ser seduzida, mas como? De um jeito ou de outro, queremos alguns sinais de cidadania, seja quem for essa. (RELATO DA OLC, 29/03/2012).<sup>25</sup>

A questão de conseguir prender a atenção das crianças, de “seduzi-las”, aparece em diversos momentos da prática oficineira: “Não sei por onde fisgar seu

---

<sup>25</sup> Relato da OLC será usado para indicar as escritas das oficineiras. E, quando, tratar-se das minhas, utilizarei “Diário de Campo”.



interesse. Quero que ele goste de estar ali e não simplesmente esteja” (RELATO DA OLC, 22/06/12).

Tanto nos relatos como nas angústias compartilhadas em reunião, a *questão estratégica*<sup>26</sup> da oficina, no sentido de “controlar a situação,” aparece de alguma forma no insistente desconforto sobre a “dispersão” das crianças.

Na leitura do extrato do dia 29 de março, podemos pensar nas sucessivas declarações que asicineiras fazem valendo-se do seu “querer”. Note-se que não digo isso pessoalizando-se a questão. Ali, no relato, o “queremos” pode ser entendido como sendo a expectativa endereçada a todos aqueles que se lançam à prática de pesquisa e intervenção.

É interessante que, ao final do texto, reconhecendo-se que esse “queremos” não consegue operar sozinho, mas precisa “estar com”, ainda assim a escrita pergunta-se: como seduzi-los?

O “como fazer querê-los?” parece inverter aquilo que poderia instaurar a proposição de Despret (2011), comentada no capítulo 1, em que se direciona a nossa dúvida aos sujeitos *interessados*: *O que vocês querem de nós?* O que podemos esperar de vocês?

Por incrível que pareça, podemos considerar esse o dia em que mais tínhamos proposições e, mesmo assim, nada deu muito certo. (...) No fim, a verdade é que estávamos fechados já, ninguém mais acreditava que ia dar alguma coisa aquele dia, penso. (RELATO DA OLC, 27/04/12).

Essa ansiedade foi sendo diluída ao longo do ano. Aprendendo-se a officinar em conjunto; aprendendo-se a ser oficinantes. O próprio grupo da OLC passou a se conhecer melhor, a construir -de fato- um mundo em comum. Entretanto, a felicidade e a surpresa de ver o grupo construindo-se de maneira mais autônoma, menos centralizado nas oficineiras, parecem produzir sempre sentimentos ambivalentes, como mostram as escritas:

---

<sup>26</sup> Ver capítulo1, “diferenciação entre tática e estratégia”.

O medo das rodas e as toalhas de sentar: gostaria aqui de lembrar de um dia em que comentei durante a reunião da nossa suma incapacidade de colocá-los – colocar-nos – em roda. Tais tentativas, nos outros encontros, sempre eram sabotadas pela dispersão. Acontece que as toalhas de sentar convocaram a todos, cada um na sua preferência grama ou rua, menos a Davi e Marcos, que poucas vezes se sentem agraciados pelo tema do grupo e sentaram-se a alguns metros de distância, no meio-fio do outro lado da calçada. O que foi engraçado porque eles tinham todos os lugares para ir, estávamos ao ar livre e do lado de um mato, mas ficaram no nosso plano de visão, perto, suas atitudes também eram pra nós, dizia esse pequeno fato, ainda que pequenamente rebeldes, eles estavam ali. (RELATO DA OLC, 22/06/12).

É engraçado como as melhores atividades são as que eles não são mandados fazer, as que criam mais grupo, as que são mais pacíficas. Nas nossas costas, ninguém brigava por pinho ou dizia que algum estava feio ou qualquer coisa assim. Estavam juntos fazendo as árvores da Cidade. Juntos. (RELATO DA OLC, 10/08/12).

Os dois extratos estão colocados em ordem cronológica. Embora se identifique um “amadurecimento” do grupo em relação à apropriação do espaço da oficina, parece-me que os lugares ocupados por cada um no oficiar estão sempre tensionados pelas práticas de controle e coletividade, concomitantemente.

Os sentimentos de frustração e felicidade se mesclam e, por isso, construir um espaço de ação “lateral”<sup>27</sup> requer uma relação de cuidado, de análise dos interesses dispersos entre academia, serviço de saúde e escola. Três instituições que certamente compõe um elo em comum entre os agentes associados na OLC.

## A OFICINA COMO COMPOSIÇÃO DE INTERESSES

### ***Mapeando a cidadania, circulando interesses***

---

<sup>27</sup> Conforme descrito por (PASSOS, 2012)

Na primeira oficina, asicineiras escolheram, para “fazer-com”, um mapa como objeto de transformação. Uma caixa com diversos materiais gráficos deixava espaço para que as crianças pudessem marcar, colorir, reconhecer, no mapa da Viçosa, o mundo de si e de outros possíveis. O tema da cidade, bairros, territórios, sempre nos convoca a refletir sobre os lugares que ocupamos no mundo, sobre as possibilidades que oferecemos de movimento para os outros.

Mas, em quem produz mais estranhamentos o mapa impresso?

Nossos planos se perderam e sobrou apenas um mapa impresso e todas as cores da caixa para marcar corpos/casas no espaço olhado de cima. Era a única proposta mais concreta que tínhamos e foi bem aceita, todos, não posso dizer que super organizadamente – mas gosto disso, vieram até mim falaram o nome e marcaram-se, inclusive a Malvina. E foi aí que nos percebi fora daquele mapa. Nosso mapa é diferente, no nosso mapa as pessoas não sabem o nome nas ruas de tantas que são as pessoas, no nosso mapa tem mais carros e barulho. Essa distância nós-eles é reafirmada nas entrelinhas. Queremos palavras e não estamos no mapa. (RELATO DA OLC,27/04/12).

Talvez, muito mais evidente do que perceber os deslocamentos provocados pela materialidade “mapa” na oficina é perceber que, na intenção de dispor ao outro um espaço de intervenção, somos nós que acabamos deslocados ou, pelo menos, deslocados nesse estranho fluxo nós-eles que toda experiência compartilhada acaba por disparar.

Quando se fala em nós e eles, evidentemente, deixamos implícito alguns atravessamentos da prática da oficina. Falamos anteriormente que a oficina, semelhante ao que hoje conhecemos, consolidou-se como estratégia de enfrentamento às práticas institucionalizadas, mas que alguns usos e modos de operar dessa prática podem vir a ser transformado ao longo do tempo. Deste modo, a oficina hoje não apenas pode ser tomada como uma estratégia terapêutica como também vem se constituindo em uma estratégia articulada na produção de conhecimento.

O nós e o eles mencionados no texto-relato das oficinas remete-nos também às dicotomias entre universidade e sociedade. Afinal, a OLC não se estabeleceu na Viçosa por *interesse* individual de seus integrantes. Outros planos estão articulados para que a mesma tenha sido aceita e para que continue em parceria com a ESF do bairro.

A oficina, vista dessa maneira, além de um modo de operar materialidades para o exercício da cidadania, pode ser pensada também como uma ferramenta, um meio conectivo às outras *práticas interessantes*. A OLC é também uma composição de interesses que *fazem-falar* as práticas de intervenção e de pesquisa, fazeres sempre situados em um território, com efeitos para além dele.

Quantas versões da oficina compõem o “mapa” da OLC? Versões para a ESF, para os pais das crianças, para as próprias crianças, para as oficinas, para a coordenadora do projeto, para mim, para tantos outros que nos escutam e nos leem. Quando pensamos nos planos de interesses que operam essas versões, percebemos que esses transgridem as relações entre sujeitos, compõem uma rede de *actantes* em constante movimento.

### ***Por que nós?***

Em uma oficina de 2011, em que também fora utilizado a materialidade mapa, essa pergunta foi sugerida quando uma das crianças visualizou que os “oficineiros” vinham de muito longe, *do outro lado do mapa*, para fazer a oficina com eles. O “porque nós?”, em realidade, foi enunciado como “por que vocês vêm de lá até aqui?”.

Para além de uma resposta, essa situação poderia ser pensada em um campo de composições. De um lado pelas diferentes versões de respostas que poderiam surgir quando o “nós” ou o “vocês” enuncia. De outro, pelas possíveis argumentações a respeito das distancias que o mapa evidenciava. Longe de quem? Perto para quem?

Façamos uma conexão entre as duas tópicas “mapeando a cidadania” e a “Por que nós?”. O que há sobreposto em ambas as atividades?

Parece que um dos pontos em conexão decorre da relação estabelecida entre a materialidade -mapa- e os fins que seu uso inscreve. Segundo Diehl, o mapa pode ser concebido como um plano de inscrição, uma superfície plana que possibilita um reconhecimento simbólico compartilhado, uma realidade compartilhada no espaço geográfico (DIEHL, 2007). Além de uma coordenada métrica, o mapa é um plano híbrido entre a observação encarnada de quem o (de)codifica e o resultado das perspectivas sociais sobre a acessibilidade no espaço cotidiano (trajetos legitimados ou não; estratégias de localização dos pontos de relevância pública).

Nas duas situações narradas, a escolha por se fazer uso de um mapa na oficina não tinha o objetivo de orientar um deslocamento real e, sim, de representar os pluriversos de uma cidade, enfatizando-se a questão política do ser “da comunidade”.

Os temas “do território”, “da cidade”, “do bairro” aparecem em muitos dispositivos de intervenção (oficinas, seminários, rodas de conversa) com o objetivo de trabalhar questões coletivas, como a identidade cultural, o sentimento de pertença e afiliação dos grupos ao seu território. Naquele exemplo, era a identidade local do “ser da lomba”<sup>28</sup> que se desejava recriar.

Por essa questão *do território*, voltemos a instigante pergunta de “por que vir de tão longe?” Compondo-se uma explicação possível, poderíamos afirmar que são nas zonas afastadas da cidade, as ditas periferias, onde se estabelecem as populações que menos têm acesso aos “bens da cidade”<sup>29</sup>. O compromisso político do Estado, e aqui podemos incluir a Universidade, é de investir em ações que visem à democratização dos acessos. Acesso aos bens culturais, à informação, à educação, a todos equipamentos públicos de proteção e promoção dos direitos humanos e fundamentais. Uma resposta seria: vamos tão longe porque queremos exercer esse compromisso político.

---

<sup>28</sup> Referente ao Bairro Lomba do Pinheiro, em que se localiza a Vila Viçosa.

<sup>29</sup> A expressão “bens da cidade” lembrou-me os seus reversos: “cidade do bem”; “cidade de bens”. Imagem que traz em si o seu oposto, a “periferias do ma(u)”, conotações muitas vezes negativadas também pela expressão “população de risco”, “Vulnerabilidade social”, contextos alvo nas políticas públicas do país.

A expressão “bens da cidade”, no entanto, nos suscita a atual discussão acerca das “políticas públicas (sociais) de governo” no Brasil<sup>30</sup>. Vive-se hoje, no país, um momento político em que se tem os maiores investimentos financeiros em políticas sociais. Entretanto, o que é apresentado como “democratização” pode ser também pensado como contradição política. Pois, ao mesmo tempo em que se promove a minimização da miséria no país, a exemplo do *Plano Brasil Sem Miséria*<sup>31</sup>; por outro lado coloca-se em evidencia a conexão discursiva contraditória entre o termo “cidadania” e o acesso aos bens de consumo. Ser cidadão seria sinônimo de ser consumidor?<sup>32</sup>

Pensando na proposição de que as ações entre agentes são sempre estabelecidas em planos de interesses em comum a mesma contradição que evidenciamos no discurso do governo não poderia estar sendo expressa também no discurso acadêmico do papel de “compromisso social” da Universidade? Essa suposição surgiu-me quando, dada a pergunta da criança, produziu-se em mim um extremo desconforto em respondê-la<sup>33</sup>.

Sem respostas, a pergunta permaneceu em suspenso, até quando optei por colocá-la em reverso, perguntando-me: quais interesses mantêm a universidade e a periferia juntas, como no caso da OLC e da Vila Viçosa? Ou, ainda, conseguiríamos fazer pesquisa com intervenção em outros lados do mapa? Por que as Universidades negociam mais facilmente seus interesses com as instituições públicas? Seria absurdo pensar em “pesquisadores-oficineiros” nos setores privados, fazendo também parcerias de trabalho com os técnicos desses setores e “intervindo” em conjunto?

Inicialmente, pensei que esse “livre acesso” entre Universidade pública e outros serviços públicos na execução de pesquisas se constituísse a partir da própria aliança

---

<sup>30</sup> Para uma discussão acerca das distinções entre “Políticas de Governo e Políticas de Estado”, ver: HÖFLING, 2001; BENEVIDES, 2005.

<sup>31</sup> “O Plano Brasil Sem Miséria foi criado exatamente para romper barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais que segregam pessoas e regiões.” Ver: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/>

<sup>32</sup> Pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff a respeito da redução do IPI na cesta básica em 8 de março de 2013. Anúncio da criação do “Plano Nacional de Consumo e Cidadania” (PLANDEC) em 15 de março de 2013. Ver: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/>

<sup>33</sup> Essa situação foi-me narrada em uma reunião com a professora coordenadora da OLC, “o desconforto em responder” é apenas expressão estilística do texto.

de ambos serem “aparatos estatais”. Posteriormente, pareceu-me que a melhor hipótese seria a de pensarmos que a entrada das intervenções com pesquisa é facilitada quando há prestação de serviço às populações dessas periferias, uma vez que, nas Universidades privadas, geralmente, os estudantes também recorrem a serviços públicos ou de caráter assistencial para realizarem suas práticas acadêmicas<sup>34</sup>.

Saliento que a questão do “livre acesso” não deve ser entendida como se um professor pudesse instalar seu campo de pesquisa de imediato sem qualquer dificuldade. Em qualquer parceria haverá negociação, inclusive, sempre há a possibilidade de dizer “não”, de achar que a rotina do estabelecimento não terá benefícios. O que gostaria de trazer para o plano dessa discussão é como as estratégias de “sedução”, como se referiu a oficinaira em um dos extratos anteriores, são operadas entre as práticas de pesquisa e de intervenção.

Essa sedução pode ser pensada tanto no nível dos “micro-interesses” pelas atividades na oficina, por exemplo; como também, quanto aos interesses mais ramificados, envolvendo várias outras instituições.

Há um estudo interessante que se propôs a acompanhar essas redes institucionais que legitimam uns sujeitos como pesquisados e outros como “consumidores” dos efeitos dessas pesquisas. Adriana Petryna propõe uma etnografia junto às redes industriais de fármacos americanas. A pesquisa analisou as estratégias jurídicas que vêm sendo utilizadas para a realização de experimentos com protocolos clínicos em países de maior “variabilidade ética”<sup>35</sup>. Em artigo, publicado recentemente, Adriana traz alguns recortes de falas que exprimem bem a problemática por ela estudada:

---

<sup>34</sup> Devo salientar que não quero com essa ideia reafirmar aquela visão errônea de que, por exemplo, o SUS seria para os pobres. Sabemos que, embora muitas pessoas tenham acesso a planos de saúde e, por isso, vinculem-se ao setor de saúde privado, ainda assim, a política do SUS não restringirá o acesso de qualquer pessoa. Isso não contradiz a vitória de um acesso universal e descentralizado na saúde brasileira.

<sup>35</sup> Variabilidade ética, segundo a autora, é quando em um dado país as leis estabelecem parâmetros éticos diferentes de outro.

Se um médico ou enfermeiro perguntasse se você aceitaria incluir um membro da família em um ensaio clínico e se não fosse uma questão de vida ou morte, você o faria? Provavelmente a resposta seria não. O fato é que todos nós, pesquisadores e consumidores de medicamentos, estamos economicamente dependentes de outras pessoas que aceitam dizer sim. (PETRYNA, 2011).

Na medida em que experimentos redefinem a linha entre, por um lado, bens comerciais frequentemente inacessíveis e, por outro, o direito à saúde, como é que algo tão amorfo e pessoal como o cuidado e a assistência ganham forma em regimes tecnocráticos de medicina global? Na Polônia, no Brasil, e em número cada vez maior de lugares, ensaios clínicos são rotineiramente integrados a sistemas locais de saúde e alardeados como benefícios à saúde pública. (PETRYNA, 2011).

Nos dois extratos acima há bastante clareza de quais interesses comuns são negociados para fazer operar o dispositivo da pesquisa e, posteriormente, da intervenção com a venda de medicamentos. Segundo a autora, as agências financeiras de pesquisa instalam-se nas lacunas da esfera pública das políticas (PETRYNA, 2007).

Já que nem sempre se pode esperar por voluntários, nem se autoriza que haja qualquer ganho financeiro pela participação dos sujeitos, uma porta de acesso aos sujeitos de pesquisa será os serviços (no caso do artigo, os países) em que há *certas carências*. E aqui podemos pensar tanto na carência de profissionais e atividades, como também na carência da população atendida.

Até que ponto há possibilidade de que a prática de pesquisa e intervenção não esteja pautada na própria condição de *vulnerabilidade* como um dos interesses em segredo dessa associação?



*\*Nota de esclarecimento a(o) leitor(a):*

*Tenho clareza que as problematizações discorridas até aqui não respondem à pergunta feita pela criança, nem trazem à tona todos os interesses que compõem a OLC.*

*Pensar nesse arranjo de interesses em operação não é uma tarefa fácil. Até porque as “hipóteses” lançadas têm de estar situadas na experiência e nem sempre, no tempo em que permanecemos em campo, é possível que sejam recompostos todos os interesses que estão articulados.*

*Poderia ter trazido um pouco da história de como a professora coordenadora do projeto chegou a estabelecer-se no local. Poderia ter buscado melhor conhecer como o projeto renovava seus contratos com a ESF. Porém, essa seria uma descrição histórica e não teria se constituído pelo grupo como um plano em negociação. Nesse sentido, é que optei, partindo do que provocou a ideia do “mapa”, trazer alguns interesses mais gerais que compõem as práticas de pesquisa e que corroboram a proposição de uma “dobra do segredo”, regulando, muitas vezes, pesquisador e seu campo.*

*Com isso não estou afirmando que na OLC o único interesse presente está “regulado” pelo segredo do fácil acesso. Nem que proponho “o fim” às atividades desse tipo. Perguntando-se sobre seus fins, objetivo não ter de optar contra ou a favor das pesquisas de campo. Imparcialidade? Não, cosmopolítica.*

*A oficina, como estratégia das práticas e Intervenções, talvez se contradiga “em seu compromisso social”, não só porque estabelece usos de espaços mais vulneráveis, mas diz-se contraditória também porque em muitos outros momentos a “estratégia” sucumbia às táticas dos sujeitos. Há desvios, as crianças expressam seus desejos, como veremos no capítulo 4, querem “liberdade” e constroem sua liberdade nos encontros com o grupo.*

*Produção, criação e transgressão indicam que a oficina, mesmo sendo “estrategicamente” regulada por uns, é também “campo-ação” para outros. Nem bem, nem mal. Os interesses são múltiplos, assim como as relações são pluriversas.*

Como propunha o título desse capítulo, na primeira parte desse texto parti da oficina como estratégia das práticas de pesquisa e intervenção. No primeiro subtítulo, foi descrito um dos planos de interesse possível que alia Universidade à comunidade. Em análise da experiência do campo, o deslocamento que a materialidade “mapa” produziu entreicineiros e as crianças instaurou uma situação conflitiva a partir de uma pergunta emblemática. Assim, colocar em questão os deslocamentos da pesquisa, do centro às periferias da cidade, fez emergir o caráter contraditório que o interesse pode compor.

Mesmo não descrevendo as alianças que precisam ser feitas e desfeitas para que uma estratégia como a oficina OLC venha a ser instaurada em campo, podemos imaginar quantos contratos são necessários para que isso ocorra (contratos de trabalho, editais de pesquisa, projetos, produção científica, relatórios, recursos financeiros). Saliento que essa não é a única dinâmica de relações posta em agência.

Ao mesmo tempo em que todos esses atores são dispostos e vinculados entre si, outras ações precisam estar ocorrendo para que o campo de interesses não rompa. Dentre esses movimentos, se situa o encontro de corpos e afetos do grupo. Nesse sentido, a oficina em ação transforma as materialidades à medida que produz um mundo comum: criação de outros espaços para si e para o coletivo.

Portanto, a oficina enquanto estratégia para pesquisar e intervir será retomada, nesse segundo momento do texto, partindo-se, não dos campos de interesses que associam ações, mas da oficina-ação produzindo esses campos.

### ***Oficina-ação, quem age?***

O termo *actante*, na obra de Latour, propõe-se a tensionar a ideia de que para haver ação sempre haveria um agente, um sujeito produzindo-a. Em realidade, o autor

recolocará a questão da ação de maneira distribuída entre todos os entes que vão sendo articulados no processo.

Não há um agente central de onde a ação é disparada; “nada nem ninguém comanda, nem se quer um campo de força”; ao contrário, toda ação é descentralizada e distribuída em um mesmo plano, “sutilmente assumida por aquilo que se exerce, ela se altera ao longo das translações” (LATOURE, 2001 p.340).

Essa discussão nos remete a outro autor para o qual a questão do agir e da produção de conhecimento é central. Na obra de Francisco Varela, a relação dos sujeitos com o conhecer se dá em ato. O autor, valendo-se do conceito de enação, uma variação do verbo *enact*, que significa representar, por *em acto, efectivar*, busca significar a relação necessária entre “a ação e “o agente” no processo cognitivo, essencialmente performativo” (VARELA, 1995 p.18). A perspectiva enativa da cognição, ou ainda, “cognição incorporada”, coloca os sujeitos ativos no processo, justamente porque será a partir da percepção, da emergência de certos esquemas corporais sensório-motores, que esse corpo agirá, fazendo emergir, em si, a ação do conhecer. Latour, de maneira semelhante, afirma que o corpo é um empreendimento progressivo que produz simultaneamente um meio sensorial e um mundo sensível. Ou seja, “as partes do corpo são adquiridas progressivamente ao mesmo tempo em que as contrapartidas do mundo vão sendo registradas de nova forma” (LATOURE, 2008 p.40).

Embora os dois autores diverjam quanto à caracterização do que seria este agente, suas posições não estão distanciadas; pelo contrário, concorrem em sentidos comuns. Varela acentua o conhecimento a partir de um sujeito-humano- em agência, enquanto que, para Latour, a produção de conhecimento dá-se por efeitos distribuídos, descorporificados nas articulações da rede.

Quando se fala na agência como produção de um saber performático não limitado ao humano, mas também de outros objetos do mundo, colocamos em discussão certa noção de corpo. Para Latour, a dificuldade em superar o dualismo entre corpo-sujeito e mundo-objeto é resultado da falta de uma definição mais dinâmica de corpo, como aquela que se daria a partir da aprendizagem de afetos. Com

essa visão, o autor tensiona inclusive a própria ideia de que através da linguagem estabeleceríamos ligações entre o “dentro” do corpo e o “fora” no mundo. Para falar de corpo, é preciso perceber “qual pode ser o sentido de aprender a ser afetado” (LATOURE, 2008 p.40).

A relação agência-corpo é interessante de ser pensada aqui, pois se coloca de maneira muito potente no fazer das oficinas, nos convocando-nos à indagação de como sucessivas performances representam e *actuam* coisas/pessoas, ações sempre distribuídas no espaço do oficiar.

### ***Objetos-ação, quantas “repercutividades”!***

Já estava em tempo de colocarmos as crianças em cena. Criança pula, briga, grita, não sei como elas tiveram paciência de permanecer no branco deste papel apesar de tantas cores para nos pintar.

Pesquisar com crianças, entre crianças, produzia um estranho incômodo na OLC. Narrava-se a sensação de que todos os acontecimentos da oficina permaneciam somente vinculados à ação do brincar, do “fazer de conta”. Experiências tão leves e fluidas em que diziam não fazer elo à seriedade do verbo “pesquisar”. Compartilhei em parte dessa sensação, quando, no dia do encontro com a agente comunitária e asicineiras, conheci o grupo de crianças da oficina.

Minha impressão, ao vê-las todas espalhadas na rua, em frente à ESF, aguardando pelo início da oficina, foi de surpresa: como eram pequenas! Como só nos encontramos na saída da reunião, depois de me apresentar a todas, logo fui embora. E o grupo ficou na rua se organizando para as atividades. À medida que ia me afastando, caminhando em direção à parada de ônibus na avenida, voltei um breve olhar “lomba à baixo”: ainda via uma efusão de pequenos corpos. Lembranças de relatos “tão ricos” e gigantes pareciam transbordar aqueles pequenos - agentes. Um estranhamento associou-se ao próprio tema do grupo: cidadania? Uma palavra séria demais para tantos abraços e sorrisos. (DIÁRIO DE CAMPO, 01/06/12).

Da breve passagem pela Viçosa levei a sensação de intensidade com que eram vividos os encontros. Além disso, a agitação das crianças me fez pensar na rapidez com que se precisava também encarnar a oficina para acompanhar o fazer-se objeto da cidadania naquele espaço.

Essa impressão parecia confirmar-se quando, nas reuniões, asicineiras diziam encontrar dificuldade para dar continuidade ao trabalho. Dificuldade para estabelecer uma linha entre os acontecimentos de um encontro a encontro e, também, de um mesmo dia. Tudo parecia tão dinâmico e intenso que não “havia parada” em atividade alguma (SIC).

Nas reuniões que acompanhava na UFRGS, as discussões centravam-se muito no planejamento da próxima oficina. Como já referi anteriormente, o fato da OLC não dispor de uma única materialidade em sua proposta de intervenção exigia uma constante busca por novas versões do objeto-conceito cidadania.

Assim, se a decisão da semana fosse oficiar com histórias, além da materialidade “livro”, ansiava-se na busca de outras materialidades associadas: “livros-mp3”, “histórias em quadrinhos”, “visita à biblioteca da escola”. Isso porque, na percepção dasicineiras, uma única opção material “nem sempre atraía as crianças por muito tempo” (SIC). Além disso, o grupo era um tanto heterogêneo, em idades e gênero. Nem sempre o que despertava a atenção das meninas em uma idade dava-se da mesma forma com os meninos em outra.

Localizar um objeto, trazer um tema e uma margem à atenção tornava-se, então, não só uma questão de qual material seria interessante para as crianças, mas também de como era necessário operar uma prática, constituir uma linha de proposições àsicineiras. Manter um foco, como solicitava a professora, referia-se tanto ao “material” usado como também ao “planejamento das oficinas”. Ambos, se tomados como objetos-ação, precisavam ainda ser agenciados.

Nessa busca propositiva pensou-se construir eixos temáticos às atividades, tais como oficina da cidade, do jornal, do cinema, das eleições. Parecia que certa ordem

precisava ser encarnada pelos oficinairos para que a desordem, *performance* do fazer, se colocasse em movimento.

Assim, entendo que a potência de vida que agenciamos em um coletivo parece “agir” quando se pode transformar a regra em afeto; o afeto em criação.

São raros os momentos de interesse de Davi no grupo. (...) A importância então do trajeto foi que, nessa pequena parada, paramos a contemplar uma árvore e Davi com muito amor no olho me apontou para um galho e disse, sem muito pensar: olha, um \*\*\*(rabo de alguma coisa, não consigo lembrar). Perguntei então se ele gostava de animais e ele me disse num supetão como se não pudesse trair o tanto que gostava com a demora: gosto muito! Perguntei então qual era o seu animal preferido e ele disse, também rápido e com olhos brilhando: TODOS! Na ida ainda reconheceu um pica-pau. Então perguntei para ele de onde ele sabia de tudo isso, se tinha lido, aprendido na escola, visto na tevê, mas não, dizia-me ele, ele sabia porque sabia, oras, pássaros com a parte de cima da cabeça vermelha são pica-paus e todos sabem disso. (RELATO DA OLC, 22/06/12).

O menino Davi pode ser pensado como um desses atores fluidos e resistentes que mais nos convoca a mover esforços para fazermos uma aliança. Aparecendo nos relatos associado a termos como passividade e distancia, a posição do menino na oficina causava mal estar entre as oficinairas, o que, por vezes, agenciava atitudes mais “duras”, de “disciplina,” em relação a ele.

No entanto, se em algum momento a disciplina surgiu como tentativa de “fixar” a atenção das crianças, era o vínculo afetivo que abria espaço para que outras posições se instaurassem.

Poder escutar e ver “Davi” falando com envolvimento de “animais” trouxe um alívio: “ele estava ali!”. Trouxe também a percepção de que, no trajeto das oficinas, alguns *papéis* não eram tão resistentes como pareciam. Na cena relatada, a oficinaira percebeu que para acompanharmos a *atuação* de alguns agentes (ver o pássaro, a árvore e o Davi), é preciso dar uma parada. Dar espaço para que, *ao seu lado*, se possa transgredir as noções de “passivo”, “de tímido”. A lateralidade, naquele instante, *fez-ver outra “fala-ação”*.

No trajeto da oficina até o sítio, pergunto quais atividades da oficina poderíamos combinar pra fazer lá. Talles responde que dá pra passear, que tem árvores, animais e que, daí, vai ser a vez dele de inventar. “O que é pra fazer desta vez?”, pergunto. “Tu vai fazer sozinho? Ele responde que sim. Pergunto se não fazemos sempre juntos, e ele diz: “sempre alguém faz”. (RELATO DA OLC, 15/06/12).

À medida que outras posições surgiam entre os sujeitos da oficina, o objeto “planejamento” também se reposicionava, exigindo outros papéis, outras práticas. O oficiar com planejamento centrado nas duas oficinairas foi sendo negociado, reivindicado pelas próprias crianças. Elas também queriam “fazer a oficina”. Deixar o outro ocupar uma posição que parece nossa é, muitas vezes, ambivalente para nós<sup>36</sup>. Além, das transformações da posição dos oficinairos em relação ao objeto “planejamento”, ainda buscava-se, através dos “eixos” temáticos, estabelecer ligações mais fortes, permanentes, entre as oficinas. Entretanto, a questão desses eixos parecia ainda não ser suficiente para estabelecer a continuidade almejada.

Um fato curioso, e aqui podemos mostrar como a recalcitrância é importante nos processos, foi que o dispersor tornou-se o compositor. Aquilo que parecia dispersar ainda mais as atividades, os muitos “recursos materiais” utilizados, foi justamente o que “materializou” a ligação almejada. Assim, se antes se pensava que aquela ansiedade por “ter na manga” (SIC) muitos materiais acabava por dispersar as próprias crianças,

---

<sup>36</sup> “Será que ele tem algo preparado?”, “será que vai fazê-la bem?”. Afinal, se outros fazem em nosso lugar, talvez nem sejamos “tão essenciais assim”. Essas frases, em momento algum, foram expressas na OLC. Me autorizo aqui a compô-las, no sentido de que também vivi experiências como oficinaira e sentia um pouco disso quando, por conta das trocas de bolsistas, outras pessoas iriam assumir aquele “nosso grupo”. Fazer passagens é sempre um momento de luto. E, quanto ao luto, isso sim apareceu de forma muito intensa na OLC, quando, já em meados de Outubro, alguns fechamentos já eram visíveis. Despedindo-se da oficina, não se podia mais suportar as escritas dos relatos (relatos para que(m)? perguntavam as oficinairas); não se podia suportar a ideia de que outro projeto pudesse ser instalado no mesmo campo da viçosa (Projeto com jogos Digitais do grupo Oficinando em Rede, em que havia certa fantasia de que as crianças poderiam gostar muito mais dessa modalidade. Ou, ainda, de que as oficinairas não se interessavam pela proposta); mas também a dificuldade de suportar que ninguém do grupo atual permaneceria para dar continuidade à oficina. Isa e Ceci saíram do projeto ao mesmo tempo e, em toda história da OLC, essa era a primeira vez que isso aconteceria. Por isso, entre esses “fechamentos” da oficina, outras aberturas ainda precisavam acontecer. Acompanhando essas situações conflituosas, em relação ao último luto descrito, eu me perguntava: será que a agente comunitária não tinha justamente esse papel na OLC, transmitir experiências? Ver Capítulo 4.

posteriormente viu-se que foram justamente as transições entre materiais que possibilitaram o tal fazer continuado.

Em uma das oficinas sobre o eixo “cidade”, propôs-se construir uma maquete de cidade. Foi interessante perceber como a maquete de isopor foi sendo transformada por todos. Inicialmente havia a ideia de se comprar uma placa de isopor para executarem a proposta. Afinal, maquete nos remete à ideia de uma superfície rígida em que podemos fixar miniaturas de casas, carros, árvores.

O objeto de isopor, no entanto, colocou-se resistente. Pela variabilidade nos locais em que ocorriam as oficinas, o isopor não poderia ser transportado sem correr o risco de uma quebra, nem poderia ser facilmente “guardado” sem que se tornasse um estorvo dadas as suas dimensões.

Naquele período, o grupo passava por um momento de serem fortalecidos novos papéis, entre esses havia surgido a proposta de se ter um “guardião da caixa”. A ideia do guardião era que, ao final de todos os encontros, uma das crianças ficasse responsável pelo cuidado da caixa de materiais e produções coletivas da oficina. Levasse-a para casa e trouxesse-a na semana seguinte.

Pensando que a oficina-ação é produto e produtora dos campos de interesses a ela associados, então a materialidade que caracteriza essa oficina como um “fazer” também negocia o seu lugar de existência. Com isso, não podemos atribuir hierarquia na composição de uma determinada ação nem procurar um agente central em que estaria concentrada a capacidade de desvendar o mundo exterior a si. “Os códigos do mundo não jazem inertes, apenas à espera de serem lidos. O mundo não é matéria-prima para humanização”, nos afirma Donna Haraway (HARAWAY, 2008); um objeto é sempre uma associação de outros objetos-corpos, sendo a agência, uma ação distribuída em uma rede de actantes.

Os objetos têm agência, fazem-falar seus interesses nesses planos de ação. Assim como afirma Despret: “Deixar-se guiar pela vontade das coisas, por suas resistências, aproveitando todas as oportunidades que elas concedem, deixar-se contrariar, deixar-se surpreender, negociar uma poética do movimento” (DESPRET, s/d).

Como então compor um plano de interesses entre **o objeto caixa e o objeto maquete da cidade**? O isopor não tinha interesses algum na mobilidade, e esse era um



dos interesses essenciais para que o objeto caixa mantivesse composição com a OLC. A maquete da cidade foi transformando-se em um grande papel pardo. Sobre ele, sucatas recicláveis ganhavam lugar: a escola, o cinema, o hospital. A nova agência com tal papel permitia que a cidade tivesse mobilidade, como já era o esperado. O novo, a recriação do objeto, dava-se pela possibilidade de ser também “enrolada”, dobrada.

A cidade que desde a primeira oficina era vista como um plano, pela materialidade do mapa, agora se recriava em um formato nada convencional. Dobras da cidade, cidade em suas voltas.

Assim, mais do que o transporte, a nova materialidade acabou por agenciar também uma fácil manutenção. Agora, além da caixa, precisava-se do guardião da cidade.

Mas “quem cuida de uma cidade?”, perguntou a oficinaira às crianças.

E vejam quem surge nessa pergunta. Quem fala pelo porta-voz “oficineira” não seria ele, o tão procurado objeto-conceito da Cidadania?

“Então os objetos falam mesmo?”, surpreender-se-iam as crianças caso lessem esse texto. Sim, os objetos fazem-falar, o tempo todo. Os objetos materiais também são agentes nos processos.

A oficina é ação, não só porque os sujeitos “fazem” coisas, mas porque nesse espaço de encontros, espaço-ação, os objetos silenciados em nosso dia-a-dia assumem posições de fala também, *fazem-falar* (LATOIR, 2008). A transformação da oficina, ao longo do ano, “o surgimento de maturidade e compromisso” (SIC) relatados pelas oficinairas, foram colocados em agência pelas possibilidades instauradas entre seus participantes, operadas pelo fazer-falar dessas materialidades. Uma oficina-ação é ação porque coloca em agência uma rede de interesses.

Além disso, como disse uma das crianças na oficina: “nossas ações têm que ter **repercutividade!**”, referindo-se aos cartazes que seriam produzidos para a caminhada da paz na Lomba do Pinheiro.

Pesquisar com crianças já não parece mais tão distante do objeto-conceito Cidadania.

E por falar em distância, será que um **mapa dobrado** não reinventaria algumas noções de distância que ainda separam quem espera e quem vem de tão longe para pesquisar?

## CAPÍTULO 4

### O CAMPO, NARRATIVIDADES (IN)TRADUZÍVEIS

#### TRADUÇÕES DA NOÇÃO DE CAMPO

No texto dessa dissertação o leitor deparou-se com distintos usos da palavra campo. Na maioria deles, procurei clarear o termo a fim de que indicasse a qual contexto eu me referia, por exemplo, quando citava a expressão “campo da Viçosa”. A polissemia da palavra **campo**, ao agenciar diferentes compreensões, condiciona sua clareza ao contexto em que é situada. Essa característica levou-me a dedicar à tal palavra bem mais do que uma nota de rodapé, explicando em cada uma das referências os seus sentidos. Gostaria, então, de enfatizá-la neste capítulo, apontando certa semelhança entre o seu modo de operar linguístico-polissêmico e a própria dinâmica metodológica *multi-situada*<sup>37</sup>, a partir do qual se constituiu esta pesquisa.

No contexto da produção de conhecimento, o termo campo tanto pode referir-se ao *campo disciplinar* de uma ciência, quanto pode ter conotação teórico-prática como na expressão “refletir sobre o campo”, o campo problemático. Entre as disciplinas científicas, é corrente a expressão “ir a campo”, principalmente na Antropologia, disciplina essa que se legitimou a partir da premissa de que, para conhecer a vida, “era preciso abandonar a cadeira de gabinete ocupada pelos teóricos” (PULMANN, 2007). Tal valorização do campo como lugar de saber é também apontada por Condominas: “O momento mais importante de nossa vida profissional ainda é o

---

<sup>37</sup> *Multi-site* expressão usada pelo antropólogo George Marcus para designar uma etnografia que possibilite a justaposição de contextos, tempos e espaços. Sua proposta é que a pesquisa possa, a partir de trajetórias inesperadas, mapear a formação cultural através de múltiplos lugares de atividades (MARCUS, 1998). Na experiência desta dissertação, pensamos a expressão multi-situada como sendo equivalente de “produzida em muitos campos”, mas também uma atualização da proposta de Haraway com sua experiência situada.

trabalho no campo; ao mesmo tempo nosso **laboratório**<sup>38</sup> e nosso rito de passagem, o campo transforma cada um de nós num verdadeiro antropólogo” (CONDOMINAS, 1972 p.2).

Recorrendo à etimologia, encontramos na palavra campo (*terrain*) o termo *terreno*, do latim *terrenum*, que significa “formado de terra”. Em outras derivações e usos podemos encontrar a noção de campo relacionada às artes militares com expressões como “campo de batalha”, “estratégia de campo”.

Assim, associando-se ambos os usos teremos no plano cotidiano várias expressões que mesclam as duas grafias, mas prevalecem com sentido belicoso: “disputar o terreno, ganhar terreno, ter vantagem no campo” (PULMANN, 2007).

Fica evidente que o caráter de disputa e negociação se sobressai na maioria das situações. Aliás, poderíamos salientar que, no contexto de pesquisa, comumente associamos à palavra campo adjetivos e pronomes possessivos, a exemplo de “meu campo”, “campo da pesquisa”. Essas expressões, ao nos sugerirem a posse de algo, certamente também nos endereçam à imagem da posse vitoriosa: o *campeão* é um vencedor do *campo*, *campeonatos*. Além do que, “ter a posse da vitória, de algo ou alguém” pode nos sugerir que o ato da captura, é muitas vezes um troféu.

Em relação “a captura”, voltamos à questão científica: na ciência, a ida a campo não teria justamente o objetivo de capturar amostras, de conquistar um saber “*in natura*”?

Se assim fosse, seria por isso que há certo ímpeto de ida a campo, de “sair do gabinete” e encontrar o mundo “lá fora”, passivamente, nos aguardando pela transformação?

E mais, poderíamos pensar a ideia de “compromisso com a mudança social”<sup>39</sup>, agenciado nos discursos de Intervenção da Psicologia, como sendo, em parte, resquílios dessa mesma pactuação “transformativa e belicosa”?

A ciência como prática discursiva está centrada na figura de um pesquisador capaz de revelar a natureza, de “dar explicações”, de transformar a realidade. Um senso comum de ciência que é reproduzido, a partir da autoridade do testemunho. A

---

<sup>38</sup> Mais adiante no texto essa passagem será questionada pela proposta Latouriana de que “o texto é o laboratório das Ciências Humanas” (LATOURE, 2008).

<sup>39</sup> Citado no capítulo3, “A Oficina como campo de interesses”.

presença da autoridade científica, mesmo pela assinatura ou referência bibliográfica, é um corpo que (com) prova, sendo os sentidos desse corpo a *finesse* e a precisão, capazes de conferir ao fato narrado um estatuto de verdade testemunhal: “eu estive lá”, “eu vi”, “eu confirmo”.

Os “campos de verdade” que sustentam a ciência e suas pesquisas são problematizados por Latour, quando este reconstrói os caminhos por onde passam os *cientistas em ação* (LATOURE, 2000). Em sua obra, o autor sustenta a tese de que os fatos científicos, antes de serem “verdades”, são proposições postas à prova por inúmeras controvérsias. O que garante a (r)existência de um objeto em seu campo de estudo não é uma “verdade” na realidade em si, mas são as “alianças” e aliados que lhe conferem certa legitimidade e autoridade de fala.

Com isso podemos pensar que na ciência o que é “visto” e “mostrado” como sendo a natureza são passagens, simulacros. Àquilo que faz-passar da natureza ao laboratório, do laboratório às publicações científicas, Latour chama de traduções. *Translations* de um *objeto in natura* até as “centrais de cálculo”<sup>40</sup> (LATOURE, 2004).

Pensando dessa maneira, começamos a “traduzir” outras impressões **no trabalho de campo**. Talvez o objeto não seja tão “passivo” na sua captura em campo. Antes de ser transportado, ele precisa ser transformado, isto é, estar inscrito em uma nova condição de realidade.

Resgatando as questões já trabalhadas no capítulo anterior, podemos afirmar que se um elemento transformou-se, traduziu-se, é porque se associou a outro(s). Por exemplo, a relação pesquisador-objeto existe em composição porque em algum momento seus interesses de (r)existência puderam ser negociados.

Assim, para Latour, as inscrições permitem a condição do deslocamento físico do campo às amostras. Do deslocamento entre instrumentos técnicos às inscrições. Para o autor, são as inscrições que definiriam os critérios de legibilidade do conhecimento, que permitem a comparação e a análise posteriores (LATOURE, 2000).

---

<sup>40</sup> Centrais de cálculos comportam a ideia de que as ações produzidas nas periferias, no *in loco* do campo, são transportadas às centrais de cálculo em forma de inscrições. Uma central de cálculo pode ser um laboratório, uma biblioteca, um espaço que reúna diversos aparatos ou códigos de legibilidade às inscrições.

Até esse momento do texto podemos identificar que as noções de campo, inicialmente correlatas ao campo/*terrain* (*estar lá*<sup>41</sup>), ao se associarem à concepção latouriana apresentada, acabaram deslocando-se a outra posição argumentativa, nem sempre pensada como campo, o *estar aqui dentro da Universidade*.

Note-se que, quando falo “aqui”, situo você leitor (a) tanto nesta inscrição que é a dissertação, quanto ao “aqui” da Universidade, lugar esse em que se situam boa parte dos laboratórios e outros aparatos para fazer ciência no país.

A Universidade ou, como propõe Latour, um centro de pesquisa, resguarda a imagem do “lugar” em que se descobririam novos fatos científicos. Porém, o caminho simplificado por uma única reta, que ligaria a natureza, o laboratório e a verdade, Latour reagrega<sup>42</sup>, fazendo da reta, uma rede. Assim, o autor mostra-nos muitos outros agentes que, fora do núcleo do laboratório, também fazem parte da construção do conhecimento. Nesse sentido, um fato científico é sempre produção coletiva dessa rede de actantes (LATOURE, 2000).

Na produção do conhecimento, compor a noção de campo a partir daquela de actantes em rede, nos leva a repensar essa própria noção de campo. Quantos campos fazem-falar uma composição em rede? É possível em nossas pesquisas escolhermos apenas um campo?

O campo problemático, campo da(s) disciplina(s) envolvidas, o campo da ação, o campo do objeto-ação, todos esses sentidos de campo acabam atravessados na experiência do pesquisar.

Dessa maneira, as traduções das inscrições produzidas pelo(s) campo(s) são sempre difusas, sobrepostas, têm sempre implicitamente a dimensão da “traição” nesses deslocamentos (*translations*).

Dessa maneira, com a epistemologia de Latour, de Stengers, de Despret, parece ser interessante pensarmos no “campo” para além e aquém *de um estar lá*. O(s) campo(s) são uma composição de si, de nós e de tantos outros que insurgem quando nos situamos em um *campo-tema*.

---

<sup>41</sup> O destaque a expressão *estar lá* se refere ao texto “Estar lá: A antropologia e o cenário da escrita” de Clifford Geertz, 2002.

<sup>42</sup> No francês, “Rassembleur” (Assemblée) pode designar reagregar, reunir. Na publicação inglesa, a expressão usada foi “re-assembling”. Na tradução brasileira aparece como “reagregar” (LATOURE, 2006).

Segundo Spink (2003), em todas as pesquisas precisaremos argumentar a favor da presença e da importância de um campo-tema. Por isso, nos colocamos dentro desse campo não como indivíduos, mas como parte de um coletivo: “os psicólogos” (SPINK, 2003). Sendo assim, se os campos podem ser plurais, parece-nos que podemos ter nessa proposta de campo-tema a junção do operar de uma rede de actantes com a constituição de uma experiência *multi-situada*.

Assim, retornando à controvérsia surgida na elaboração do projeto de qualificação desta dissertação<sup>43</sup>, seria possível dar agora uma resposta à negociação daquele almoço, diante da questão de “qual seria o meu campo?”.

Ou, ainda, pensando nos espaços em que pude acompanhar a OLC, bem como a “negociação” final de que ficaria somente com o campo das reuniões, isso seria suficiente para dizer que meu campo acabou sendo o “aqui” na Universidade, uma “pesquisa de gabinete”?

Acredito que os encontros que foram sendo produzidos, em grande parte, a partir das reuniões com a OLC tiveram um efeito interessante de construção de uma noção de campo ampliada. De certa maneira, mesmo não tendo estado nas oficinas, ou nos momentos de escrita dos projetos de pesquisa da OLC, as narrativas sobre a experiência nesses lugares traduziram outra forma de *estar lá no campo*. Agora, Isa, Ceci, Rose, Malvina, as crianças, bem como a caixa, o mapa, o pica-pau, a rua, as tintas não estão aqui, ao meu lado, neste momento escrevendo esta dissertação. Mas, se as trago, é porque já fomos inscritas na experiência, podendo agora estar sendo deslocadas à superfície deste texto. Se pudesse voltar à mesa almoço daquela negociação, poderia não dar uma resposta, mas recolocar a pergunta feita pela banca: “quais são (serão) os campos do teu trabalho?”.

Na continuação deste texto, pretendo não mais traduzir as noções de campo como problematizadas até aqui, mas, sim, fazer um exercício de tradução da experiência de estar no(s) campo(s). A esse exercício chamo de narratividade<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> Ver capítulo 1, em “Proposta investigativa”.

<sup>44</sup> Criei uma definição própria para o termo narratividade. Mesmo assim, acho pertinente referir que fui inspirada pela última pista metodológica do livro “Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade”, intitulada: “Por uma política da narratividade” (PASSOS et al., 2009).

*“O ser é o que exige de nós criação para que dele tenhamos experiência”*

*O visível e o Invisível, de Merleau Ponty.*

### ***“Alista de Atores”***<sup>45</sup>

Para lançar-me no exercício de tradução da experiência em campo, acordei esse desafio com três atores: o corpo, o afeto e a letra. Em nossa negociação, eles não me apresentaram qualquer interesse de vir-a-serem tomados como “conceitos”. Pelo contrário, achamos mais *interessante* trazermos, ao texto, as agências que nos uniram, os movimentos que os fizeram-falar, bem como outros, que me fizeram escutá-los como possíveis em comum.

Trabalhando com relatos, histórias contadas e memoradas, ficamos a pensar que a narratividade era *o exercício de tradução daquela experiência encarnada*. Nós, que havíamos acordado entre “4”, os três atores e eu, quando nos demos conta já éramos “5”, pois o próprio exercício de narrar e escrever tais narrações se *inscreveu*, *alistando-se por si próprio*, propondo-nos ser o quinto elemento<sup>46</sup>: o “ato(r) escrita”.

É estranho como a rede de atores acontece: mal pensamos ter reconhecido um campo e já nos deparamos com uma infinidade de outras negociações em vias de acordo. “Seguir os atores” nos dá a vertigem de nunca estar em lugar nenhum e estar em todas as partes ao mesmo tempo.

---

<sup>45</sup> Apesar de os atores terem sido convidados, mantive no título a expressão “alista”, de alistamento, ao invés de “a lista”, para ressaltar os resquícios do campo de disputas que há em todas as negociações e pesquisas.

<sup>46</sup> Alusão às discussões sobre “quintaessência” em que além dos quatro elementos, água, terra, fogo e ar, na história antiga, buscava-se um quinto elemento que viria explicar, compor a “força de existência”. Uma forma talvez mais descontraída de dar nome à potência de vida que há em toda escrita, e também de sugerir um possível encontro entre as ideias de “Merleau Ponty” (ser bruto e espírito selvagem) com aquela, dos objetos falantes de Latour. Ver (CHAUI, 2002).

Veja que coincidência, não eram essas definições com as quais Latour definia o *nosso objeto SOCIAL*<sup>47</sup>? Talvez, mais do que imaginar a T.A.R. a partir da imagem de uma “Rede” e suas ramificações, poderíamos sugerir ao Professor Latour alguma das tantas composições do artista Vik Muniz, que também busca transformar resíduos em cenas e movimentos<sup>48</sup>.

Antes de passarmos à segunda parte do texto, preciso contar-lhe alguns pensamentos que me ocorreram. Eu, agora aqui lendo este texto para você, sinto-me, assim, na iminência de lhe propor um acordo.

Será que podemos compor um sexto ator nessa história, *um ato-escuta* quem sabe? Será que há algum interesse entre nós a ponto de compartilharmos também uma experiência entre campo(s)? Para seguirmos nessa conversa, preciso *perceber* se você leitor(a) tem interesse nesta composição?

Fico ansiosa em saber como poderia ser a nossa experiência com o afeto, o corpo e a letra. Percebe? E também se eles aceitariam o meu interesse de compor contigo- “quantos nós!”- um trecho desta história.

Seguimos junto(a)s então?!

---

<sup>47</sup> Ver capítulo 2 “Sobre pesquisar e Intervir na psicologia Social”

<sup>48</sup> No site do artista encontram-se várias fotos das suas composições. <http://vikmuniz.net/pt/>



***Oficinando sítios e meio-fios***

Na problemática de constituição do campo, quando titubeava entre ir à oficina ou permanecer só na Universidade, pude entrever que uma das questões que me impedia de transitar mais facilmente entre os campos possíveis era a questão do *corpo*. Tanto que, na mesa (de almoço) das negociações, um dos atores da banca questionou-me se não estaria desconsiderando a questão do “campo-intervenção” na problemática do meu trabalho, deixando de acompanhar um pouco as oficinas na Viçosa.

A questão do corpo é um ator que agencia muitos interesses nas negociações de ciência-pesquisa-conhecimento. Como nos referimos anteriormente, o corpo como “aquilo que vê” é um elemento legitimador da autoridade científica sobre seus objetos. Nesse sentido, estar presente para ver “com os próprios olhos” são marcas discursivas que compõem nossas práticas na produção de conhecimento e, certamente, agenciava alguns interesses quando fez-falar questão da banca em relação à minha “não ida ao campo”. Aqui, poderia inclusive retomar a questão que levantei no início deste capítulo, quanto me questioneei se poderíamos pensar a ideia de “compromisso com a mudança social”<sup>49</sup>, agenciado nos discursos de Intervenção da Psicologia. Ou seja, além de outras agências, se a intervenção poderia ter como interesses pactuados a dita “transformação”, agenciando também a ideia de validação pela “autoridade ocular”?

O corpo como prova, validação da verdade, produzia-me certa inquietude quando, em outro momento, depois de ter optado pelo campo da Universidade, refletia como eu pensaria as “traduções do campo” partindo de um contexto que já estava previamente traduzido pelas oficinairas. O relato, escrito e oral, e algumas fotos pareciam ser as principais inscrições a que eu teria acesso.

---

<sup>49</sup> Citado no capítulo3, “A Oficina como campo de interesses”.

Acompanhar relatos e “contações”, por vezes, parecia ter um valor “menor”, tanto que me surgiam pensamentos de que “se eu estivesse lá... eu faria de outra forma”; “mas elas não estão percebendo o real da história?”.

Minhas “críticas”- não ditas- denunciavam um processo que, talvez, somente neste momento possa enunciar: não é o corpo, “presente-real”, que determina vivenciar ou não uma situação. Ouvir e ler os relatos da oficina produzia em mim afetos e compartilhava outros com aqueles que traduziam a sua experiência de campo. Como nos diz Spink: “ao relatar, ao conversar, ao buscar mais detalhes também formamos parte do campo; parte do processo e de seus eventos no tempo” (SPINK, 2003).

Dessa forma, pude “rever” a questão de que, ao tomar as inscrições já produzidas pelas oficinas em campo, não estava perdendo *os sentidos* de estar lá de “corpo presente”. Isso porque a experiência de ouvir, de ler, situava-me em outro espaço de produção de experiências. Esse espaço, a reunião, também era marcado por afetos e corpos que se agenciavam mutuamente, podendo, portanto, *fazer-falar* traduções *equivalentes*, assim como na concepção de “sistema de equivalência” da obra de Merleau Ponty:

Eis porque Renoir podia pintar a água do riacho das *Lavandierès* olhando para o mar: pedia-lhe o acesso ao elemento líquido como pura *diferença* entre elementos e como sistema de equivalência entre substâncias líquidas. Desatando os costumeiros liames entre as coisas, o *Ser Bruto* abre acesso a uma relação originária entre elas como diferenças qualitativas que se exibem e se interpenetram a si mesmas enquanto famílias de cores, das texturas, dos sons, dos odores que reenviam à substancialidade impalpável do que faz vir a ser. (PONTY, 1971 apud CHAÚÍ, 2002 p.154).

Do trecho destacado à experiência aqui relatada, podemos perceber que, assim como Merleau Ponty, em análise à experiência do pintor, destaca a fluidez e criação possíveis sem que necessitemos ter uma continuidade “real” entre os objetos e a matéria; também podemos pensar que a “origem, o aqui e agora, que sustenta toda expressão” (CHAÚÍ, 2002 p.154) não é sinônimo de repetição de algo passado, um retorno, cópia fiel de um acontecimento, mas sim, uma criação. O “em comum”

referido na experiência de narrar em composição com os atores só se tornou possível pelas diferenças “negociadas”.

No processo de escrita desta dissertação, ao lembrar cenas das oficinas que me foram contadas, surpreendia-me ao perceber que essas memórias surgiam como imagens vividas. Nesse instante tive um sobressalto: *sim, pasme, eu também estava lá!* Você, nesse momento deve estar pensando: nada de novo, aliás, isto é o que acontece conosco quando lemos um bom livro. Entramos na história e nos envolvemos com os personagens e as tramas. Concordo, eu lhe diria. Inclusive, essa é uma boa aproximação. Ciência, ficção e *faz-de-conta* têm interesses em comum, agenciam-se enquanto produções, na sua mais intensa potencialidade: a criação.

E, por falar em *faz-de-conta*, em mundo criados-imaginados, não posso deixar de lhe levar a um lugar muito interessante, o “Sítio dos Pinheiros”. Aliás, já fazia algum tempo que as crianças pediam àsicineiras que fossem para outro lugar que não a escola, a associação ou praça.

A ideia do sítio foi dada por uma das crianças e logo foi aceita por todas as demais. No entanto, ficavam ainda algumas questões: seria fácil chegar lá? Era um lugar público? Que atividades o lugar poderia suscitar?

Vão sem reclamar da Associação em si, mas pedindo que fôssemos pra outros lugares, falando muito do Sítio dos Pinheiros. Pergunto sobre, dizem que é perto, só subir ali e ali, dobrar ali e ali e que tem cachorros pra brincar. (RELATO DA OLC 15/06/2012).

No dia combinado para a oficina acontecer, asicineiras, sem saber bem o que levariam de materiais, nem quanto tempo precisariam para chegar ao tal sítio, tinham como planejamento dar continuidade à proposta de construir elementos de “identidade ao grupo”.

Talles que nos guiava, feliz da vida que hoje seria o dia em que ele que tinha pensado da oficina – isso ele me dissera ainda no posto. Segundo seus planos, cinco de nós iríamos à rua dele fazer as denúncias quanto ao esgoto e o asfaltamento e os outros iriam para o sítio dos pinheiros fazer alguma coisa que a Ceci sabia, mas ele não lembrava mais direito. Foi aqui que uma coisa ficou mais clara: eles não sabiam o que era, onde era, o tal sítio dos pinheiros. Isso que

sempre pintara como uma vontade de todos e tantas vezes fora interrompida pelas evidências de terem cachorros grandes e soltos escancarava-se ali como uma fantasia! Vale aqui contar com a nossa expectativa, acho que posso falar enquanto nós, de o sítio dos pinheiros ser um lugar amplo com muitos pinheiros e lugares o suficiente para jogar bola e brincar de pega-pega. Passa que o tal sítio dos pinheiros é uma casa com piscina atrás e pinheiros na frente – cercados – onde está escrito: Sítio dos Pinheiros. Ao lado, uma rua dessas de condomínio, que não é asfalto, é mais clara, coisa que não estamos acostumados – ou acostumadas? – a ver pela lomba, e seguia por um descampado com alguns pinheiros – também cercados e poucos. Embora estivéssemos de algum modo frustradas, ainda que por eles e pelos objetivos do dia, eles não estavam – ficariam se insistíssemos na frustração? Decidimos então, sem comunicarmos entre nós nada, ficar por ali mesmo, colocando as toalhas de sentar metade na grama, metade na rua; três toalhas, dez pessoas. Será? (RELATO DA OLC, 22/06/2012).

Chegando ao local e percebendo que o *sítio* (quanta ironia na tradução!) não era um lugar “real” como se esperava, Ceci e Isa foram tomadas de certa frustração. E as crianças? Não parecia que se tenha produzido o mesmo afeto. Com expectativas mais fluidas talvez, esperavam simplesmente, como disse Talles na semana anterior: “árvores e bichos. Dá para correr e brincar”.

Em algumas reuniões, a questão da dispersão, ou da falta de foco, como já se mencionou no capítulo anterior, disparou a busca por elementos que dessem uma “cara” ao grupo, como escreve a oficina em seu relato: “Tornar maior a consciência daquilo enquanto grupo e do grupo enquanto potência. Deixar livre o falar de si e constituir-se sendo algo” (RELATO DA OLC, 22/06/12) Com isso, pensava-se em construir identidades, “RGs” em que as crianças pudessem mesclar suas definições e o grupo também pudesse reconhecer essas diferenças. Sentados na rua, entre a calçada e a grama do Sítio, sobre as toalhas, os paralelepípedos e o meio-fio, a oficina seguia:

Todos podiam se ver sem estarem sentados lado a lado deixando um furo no meio, não havia furo algum. Era uma disposição nova, criamos ali sem precisar ordenar nada, cada um ocupou seu espaço. Antes que falássemos já se ocupavam com os jornais e as revistas, propomos então falar sobre RGs. Tauany está por dentro, sabe quase tudo que vai no documento, no fim mostramos e convidamos a fazer uma identidade nova e “mais com a nossa cara”. Os outros podiam ajudar, cada um se deu uma flor, uma fruta, um animal, uma hora do

dia... Marcos e Davi ainda do outro lado. Convoco Davi para dar animais, eu sou arara, Ceci é águia e o guri nem percebe, mas já está meio entretido. Todos começam a se dizer algo, com uma sinceridade bonita, falam por si, de si, pra si e também para os outros, mas com respeito – ainda que Davi tente instaurar algumas coisas do tipo chamar Marcos de macaco, mas isso não gera muito, logo é sufocado. (RELATO DA OLC, 22/06/2013).

Chegar ao sítio não produziu grandes atrações para ver. Disponha-se das toalhas para sentar e alguns materiais para fazer a tal “carteira de identidade”. A caminhada em busca de um sítio foi uma boa experiência para pensarmos naquilo que Merleau Ponty chama de “sistemas de equivalência”. O corpo-sítio não estava presente, mas, além de passar a existir para a OLC, podia ser recriado. Com a atividade dos RGs no sítio, foi exatamente o que uma das meninas fez quando, preenchendo a sua “identidade”, respondeu a pergunta bastante lúdica daicineira Ceci: “Tu é dia ou noite, Camila? Sou pôr-do-sol”.

Ser pôr-do-sol, fazer do meio-fio um lugar, era exatamente isso que se produzia quando um ator-corpo agencia novas alianças com o ator-afeto. Isso, mais do que uma negociação, “traduz” *poiesis* à inscrição da criação.

Contando a você, leitor(a), esta história, acabei lembrando-me de muitas outras para lhe narrar. Parece engraçado que, mesmo sem estarmos face-a-face, o fato de saber que está me “ouvindo”, que aceitou nossa negociação, parece produzir em mim, mais e mais, o desejo de contar, de fazermos junto(a)s essa história.

Como há força nesse elo que liga os atores leitura e ouvinte, não achas? Contar uma história, uma “contação”, parece agenciar de imediato o ator-rodado (de ouvintes). As crianças em geral estão muito abertas a essa relação. São bons ouvintes e, por isso, conseguem nos surpreender com suas falas sinceras e autênticas.

A OLC “rodeada” desses pequenos inventores, nesse mesmo dia da oficina do Sítio, ainda borbulhando com ideias agenciadas ao ator-identidade, sugeriram outro nome para si: “*cidadãos funcionários da cidadania*”. Um nome bonito de se ouvir, mas que ficou no silêncio de um sorriso. Em casa, depois pensando, mas por que *funcionário*? Que conexões os levaram a essa palavra? A gramática indicou-me que palavras

terminadas com “ario” designavam tanto “um lugar em que se guarda algo”, quanto um “nome de um agente”.

Com um “sorrisão na cara”, expressão que muitas vezes era repetida nas reuniões da OLC, definindo por elas tão bem o encontro do corpo-afeto dasicineiras, pensei: “agentes, lugares e guardiões! Uma bela nomeação para oficina”. Não achas?

### ***O texto como laboratório***

Os atores afeto - corpo fizeram um elo tão forte que, ao passar do ano na OLC, agenciaram situações difíceis de traduzir. A questão da escrita, como mencionado na introdução, trazia uma tensão presente entre todos integrantes, inclusive, para mim. Fazer os relatos semanais, artigos, resumos não eram processos que se davam facilmente. Se, por um lado, os autores que referenciamos neste trabalho apostam em uma produção de conhecimento que considere a questão das emoções e afetos do processo, por outro lado, vemos o quanto ocupar essa posição implica em alguns sofrimentos como, por exemplo, quando se tem de desligar do processo de pesquisa e intervenção ou quando tem de transformar o “afeto em letra”, como Isa, uma dasicineiras, expressou na reunião.

Como traduzimos a experiência de campo/pesquisa? Qual formato de escrita é capaz de agenciar a experiência do campo naquele que lê? E, principalmente, em se tratando do meio acadêmico, quais revistas aceitarão um modelo menos rígido e mais criativo de escrita?

Alguns autores propõem alternativas de escrita, tais como, o uso da primeira pessoa, a descrição detalhada dos processos e falas, o testemunho, a polifonia. Todas essas propostas têm em comum a busca por uma escrita que permita tornar um pouco mais próximo aquilo que aicineira define como a “passagem do afeto à letra”.

Aproximar, principalmente, tentando transformar novamente essa letra em afeto para aquele que lê. E, dessa forma, conseguir compartilhar a experiência de encontro com o campo, sem esvaziá-la de sentido ou sem torna-la um mero objeto acadêmico.

Larrosa (2003), partindo de uma discussão semelhante, propõe que, entre nossas escritas acadêmicas, possamos produzir mais ensaios. Problematicando o modo como as políticas de verdade e as imagens do pensamento e conhecimento impõem determinados modos de escrita e excluem outros, é que o autor afirma que não haveria como pensar de outro modo, se não lermos de outro modo e escrevermos de outro modo também. Para esse autor, o ensaio dissolve as fronteiras entre as disciplinas da Filosofia e Literatura ou, dizendo de outra maneira, entre uma escrita “cognoscitiva e outra poética” (LARROSA, 2003 p.105).

O ensaio, como um elemento repleto de impurezas e liberdade, impõe dificuldade de aceitação, justamente pela sua capacidade de transgredir, capacidade de ser um “livre-pensador”, como afirma Larrosa (2003, p.109). Talvez não seja à toa que uma das primeiras literaturas a valer-se da temática da “experiência” seja uma obra de Montaigne, intitulada “Ensaaios” (MARTIN, 2009).

Assim, o problema da tradução da experiência de campo traz, em si, a busca por um *pacto da fala*, como propõe Barthes: “união do escritor e o outro, de maneira que cada momento do discurso seja, de uma só vez, absolutamente novo e absolutamente compreendido” (BARTHES, 1988 p.24). E, nesse sentido, “o ensaísta é um leitor que escreve” (LARROSA, 2003 p.107).

Tenho que confessar que, ao perceber essa proximidade, o “leitor que escreve”, logo lembrei da nossa relação, eu aqui lhe narrando e você, aí, com toda paciência ouvindo-me. Quanta coisa não estará também pensando, escrevendo? Cada vez mais tenho certeza que estarmos nesta composição, neste sexteto de atores poderá articular interessantes redes de autoria. Falando em autoria, quase que me esqueço, estava lhe falando sobre os relatos, lembra?

A escrita dos relatos na OLC fomentou importantes discussões. Em um dado momento, estando o grupo já na metade do segundo semestre de 2012, indiretamente falava-se de fechamentos.

Chego num ponto que não entendo porque preciso escrever tanto. Gosto dos momentos e sinto-me bem que estejam aqui pra não morrer – ainda que não tenha assim tanta certeza de que voltarei pra cá tantas vezes assim, momentos bons vem pela frente sempre. Fico pensando na potência maior desse relato se viessem aqui apenas as perguntas que me brotam e as respostas que acho, apenas o que me

toca mais acadêmico e articulado, sem tantos detalhes. Talvez assim seria mais fácil ver o fazer e o sentido deste, sem tantas contações e misturas de paisagens pra tudo aquilo que nos perpassa trêmulo enquanto algo a ser esmiuçado, escrito, compartilhado. (RELATO DA OLC, 10/08/12).

Escrever os relatos era, além do oficiar, uma das atribuições das bolsistas. Como já mencionei, nas reuniões semanais a combinação era de que nesse espaço pudéssemos falar sobre a semana anterior, mas também planejarmos juntas a próxima oficina. O afeto era tanto nas falas dasicineiras que o corpo falava junto, precisando por vezes de mais tempo para que, no mínimo, fossem contados, até o final, todos os desdobramentos da atividade. Isso fazia com que, muitas vezes, sobre o planejamento das atividades, apenas se “lançassem” algumas ideias de possíveis materiais interessantes. A organização final ficava para ser decidida depois pelas duasicineiras. O tempo, esse agente sempre tão difícil de ser contratado em nossas negociações, não colaborava, era resistente na maioria dos encontros.

O cansaço e o estresse que iam acumulando tarefas eram trazidos nas falas daquele segundo semestre. A reunião que era para produzir, traduzir sentimentos passou a se constituir em um campo de questionamentos e conflitos. Qual era o sentido daqueles relatos escritos se, a cada encontro, tudo era recontado novamente? Por que tinham, afinal, de escrever? Qual era o papel de cada uma de nós ali? Qual era *o lugar* da professora, da mestrand, dasicineiras?

Se, por um lado, as falas eram de cansaço, por outro convocava-nos, cada uma, a trazer de novo à mesa seus interesses. Podemos pensar que essa rede de atores que Latour apresenta está ligada pelas muitas proposições que foram tornando-se fatos ao longo do tempo. Porém, para que algumas redes se mantenham estáveis por todo o processo não basta o acordo inicial. É preciso retomar os interesses, estabelecer novas conexões e manter fortalecidas as combinações que mantêm os atores juntos. Afinal, não havia ninguém obrigado a estar ali. Ou havia?

Na tensão levantada pelo grupo, chamou-me a atenção o questionamento, inclusive do lugar da professora coordenadora quanto a sua função ali. Isso me remeteu às questões levantadas por Latour quanto à infinidade de aliados que ficam invisíveis no processo de produção da ciência.



Para o autor, “sem o alistamento de muitas outras pessoas, sem as sutis táticas que ajustam simetricamente recursos humanos e não humanos, a retórica da ciência é impotente. As pessoas escapam, perdem o interesse, fazem alguma outra coisa, ficam indiferentes” (LATOURE, 2000 p.239).

De maneira bem humorada, Latour decide acompanhar, em determinada parte do livro, não mais o “cientista de avental branco no laboratório”, mas, sim, como ele denomina, o *Chefe* (LATOURE, 2000).

Ao se propor mapear as atividades científicas nas quais o Chefe participou, Latour (2000) vê-se descrevendo uma semana de inúmeras reuniões, palestras, docência, busca de recursos financeiros e, também, a busca pela parceria de entidades que aceitem receber seus ensaios clínicos. Enfim, uma infinidade de ações enquanto que normalmente, quando pensamos na ciência, no profissional que produz o conhecimento, nos limitamos-nos ao espaço dos testes e ensaios laboratoriais.

Na OLC, mesmo sem tratar-se de uma proposta de pesquisa que envolva testagens e afins, a rotina de trabalho da professora Rose, e de tantos outros docentes-pesquisadores, provavelmente seja muito parecida com aquelas atividades desenvolvidas pelo tal “Chefe”.

Além disso, podemos aproximar o exemplo a outras relações importantes nessa rede de atores. Como é produzido o conhecimento nas ciências que não fazem uso de um laboratório, como é o caso do nosso campo, a Psicologia Social?

O lugar dos “bolsistas de iniciação científica” ou de “extensão da universidade” é bastante semelhante à imagem do cientista de laboratório, uma vez que “mantêm” uma rotina estável na base das atividades. Essa impressão por vezes surgia como fala entre as oficinairas, uma vez que se questionavam quanto a não saberem mais por que estavam lá na oficina, se não estariam apenas *mantendo um fazer*.

Sim e não, eu diria. A ciência, a pesquisa ou, como queiram chamar, os projetos precisam, sim, de mantenedores de suas atividades. Ao Chefe, seria impossível agenciar todas as atividades que estabilizam *fora* o contrato de ciência, sem que houvesse alguém *dentro* que também o operasse.

Essas relações, no entanto, não ficam tão claras na maioria das vezes. Ficam invisíveis ou são vistas um pouco às avessas, como descreve Latour (2000) a fala de

uma cientista em relação ao seu chefe: "só estou fazendo ciência, diz ela. Ciência básica, ciência no duro. Enquanto fico no laboratório, o chefe percorre o mundo. Será que o chefe está cansado do trabalho de laboratório? Ou velho demais para fazer pesquisa de verdade?" (LATOURET, 2000 p.256).

Nesse sentido, podemos pensar como são semelhantes as pesquisas com intervenção e os projetos de extensão que desenvolvemos em Psicologia. Em ambos, a hierarquia interna é muito semelhante. As pessoas que executam as intervenções no campo, geralmente, são bolsistas (além dos ICs, também os bolsistas de mestrado e doutorado com seus interesses). Os bolsistas, dispendo de uma primeira tradução, levam as "informações" ao grupo de pesquisa que, novamente, realiza nova tradução aos fatos. Como já afirmamos anteriormente, a produção de conhecimento nunca está situado em um único sujeito. Ela é coletiva e se dá em rede.

Uma afirmação, um artigo assinado por um sujeito isolado, não terão a mesma repercussão do que se o mesmo ator-assinatura estiver em associação a outros atores interessantes: uma universidade conceituada, um "chefe" renomado, um tema de visibilidade atual. Tudo isso são elementos que, independente da escolha política de "como" serão feitas nossas pesquisas, acaba dando-se da mesma maneira. Porque essas combinações estão inseridas em uma rede muito maior, uma rede que é formada por atores de peso e força, tais como CONSUN, CAPES, MEC, Governo.

A aproximação feita entre oficinairos-bolsistas e laboratórios, entretanto, causa um pouco de mal-estar e dúvidas. Será que, no caso, a OLC, e tantos outros grupos com oficina que nós da Psicologia realizamos, seriam eles o nosso laboratório? Para pensarmos sobre isso, voltemos à questão dos relatos.

*Por que temos de escrever mesmo?* A escrita é uma das principais ferramentas de- nós- pesquisadores das ciências humanas. E o relato ou diário de campo pode ser tomado como uma das traduções dessa experiência de campo. A partir dessas primeiras traduções é que podemos passar a outras, tais como a produção de artigos e livros. O trabalho de pesquisadores que estão tão implicados no campo, e ainda mais semanalmente, como foi o caso da OLC, faz surgir um excesso de cenas, de falas, de intenções (intensas) que precisam, de alguma maneira, se "desencarnarem" do pesquisador.

Aqui temos um ponto de muita relevância. Precisamos lembrar que, em pesquisa e intervenção, os sentimentos de afetação são sempre mútuos e plurais. Ir para uma oficina, por exemplo, é oferecermos- sim- uma materialidade como um mapa, mas é também oferecermos o nosso próprio corpo como superfície às traduções do pesquisar. Nosso corpo sai sempre outro ator-corpo a cada nova intervenção, transformação.

Isso é visível quando se escutam as narrativas de bolsistas sobre uma intervenção, o afeto fala com o corpo. Muitas vezes há uma confusão, profusão de cenas que precisam ser expressas, mas não encontram lugar. Escrever torna-se uma tarefa importante de organização dos fatos.

Confeccionar diários e relatos, além de, muitas vezes, ser um “dever” do bolsista, torna-se o primeiro momento de tradução. O processo de tradução, nesse sentido, não só produz inscrições, mas *(des) inscreve* para poder reescrever: “tirar do próprio corpo a experiência” é fazer o ator-corpo aliar-se ao ator-escrita. Por isso, um texto contém, em si, traduções desses vários processos de *encarnação* e *desencarnação* com os quais o pesquisador tem de se haver.

No laboratório das ciências exatas, a tradução do objeto de estudo acontece em sucessivas transformações, de um equipamento a outro: passa-se da amostra à análise química, física, cruzam-se os dados, visualizam-se gráficos, cores, números. Cada um desses processos são traduções. E nós, psicólogos em campo, temos um laboratório?

Latour afirma que o texto é o laboratório das Ciências Humanas (LATOURE, 2008). Se pensarmos no texto, não como uma autoria individual, mas a narratividade que é composta por mim, pelos colegas de pesquisa e pelos tutores, o texto é nosso laboratório.

Por isso, escrever é dar a ver e a ler nossas *experiências*. É trazer para a mesa de negociação o interesse político que toda escrita agencia. Quando se escreve, negociamos também muitas questões, esquecemos, omitimos, amenizamos, denunciemos. O que e como se escreve, quem e para quem se escreve certos fatos, é uma questão que não pode ficar sem tradução.

Nossa, me empolguei tanto aqui “falando” que até me esqueci de te perguntar se estava tudo bem, se não querias dar uma parada nessa conversa.

Isso sempre acontece, quando somos afetados por um assunto. Temos ansiedade de passar, de transmitir “tudo” de uma só vez ou, o que é pior, nos *enredamos* cada vez mais e não conseguimos terminar.

E por falar em transmissão, ocorreu-me agora uma última história. Não sei, queres escutá-la? Ou seguimos outro dia? Está tarde e ainda falta um capítulo, a conclusão.

Pensando bem, acho que esses dois temas, transmissão e conclusão, têm tudo a ver com o que eu ia te contar. Posso?

### **“Umbigada”**

Tem sido difícil o encerramento, e é engraçado, porque ao mesmo tempo que nesse movimento de ir para as frutas e flores iam dando por encerrados “os trabalhos” de hoje, não deixavam de juntar flores para a cidade e para nós (como se nos misturássemos). E também resistem ao “encerrar oficial” que guarda as coisas marca. Não acredito que seja “má vontade” de ajudar a recolher, tampouco preguiça e muito menos indiferença. Encerram saindo aos poucos, abrindo os caminhos da oficina por outros fazeres e espaços, mas o fechamento que pontua e anuncia o tchau não querem fazer... (RELATO DA OLC, 14/09/12)

Todos aqueles encontros conflituosos, em que a escrita era um ator de importante negociação, fizeram com que na OLC, nitidamente, os relatos cada vez ficassem mais escassos. A ponto de muitos deles, ao final do ano, ou não existirem ou serem escritos em tópicos. Isso não significou uma *desimplicação* nas atividades. A fala, a contação das reuniões continuava preenchendo-nos com muitas cenas e histórias. Mesmo assim, o silêncio da escrita insinuava uma não-passagem.

No último “eixo-temático”, as oficinas propuseram encontros em que se trouxesse um pouco sobre as histórias dos sobrenomes e das nacionalidades a que eles correspondiam.

Quem foram os italianos, os alemães, os índios, negros na história do Brasil. Proposições de conversas que levaram todos a experimentar, no corpo, muitas pinturas indígenas e outros tantos ritmos musicais. Descobrir as fotos<sup>50</sup> de outras crianças que tinham histórias culturais muito diferentes das suas trazia ao grupo reflexões sobre as diversas transmissões culturais que em nossa vida estão marcadas.

Ceci, que havia recentemente participado de uma oficina com um Mestre de cultura africana, sugeriu convidá-lo para oficinas o penúltimo encontro da OLC. Ter um convidado, um MESTRE, deixou todos muito ansiosos em recebê-lo.

Esperando em frente à ESF, Ceci, explica às crianças que esse convidado era muito especial. Renato, o Mestre, era assim chamado porque como um guardião, era um transmissor da cultura.

Proponho então o balangandã, que fazemos ali na frente do posto mesmo. No início estão meio desanimados, aí começo dando uma página de jornal pra cada um como se desse a eles o conteúdo. Numa tinha uma manchete “igualdade na diferença”, outra tinha imagens de motos, outra crianças em um balanço, enquanto fazemos, bem interessados ficam perguntando “pra que essa parte?”. “Como vai ficar?”, “mas o que é isso? Como se chama?”. Aí adoram e inventam novos jeitos de brincar. Chega o Mestre com a Camila e a Sabrina, um tambor e dois pandeiros. De longe, gritam, como se já soubessem quem é! “Meeeeeeessstre! (RELATO DA OLC, 07/12/12).

A oficina trouxe muitos elementos, o Mestre explicava a história dos instrumentos. As crianças mexiam e batucavam. Fizeram uma roda de danças, em que cantavam juntos e dançavam. As crianças, meio tímidas com as perguntas do Mestre, mantinham-se quietas e reticentes quando lhes eram dirigidas perguntas. Mesmo assim, alguns mais falantes tomaram a voz do grupo. Quando questionados o que gostavam de fazer ali, um dos meninos, o Gui iô-iô, fala do “laguinho, fala das brincadeiras, das árvores e de um professor na escola que tinha também um berimbau” (RELATO DA OLC, 07/12/12).

O Mestre contou também um pouco da sua história pessoal. Contou que seu pai fazia tambores e que aprendera com ele isso, mas também que seu avô, assim

---

<sup>50</sup>Fora usado um dos livros do fotógrafo Sebastião Salgado.

como seu bisavô, aprendera com outros da família. As histórias iam encantando as crianças, principalmente quando, de maneira muito lúdica e carismática, o Mestre falava da cultura negra. Falava também em por que se nascera com a pele escura e o cabelo crespo. As crianças riam e se divertiam com as histórias.

Sentamos em roda e o Mestre conta que faz tambores, seu pai fazia tambores, o pai do seu pai fazia tambores, o pai do pai do pai do seu pai fazia tambores (e assim por diante) O grupo fica encantado. Fala da vida no mato, da importância de contar histórias, de manter a cultura. Então conta a história da criação do mundo. E era muito calor e tinha muito sol então Deus deu uma pele escura pra proteger... Era muito quente então Deus achatou o nariz. E o sol muito forte então Deus encrespou o cabelo pra não fritar o cérebro... Ele vai contando de um jeito muito carismático. (RELATO DA OLC, 07/12/12).

Cada momento daquela oficina parecia um mundo de cores, sons e sorrisos. A OLC contava sua história para o Mestre, ele contava a sua para as crianças. Muitos ouvintes e contadores trocavam seus lugares naquela roda de música.

Um dos significados mais bonitos que embalavam todos naquela manhã foi a música “Ô Piava”. Nessa letra, todos, além de cantarem, tinham que encenar uma umbigada, ou seja, uma passagem entre seus corpos. Ceci, que havia participado de outra oficina-curso com o Mestre, descreve:

Foi muito legal que na música do ô piava um de nós ficava dançando dentro da roda, daí pra trocar quem estava no meio dava uma umbigada na pessoa que seria a próxima. Isso era parte dessa música e dança, mas o grupo pegou e até o fim do encontro tudo era com umbigada. Lembrei da oficina que fiz com o mestre na semana da consciência negra, em que ele explicou a tradição e o significado da umbigada como ponto de vida e transmissão, mas hoje ele não chegou a falar disso. No entanto, mesmo os que estavam tímidos, não dançando muito, mantinham a umbigada no momento de troca e passagem. (RELATO DA OLC, 07/12/12).

A transmissão estava marcada. Entre todos os gingados e ritmos, também se anunciava o último encontro da OLC daquele ano: uma festa na semana seguinte. Todos estavam convidados, crianças, familiares, amigos, inclusive o mestre, se pudesse

vir. Em meio a todos esses convires, fiquei pensando na relação da transmissão com o encerramento.

Ali, na oficina, além de um encontro, dava-se o anúncio de que, daquele grupo, alguma coisa tinha de encerrar. A Malvina, como figura permanente, mas, às vezes, presente-ausente nos relatos, possivelmente seria um ator de continuidade, um elo entre o grupo de 2012 ao novo grupo que se formaria no ano seguinte. Além disso, chamar o Mestre para officinar, de alguma forma, oferecia a oportunidade para que Isa e Ceci também experimentassem outro lugar e, por que não, fizessem passagem para que novos oficinairos chegassem. Será verdade? Ficção? Muitos ditos e não ditos a que hoje, aqui, ousou dar passagem pela criação que surge nesta escrita.

### ***Passagens à conclusão...***

Alguns minutos atrás, falávamos da questão do corpo-afeto e sua transformação em letra-texto na experiência de pesquisar. Pois acho que deveria ter incluído, também, a relação entre traduzir uma experiência como forma de transmiti-la. Não? Afinal, para que(m) escrevemos nossos textos?

Uma questão levantada por Lindsay Waters (2004), recentemente, acabou repercutindo como um manifesto a professores, editores e pesquisadores que revessem seus modos de produzir. Dando-se ênfase a questão das publicações, a autora faz um alerta às novas exigências de produtividade.

A autora, de maneira bem-humorada, compara os *fast foods* com as publicações “rápidas e sem conteúdo”, com as comidas feitas a fogo brando, com aquelas que nos deleitamos em saborear. Waters faz um pedido, que demos, urgentemente, aos livros, o tempo exato que precisam para preparar suas melhores ideias. Afinal, um “livro emerge do silêncio e não da cacofonia”. E encerra o seu manuscrito com a seguinte fala:

Temos de abraçar a arte e mais uma vez mostrar como a interação envolvendo leitores, expectadores e ouvintes pode desencadear um tipo de experiência fugaz que permite a nossa alma vir à tona, em uma glória passageira. A experiência é para o estudioso das

humanidades assim como os experimentos são para o cientista. (WATERS, 2004 p.92).

Dessas questões levantadas, novamente, penso na questão da escrita-leitura e vejo o desafio que nos é lançado quando estamos diante de mais uma publicação: mais uma dissertação para a biblioteca da Universidade. Quem lê? Quantos interesses estão agenciados em nossas leituras?

Lemos em partes, aos pulos de páginas, desde a graduação somos *formados* a fazer meias leituras. Há um excesso e uma falta. Excesso de trabalho, de livros. Falta de tempo, de criações.

Bom, seguimos assim, criando táticas que transformem esses “pela metade” em *sítios no meio-fio*.



### RE-SITUANDO A PESQUISA

---

No último capítulo traçamos questões que dizem respeito às traduções do campo, efetuando os objetivos do trabalho. Escolhemos, para situar o leitor em algumas cenas e reflexões, os atores corpo, afeto e letra. Esses atores, articulados pelo exercício próprio da tradução, produziram-se em narratividades à medida que conseguiam fazer passagem ao novo, à experiência de encontro com o outro, o possível leitor.

A tradução é sempre uma passagem, inscrições que se conectam a outros mundos possíveis. A escrita desta dissertação ambicionou acompanhar a pesquisa e a intervenção em seus campos de ação, dando passagem aos elementos que, entre campos *multi-situados*, puderam *fazer-falar* parte de seus interesses e das suas negociações.

Fazer passagem ao fim, encerrar um processo, neste caso de escrita, convocamos - *com voz, dar voz-*, também, aos momentos inconclusos do trajeto. Devo confessar que nem tudo que esteve planejado como “fins” que gostaria de atingir foi realizado.

A escrita como *resposta* àqueles que me receberam como pesquisadora era por mim vislumbrada como uma ação indispensável para que pudesse exercitar a cosmopolítica apontada no texto. Em meu *sítio* ideal de pesquisa, poderia fazê-lo no processo, sem que tivesse de construir uma escrita final, somente relida por mim e pela orientadora, Cleci.

Entretanto, os mergulhos que descrevi na apresentação levaram-me a encontrar redes em alto-mar. Fiquei presa, sem fôlego para escrever da maneira esperada, corresponder às minhas expectativas. Resultado? Uma escrita na urgência de uma data, uma escrita enviada por e-mail ao grupo da OLC. Sem que pudéssemos,

em conjunto, refletir sobre os atores que mobilizei nesta rede-escrita, tentei ao máximo trazer o que de mais intenso havia em comum em uma passagem, nascimento: vida e dor.

Por isso, talvez, sinta certo incômodo com a expressão usada “de fazermos uma restituição em pesquisa”. A palavra restituir, empregada em diferentes contextos, pode indicar tanto *a devolução* de algo a quem realmente pertence; um pagamento *em dinheiro para saldar empréstimo*; ou, ainda, *o retorno ao estado anterior*, uma reabilitação.

Caro(a) leitor(a), que como eu um dia encontrou na proposta de análise institucional, uma arma teórica para enfrentar e sustentar nossas posições de intervenção, já repensaste em todos esses significados que guardam a palavra restituição?

Nem devolvemos algo, nem pagamos, nem retornamos de maneira igual. A experiência de encontros, mais do que um simples *acordo final*, traz em si *um ethos* de pesquisa agenciado pela ética e pela responsabilidade.

Digo isso porque, ao falar em agencia, resgato em tudo aquilo que foi descrito anteriormente a certeza de que nenhuma ação, nenhuma agência é estabelecida, nem rompida, sem que passe por uma negociação de interesses. Muitas vezes, isso permanece invisibilizado no processo, justamente, por conta das muitas dobras que o segredo nos impõe. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), formalidade que é prevista pelos comitês de ética quando realizamos uma pesquisa com humanos, geralmente limita a visibilidade dessas negociações, parecendo que o fato de termos passado o projeto por um comitê de ética ou de termos assinado esses papéis, garante-nos uma ação ética. Um sigilo consentido?

Ora, sabemos que esses termos são mais do que um acordo em que os sujeitos não terão qualquer prejuízo ou obrigação em participar na pesquisa. Esses papéis são dispositivos jurídicos que protegem a mim e a minha instituição de uma possível punição por maus usos da prática profissional. “Termos ou não termos um termo” não garante nada além de proteção ao pesquisador e ajuste às normas institucionais. Essa afirmação polêmica faria alguns questionarem a posição tomada nesta pesquisa.

Não fiz uso do termo em minha pesquisa. Estou em uma posição de risco, como afirmei nas palavras de Despret e Haraway. Acredito que minhas proposições metodológicas, bem como, a epistemologia política que me orienta estariam sendo contraditórias, ou menos coerentes caso, nesta pesquisa situada, fosse necessário ter recolhido, da Ceci, Isa e Rose, qualquer termo que garantisse a “mim” a voluntária e protegida participação delas.

Nosso acordo, nossa negociação de interesses foi sendo trabalhada e enredada no processo de produção desta pesquisa. Esse foi o nosso acordo, nosso exercício ético.

A ética, mais do que uma “obrigação burocrática”, é uma prática reflexiva que devemos não comprovar, dar a ver como corpo-presente, mas construir sistemas de equivalência que façam realmente o que, nas palavras de Foucault, é definido como uma prática de liberdade. E de liberdade entendem muito bem as crianças. Como pude esquecer de lhes fazer menção ao nome dado à cidade “em dobras” produzida por ela? “Rua das crianças livres”.

Construir espaços de liberdade é experimentar as potências criativas que, em nosso dia-a-dia, ficam *desencarnadas* das nossas ações e intenções.

Assim, não para restituir, mas para re-situar essa pesquisa, acho importante resgatarmos a noção de *experiência situada* e também a noção de *responsabilidade* proposta por Donna Haraway. Para a autora, o pesquisador deveria se assumir como uma testemunha modesta que intervém no mundo, como alguém que é finito e se suja na realidade (HARAWAY, 1997). Tentei não estar em total captura à estratégia e agonística do jogo de mobilização de aliados. Não me fiz, contudo, imparcial ou desinteressada, escondendo-me em uma distante e pura reflexão. Coloquei-me junto com os atores, compondo uma rede, não de “acertos” ou de “boas maneiras de pesquisar”, mas uma composição (ar)riscada. Cheia de rasuras, espaços em branco, letras garatujadas.

Situando a pesquisa em ponto de apoio mais do que em um ponto para uma análise, tentei buscar a tal difração de que nos fala Haraway. Ou seja, buscar a diferença no mundo, e não só a propagação da semelhança. Segundo ela, o conhecimento que deriva desse posicionamento epistemologicamente situado está

sempre envolto por um tropos mundano, justificável e, acima de tudo, não inocente (HARAWAY, 1995).

Tenho certeza que você, leitor(a), já percebeu os inúmeros tropeços e capturas em que fui fisgada, sem ao menos dar-me conta da minha condição. Os segredos e outros tantos interesses são estratégias contundentes que nos fazem, e nos refazem, criar táticas para que não sejamos a todo momento imobilizados por ele. Mas é um desafio.

Na experiência com a OLC tentei buscar e produzir um saber *mètis* que me auxiliasse desviar de algumas estratégias da pesquisa e intervenção. Como quando propus pesquisar *no campus* da Universidade e não na comunidade. Pesquisar entre os pares era escolher convocar leitores que circulam pelas mesmas redes em que este texto provavelmente circulará. Isso não é garantia de imunidade, assim como pesquisar entre os pares não foi garantia de que estivesse imune aos interesses de um *compromisso social*. Esta foi uma tática de desvio, mas também talvez tenha sido apenas mais uma estratégia do próprio dispositivo.

Em passagens à experiência de campo com a OLC talvez não devamos pensar se estivemos “livres” ou não, no processo de pesquisa. Cabe-nos, sim, exercitar *a habilidade de dar respostas*, ou seja, de construir espaços de responsabilidade que, segundo Haraway, está relacionado à prestação de contas, *a accountability*, na experiência de pesquisar. Nesse sentido, minha posição ética com a pesquisa não está restrita à finalização desta escrita. Os ganhos e perdas ainda seguem sendo colocados na lista de itens para a próxima negociação.

Afinal, como me sugeriu a Ceci em um recente e-mail: “... e depois seria legal podermos dar os escritos pra eles, que achas? não sei se é "pertinente", algum trecho que tenha mais a ver, não sei. Me ocorreu isso agora... falamos e escrevemos tanto sobre o que acontecia lá e nunca fizemos uma *restituição*...”

A experiência da escrita é sempre inacabada, como descrevi na apresentação. Uma escrita-ato(r) de muitas respostas segue fazendo outras composições.

## PASSAGENS AO MESTRE...

*No final do encontro, em meio a uma confusão da saída, fica a questão do pagamento do ônibus ao MESTRE Renato. Ceci lhe pergunta, e ele, na pressa da saída, responde que as outras meninas já haviam lhe pago. No relato, como na reunião, Ceci mostra-se preocupada com essa questão e diz ter de lhe telefonar de novo para entender melhor isso. No entanto, bem baixinho, aqui entre nós: tem passagens que não são pagas, não achas?*

## REFERÊNCIAS

ARALDI, Etiane et al. Oficina, TIC e saúde mental: um roteiro comentado IN: PALOMBINI, Analice et al. (Org.) *Tecnologias em Rede: Oficinas de Fazer Saúde Mental* Porto Alegre: Sulina, 2012.

ARENDDT, Ronaldo João Jacques. *Lourau Contemporâneo*. Revista Mnemosine v.3, n.2, p. 172-180, 2007.

ARENDDT, Ronald João J. & COSTA, Carlos A. M. *O corpo como fe(i)tiche: possíveis contribuições do pensamento de Bruno Latour para a Psicologia*. Revista Mnemosine, v.1, n.2, 2005. Disponível em: <http://www.mnemosine.com.br/mnemo/index.php/mnemo/article/viewFile/146/305>. Acessada em 14 de março de 2013.

ALTOÉ, Sonia (Org.) *René Lourau: Analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARROS, Regina B. *Grupo: afirmação do simulacro*. Porto alegre: Sulina Editora da UFRGS, 2007.

BARTHES, Roland. Escrever, verbo intransitivo? In: *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.30-39.

BAUM, Carlos & MARACHIN, Cleci. *Explorando Arkham Asylum: Sobre vídeo game e aprendizagem inventiva*. Revista Polis e Psique, v.1, 2011.

BENEVIDES, Regina. *A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces?* In: Revista Psicologia e Sociedade Psicologia & Sociedade v.17, n.2 Porto Alegre, maio/ago., 2005.

BRANDÃO, Carlos R. & STRECK, Danilo R. (Org.) *Pesquisa Participante: o saber da partilha*. 2ª edição. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

CHAUÍ, Marilena. *Obra de arte e Filosofia* In: *Experiência do Pensamento. Ensaios sobre a obra de Merleau Ponty*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.151-195.

CONDOMINAS, Georges. Ethics and comfort. An ethnographer's view of his profession. Annual Report of the American Anthropological Association, 1972. In: Pulman, Bertrand *Por uma noção de campo*. Cadernos de campo, São Paulo, n. 16, p. 221-232, 2007.

COSTA, Clarice M. & FIGUEIREDO, Ana C. (Org.) *Oficinas Terapêuticas em Saúde Mental: sujeito, produção e cidadania*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004

DESPRET, Vinciane. *Experimentar a disseminação*. Trad. Maria de Fatima Ara Queiroz e Melo. Artigo online, s.d. Disponível em: <http://vincianedespret.blogspot.com/>. Acessado em 18 de maio de 2012.

DESPRET, Vinciane. *Des plies du secret* In: Colloque La psychothérapie à l'épreuve de ses usagers. Publicação eletrônica. Outubro de 2006. Disponível em: <http://www.ethnopsychiatrie.net/vincianeusagers.htm>. Acessado em 28 de agosto de 2011.

DESPRET, Vinciane. *Diálogos com Vinciane Despret* Em: Pesquisa e práticas psicossociais nº6 (2) São João del Rei. ago./dez., 2011. Disponível em: [www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/...n2/Comentario\\_6.doc](http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/...n2/Comentario_6.doc). Acessado em 5 de março de 2013.

DESPRET, Vinciane. *Leitura etnopsicológica do segredo*. Fractal: revista em Psicologia. v. 23, n. 11, 2011a. Disponível em: <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/646>. Acessado em 15 de Janeiro de 2012.

DETIENNE, Marcel & VERNANT, Jean P. *Métis: as astúcias da inteligência*. São Paulo: Odysseus, 2008.

DIEHL, Rafael & MARASCHIN, Cleci. *Oficinando em Rede*: Porto Alegre: UFRGS, 1ª edição, 2012.

DIEHL, Rafael. *Do mapa à fotografia: planografias de um espaço louco*. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

DURKHEIN, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

FABIAN, Johannes. *Time and the Other. How anthropology makes this object*. New York: Columbia University Press, 1983.

FERNANDES, Raquel. *Percursos e Inscrições: experiência que comunicam modos de viver*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A história da loucura na idade clássica*. 4ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 20ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as Coisas: uma Arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Segurança Território e População: Curso dado no College de France (1977-1978)* São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GEERTZ, Clifford. Estar lá: A antropologia e o cenário da escrita In: *Obras e vidas: o Antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GUATARRI, Felix. Introdução à Psicoterapia Institucional In: ESCOBAR, Carlos Henrique (Org.) *As instituições e os discursos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1974.

GUERRA, Andreia. Oficinas em Saúde Mental: percurso de uma história, fundamentos de uma prática. In: COSTA, Clarice Moura & FIGUEIREDO, Ana Cristina (Org.) *Oficinas Terapêuticas em Saúde Mental: sujeito, produção e cidadania*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

HARAWAY, Donna. *Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Cadernos Pagu, n.5, 1995, p. 07-41.

HÖFLING, Heloisa M. *Estado e políticas (públicas) sociais* In: Cadernos cedes, ano xxi, nº 55, novembro/2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acessado em agosto de 2012.

HOUAISS, Dicionário da língua portuguesa online. Disponível em: <http://200.241.192.6/cgi-bin/houaissnetb.dll/frame>. Acessado em 15 de abril de 2013.

LARROSA, Jorge. *O ensaio e a escrita acadêmica*. In: Revista educação e Realidade. n. 28(2), jul./dez., 2003.

LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, Bruno. *Des subjects recalcitrantes*. Revue électronique La recherche, mensuel n. 301, p.88. 01/09/1997. Disponível em: <http://www.larecherche.fr/content/recherche/article?id=19555>

LATOUR, Bruno. *Ciência em Ação: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade a fora*. São Paulo: UNESP, 2000.

LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauri: EDUSC, 2001.



LATOURE, Bruno. Redes que a razão desconhece Em: Parente, André (org.) *Tramas da Rede*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LATOURE, Bruno. *Changer de Société. Refaire de la Sociologie*. Paris: La Découverte, 2006.

LATOURE, Bruno. *La cartographie des controverses*. In *Technology Review*, N.0, p. 82-83. 2005. Disponível em: <http://www.technologyreview.fr/?id=65>. Acessado em 2 de agosto de 2011.

LATOURE, Bruno. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência In: NUNES, João Arriscado & ROQUE, Ricardo. (Org.). *Objetos impuros. Experiências em estudos sociais da ciência*. Porto: Edições Afrontamento, 2007, p. 40-61.

LATOURE, Bruno. *Changer de Société. Refaire de la Sociologie*. Paris: La Découverte, 2008.

LATOURE, Bruno. *Reensamblar lo Social: Uma Introduccion a La Teoria Del Actor- Red*. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LATOURE, Bruno. *Il n'y a pas de monde commun: il faut le composer*, *Revue Multitudes*, n.45, 2011/2 p. 38-41. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-multitudes-2011-2-page-38.htm>. Acessado em 10 de fevereiro de 2013.

LOPES, Graziela. *O ofcinar como possibilidade do exercício da função enativa*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

LOURAU, René. Análise Institucional e Práticas de Pesquisa. In: *René Lourau na UERJ*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

MACHADO, Marília N. M. *Sugestões para a disciplina de Psicologia Comunitária e Ecologia Humana*. Publicada nos Anais do I Encontro Mineiro da ABRAPSO, 1985.

Disponível em:

<[http://abrapso.org.br/siteprincipal/index.php?option=com\\_content&task=category&sectionid=8&id=54&Itemid=46](http://abrapso.org.br/siteprincipal/index.php?option=com_content&task=category&sectionid=8&id=54&Itemid=46)>. Acessado em 22 de Fevereiro de 2012.

MARASCHIN, Cleci; FRANSCICO, Deise; DIHEL, Rafael (Org.). *Oficinando em Rede: oficinas, tecnologias e saúde mental*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

MARASCHIN, Cleci & BAUM, Carlos. Vídeo Game: Imagem, Ação e Invenção. In: ZANELLA, Andrea; TITTONI, Jaqueline (Org.). *Imagens no pesquisar: experimentações*. 1ª edição. Porto Alegre: Dom Quixote, 2011.

MARCUS, Georges. The uses of complicity in the changing mise-en-scene of anthropological fieldwork. In: *Ethnography through thick and thin*. Princeton, N.J. : Princeton University Press, 1998.

MARTIN, Jay. *Cantos de Experiência. Variações modernas sobre um tema universal*. Buenos Aires: Paidós, 2009.

MORAES, Márcia. *Alianças para uma psicologia em ação: sobre a noção de rede*, 2003. Publicação eletrônica. Disponível em: <http://www.necso.ufri.br/Ato2003/MarciaMoraes.htm>. Acessado em março de 2012.

PARIS, Emmanuel *Naissance d'une théorie ethologique : la danse du cratérope écaillé de Vinciane Despret, Réseaux*, 1996, v.14, n.80, p.192-194. Disponível em: [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/reso\\_0751-7971\\_1996\\_num\\_14\\_80\\_3813](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/reso_0751-7971_1996_num_14_80_3813). Acessado em 17 de fevereiro de 2013.

PASSOS, Eduardo. A oficina como tecnologia de coprodução. In: PALOMBINI, Analice de Lima et al. (Org.) *Tecnologias em Rede: Oficinas de Fazer Saúde Mental*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP Virginia; ESCOSSIA, Liliana (Org.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-Intervenção e produção de Subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PETRYNA, Adriana. *Global Health Markets: Reclaiming The Evidence Base (2007)*. Disponível em: [http://www.fas.harvard.edu/~valuesgh/docs/petryna\\_gh\\_markets.pdf](http://www.fas.harvard.edu/~valuesgh/docs/petryna_gh_markets.pdf). Acessado em agosto de 2012.

PETRYNA, Adriana. *Experimentalidade: ciência, capital e poder no mundo dos ensaios clínico (2011)*. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832011000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832011000100005&script=sci_arttext). Acessado em agosto de 2012.

PULMAN, Bertrand. *Por uma noção de campo*. Cadernos de campo. São Paulo, n. 16, p. 221-232, 2007.

RELATORIO DE PESQUISA, Projeto Oficinando em Rede. Edital Universal CNPq 19/2004, 2007.

ROCHA Marisa. & AGUIAR, Kátia F. *Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises*. Revista Psicologia Ciência e Profissão, v.23, n.4, p. 64-73, 2003.

RODRIGUES, Heliana B. Conde *A psicologia social como especialidade: paradoxos do mundo Psi*. Revista Psicologia e Sociedade n.17 (1), jan./abr. 2005, p. 17-28.

SAWAIA, Bader B. Psicologia Social: aspectos epistemológicos e éticos In: LANE, Silvia & SAWAIA, Bader B. (Org.) *Novas Veredas da Psicologia Social*. São Paulo: EDUC. Ed.Brasiliense, 2006.

SCISLESKI, Andréia. *Entre se quiser, saia se puder: os percursos dos jovens pelas redes sociais e a internação psiquiátrica*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SPINK, Peter K. *Pesquisa de campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista*. Revista Psicologia & Sociedade n. 15 (2) p. jul./dez., 2003.

STENGERS, Isabelle. *Un engagement pour le possible*. In: Revue Cosmopolitiques: La nature n'est plus ce qu'elle était. n.1, juin, 2002.

STENGERS, Isabelle. The cosmopolitical proposal. In: LATOUR, Bruno.; WEIBEL, Peter (Org.) *Making things public: atmospheres of democracy*. Cambridge: MIT Press, 2005. p. 994-1003.

STENGERS, Isabelle. *Penser avec Whitehead*. Paris: Gallimard, 2002.

TANIKADO, Grace. *Virtualizando coletivos: tecnologias e pesquisa-intervenção*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VARELA, Francisco. *Sobre a competência ética*. Lisboa: Edições 70, 1995.

VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a História e Foucault revoluciona a história*. 4ª edição Brasília: UNB, 1999.

VIANNA, Tatiane. *Oficinando enredos de passagem: o encontro do adolescer com o sofrimento e tecnologia*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.